



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

AUTOR: JOSÉ IGNÁCIO VEGA FERNANDEZ

Título:
**A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA
PESCA E DA AQUICULTURA E SEUS IMPACTOS SOBRE A PESCA ARTESANAL
NO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Recife-PE
2015



Autor: José Ignacio Vega Fernandez

Título:

**A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA
PESCA E DA AQUICULTURA E SEUS IMPACTOS SOBRE A PESCA ARTESANAL
NO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Dissertação de mestrado apresentada em cumprimento às exigências do programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para a obtenção de título de mestre.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti.

Coorientador: Prof. Dr. Cristiano Welligton Noberto Ramalho.

Recife-PE
2015

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva CRB4-1291

F363p Fernandez, José Ignacio Vega.

A política nacional de desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura e seus impactos sobre a pesca artesanal no Estado de Pernambuco / José Ignacio Vega Fernandez. – Recife: O autor, 2015.
119 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti.

Coorientador: Prof. Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2015.

Inclui referências.

- 1 Sociologia. 2. Pesca artesanal - Pernambuco. 3. Aquicultura. 4. Política pública. 5. Estado. I. Cavalcanti, Josefa Salete Barbosa (Orientadora). II. Ramalho, Cristiano Wellington Noberto (Coorientador). III. Título.

301 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2015-52)

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, NO DIA 27 DE FEVEREIRO 2015.

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze (2015), às 11 horas, no Auditório 3 do 13º andar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a defesa da Dissertação intitulada “**A política nacional de desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura e seus impactos sobre a pesca artesanal no estado de Pernambuco**” do aluno **JOSÉ IGNÁCIO VEGA FERNANDEZ**, na área de concentração mudança social, sob a orientação da Profa. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti e co-orientação do Prof. Cristiano Wellington Noberto Ramalho. O mestrando cumpriu todos os demais requisitos regimentais para a obtenção do grau de MESTRE em Sociologia. A Banca Examinadora foi indicada pelo colegiado do programa de pós-graduação em 23 de janeiro de 2015, na sua primeira Reunião ordinária e homologada pela Diretoria de Pós-Graduação, através do Processo Nº 23076.005966/2015-40 em 06/02/2015 composta pelos Professores: **Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti** (Presidente /Orientadora), do Departamento de Sociologia da UFPE; **Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho** (Titular externo/Co-orientador), do Departamento de Ciências Sociais da UFRPE; **Dra. Maria Luiza Lins e Silva Pires** (Titular interna), do Departamento Sociologia da UFPE e **Profa. Dra. Simone Carneiro Maldonado** (Titular externa), do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPB. Após cumpridas as formalidades, o candidato foi convidado a discorrer sobre o conteúdo da Dissertação. Concluída a explanação, o candidato foi arguido pela Banca Examinadora que, em seguida, reuniu-se para deliberar e conceder ao mesmo a menção **Aprovado** da referida Dissertação. E, para constar, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada, Secretária de Pós-Graduação, e pelos membros da Banca Examinadora.

Recife, 27 de Fevereiro de 2015.

Karine Mendes da Silva
Secretária do Programa de
Pós-graduação em Sociologia

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

Prof. Dr. Cristiano Wellington N. Ramalho

Prof. Dr. Maria Luiza Lins e Silva Pires

Prof^ª Dr^ª Simone Carneiro Maldonado

AGRADECIMENTOS

Embora a escrita desta dissertação seja da minha completa responsabilidade, não tenho como dizer que esta é somente produto da minha escrita, muitas pessoas contribuíram de diferentes formas para o texto que segue. Neste processo não faltaram pessoas que me ajudaram enormemente a não sentir solidão, apesar do isolamento que em ocasiões precisei para me concentrar na leitura e ainda mais na escrita. Esta experiência de vida tem me mostrado como sozinhos, pouco podemos fazer.

Meus primeiros agradecimentos são para os pescadores e pescadoras que tive a oportunidade de conhecer durante o processo de pesquisa, sem eles as seguintes páginas não existiriam, sem eles e o resto dos trabalhadores (as) do Brasil que “botam o peixe” na mesa, nada disto teria sido possível. Agradeço a todas as pessoas que tem participado nesta caminhada, às vezes mais dura às vezes mais fácil, mas sempre intensa.

À minha mãe Ana Maria pelo apoio constante e total respeito a minhas decisões, pelos bons conselhos, por ser para mim um grande exemplo de mulher inteligente e batalhadora que não se dobra frente aos problemas, por me ensinar a desfrutar da leitura, e a tratar com respeito aos que me rodeiam e me querem. Ao meu pai por ser doido por mim, por me ensinar o valor das pessoas simples e humildes, por me mostrar a riqueza e a beleza dos seres e das pequenas coisas que a vida nos oferece. À minha irmã por me mostrar como é bom precisar de pouco para tratar de ser feliz e viver bem, pelo seu inconformismo temperado com sensibilidade, pela força de manter viva a utopia no seu fazer. À minha companheira Suana, por ser uma grande parceira nesta caminhada da academia e da militância, sem ela não seria o que estou sendo. Por sua paciência e sua contribuição no meu processo de maturidade e crescimento pessoal. Por ter me iniciado no mundo da pesca e ter me motivado a continuar a caminhada acadêmica, que já tinha esquecido por desinteresse. Pelas suas doses de poesia e carinho, pela sua arte de amar. Pela sua humanidade, por ser um exemplo de militância política antiautoritária e feminista, e pela imensa capacidade e força, para fazer se respeitar como mulher autônoma nesta sociedade patriarcal.

À minha orientadora professora Josefa Salete, por compartilhar da sua imensa experiência no mundo acadêmico durante essa caminhada; pela atenção, bons conselhos pela disposição e pelo seu senso literário, sua contribuição foi e é inestimável. Ao co-orientador Cristiano Ramalho, pelo seu trato gentil, honesto e claro, pela sua disposição, pelo seu conhecimento do ofício sociológico e sua capacidade para expressá-lo. Sua paixão e conhecimento pela arte da pesca são motivadores e inspiradores. À secretária Ana Maria

Costa, pelo seu carinho, gentileza e disposição para ajudar e trabalhar junto.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, pela oportunidade de cursar o mestrado e pela contribuição em minha formação. À Silke Weber pela coordenação nos seminários de Sociologia, que foram de grande importância pelo conhecimento e enriquecimento que geram. Aos amigos e amigas de caminhada e de diálogos impertinentes que ajudaram e ajudam muito a compreender a vida: Dayra, Jonas, Gabi, Marina. E a todos e todas companheiras do curso do Mestrado: Rosano, Felipe, Álvaro, Pedro, Juliana, Alyne, Bruno, Natália e Patrícia, que também foram de grande ajuda neste processo. Aos professores, ao pessoal da secretaria, a Zenilde, e a todos (as) que fazem parte do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE.

Aos servidores públicos da Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura – PE, Darlany Sá Rocha e Bruno André Oliveira pela atenção, profissionalidade, transparência e disposição em contribuir. A FACEPE, pelo financiamento da minha bolsa de estudos.

À equipe do Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP (Olinda-PE), pelo acolhimento, diálogo e contribuições importantes a este trabalho. Sem a disposição e ajuda de vocês este trabalho não teria sido concluído da mesma forma e com a mesma riqueza de detalhes. Severino Antônio dos Santos (Bill), Rubem Tavares, Maria José Pacheco, Laurineide Santana, Isabel Cristina, Alba, Pedro João (Petrolândia-Pe), muito obrigado por tudo!

Aos que lutam pela pesca artesanal como uma forma de vida digna, bela, dura e alegre fazendo do sofrimento compartilhado, esperança e luta para mudar vidas. Sobretudo ao Movimento de Pescadores e Pescadoras - MPP, por nos ensinar por meio da sua luta pela defesa dos territórios pesqueiros, a necessidade de lutar junto, “No rio e no mar: pescadores na luta! No açude e na barragem; pescando liberdade! Hidronegócio: resistir! Cerca nas águas: derrubar!”

RESUMO

O objetivo desta dissertação é estudar a relação entre o Estado e a Pesca Artesanal, a partir da análise da Política Nacional de Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura e suas configurações no Estado de Pernambuco, no período compreendido entre os anos 2003-2013, focalizando as suas principais repercussões sobre a pesca artesanal. A dissertação está organizada de modo a realizar, já no primeiro capítulo uma revisão de alguns dos estudos das ciências humanas que abordam o universo da pesca artesanal, visando entender quais têm sido os principais elementos analisados, suas contribuições à pesquisa e sua fundamentação teórica, assim como à delimitação das principais categorias de análise. Definem-se os usos dos métodos e técnicas de pesquisa. Já no segundo capítulo, tratamos de analisar o processo de construção histórica das políticas em torno da pesca no Brasil. Com isso visamos entender em que consistiram essas políticas, assim como em que condições se deram a relação entre os pescadores e pescadoras artesanais com o Estado. Dessa forma discorremos acerca desse processo, partindo da formação das colônias de pescadores pela marinha militar em 1919 até chegar à atual Política Nacional de Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura que visa principalmente aumentar de forma exponencial a produção de pescado no Brasil, através da expansão da aquicultura empresarial. O terceiro capítulo trata sobre as configurações desta política no estado de Pernambuco. Nele tratamos de identificar as principais ações, implementadas pelo Ministério da Pesca e da Aquicultura – MPA, junto com a Superintendência de Pesca e Aquicultura de Pernambuco – SFPA, assim como alguns dos seus principais resultados. No quarto e último capítulo, discorremos acerca dos principais impactos desta política sobre os pescadores e pescadoras artesanais. Primeiramente discutimos sobre o lugar que ocupa o estado de Pernambuco na divisão territorial do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, para depois analisar os casos concretos de três comunidades de pesca artesanal. Duas destas localizadas no município de Goiana (Litoral Norte Pernambucano), que são as comunidades de Baldo do Rio e de Carne de Vaca, e a terceira, localizada no município de Petrolândia, (Sertão do São Francisco) que é a comunidade de Caraíba Seca, também conhecida como Ilha dos Pescadores. A dissertação demonstra que tanto no litoral como no interior do Estado, as ações políticas implementadas promovem um projeto que se distancia dos modos de vida dos pescadores artesanais; dos relatos dos pescadores, apreendemos que essas ações estão em geral distanciadas dos seus interesses. Em sendo assim, frente ao esforço institucional para a promoção da aquicultura, os pescadores e pescadoras artesanais das comunidades visitadas desenvolvem práticas de resistência cotidianas para continuarem

pescando. E segundo acreditam, enquanto houver peixes haverá pescadores artesanais.

Palavra chave: Desenvolvimento Rural, Pescadores Artesanais, Políticas Públicas, Pernambuco

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to study the relationship between state and Artisanal Fishery through the analyses of the National Policy of Sustainable Development of Aquaculture and Fisheries in the state of Pernambuco, Brazil, from 2003 to 2013, focusing on their principal effects on artisanal fishery. The dissertation is made up four chapters. In chapter one, we review some human science studies about artisanal fishery universe, to define the most important categories of the research and the methods and techniques used. In the second chapter we deal with the historical background for the construction of the politics of fisheries in Brazil. With this, we aim to understand the conditions within which the relationship between artisanal fishermen and fisherwomen with the state come about. We go from the fishermen colonies formation by the Military Navy in 1919, to reach the current National Development Policy that aims to increase fish production in Brazil, through the expansion of aquaculture business. The third chapter deals with the settings of this policy in Pernambuco. In this chapter we try to identify the main actions implemented by the “Ministério da Pesca e da Aquicultura”, along with the “Superintendencia Federal da Pesca e da Aquicultura do Estado de Pernambuco”, and explore some of the main results. In the last chapter, we analyze the main impacts of this policy on artisanal fisheries. First we discussed the place occupied by the Pernambuco state in the territorial division of the Aquaculture and Fisheries Ministry, in order to examine specific cases of three artisanal fishery communities. Two of which are located in the municipality of Goiana (north coast of Pernambuco): the Baldo do Rio community and the Carne de Vaca community. The other is Caraíba Seca community. This community is located in the municipality of Petrolândia (Hinterland of San Francisco). This investigation shows that both on the coast and in the inner of the state, the implemented policies are far from the livelihoods of artisanal fishermen and fisherwomen. Fishermen’s reports that these actions are generally distant from their interests. That being so, outside the institutional effort to support aquaculture, artisanal fishermen and fisherwomen develops daily practices of resistance to continue their fisheries. And according to them, as long as there is fish, the artisanal fishermen and fisherwomen will persist

Key words: Rural development, Artisanal fisheries, Public Policies, Pernambuco, Brazil

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 01 - Fábrica de gelo Abreu e Lima. Fonte: SFAP – PE, 2014.

Imagem 02 - Imagem 02: Fábrica de gelo Abreu e Lima.

Imagem 03 - Imagem 03: Fábrica de gelo Abreu e Lima.

Imagem 04 - Imagem 04: Aquicultura litoral Sul – PE. Área inferior: Rio Formoso.

Imagem 05 - Aquicultura litoral Sul: Sirinhaém.

Imagem 06 - Aquicultura Litoral Norte PE – Igarassu.

Imagem 07 - Aquicultura Litoral Norte – PE

Imagem 08 - Aquicultura Litoral Norte – PE, Ilha de Itamaracá.

Imagem 09 - Aquicultura Litoral Norte – PE.

Imagem 10 - Goiana. Aquicultura Litoral Norte – PE.

Imagem 11 - Goiana. Aquicultura Litoral Norte, Goiana:

Imagem 12 - Aquicultura Litoral Norte – PE. Goiana.

Imagem 13 - Aquicultura Litoral Norte – PE. Goiana.

Imagem 14 – Resex Acaú-Goiana – PE, limites ressaltados em amarelo.

Imagem 15 - Ponte de acesso à fazenda de carcinicultura Atlantis/Bramex.

Imagem 16 - Fazenda de camarão da Atlantis/Bramex: ponte de acesso, portão de entrada e guarita.

Imagem 17 - Comporta da fazenda de carcinicultura da Atlantis/Bramex.

Imagem 18 - Sertão do São Francisco, Petrolândia – PE. Igreja da antiga Petrolândia.

Imagem 19 - Sertão do São Francisco, Petrolândia – PE. Acesso à Ilha dos Pescadores.

Imagem 20 - Sertão do São Francisco, Ilha dos Pescadores, Petrolândia – PE. Margem do reservatório de Itaparica.

Imagem 21 - Sertão do São Francisco – PE, Petrolândia. Anúncio situado na margem da estrada.

Imagem 22 - Aquicultura Sertão do São Francisco, Petrolândia – PE. Parte superior esquerda, tanque rede. Parte direita, Tanques escavados, Netuno S.A.

Imagem 23 - Aquicultura Sertão do São Francisco, Petrolândia – PE. Infraestrutura e tanques escavados da Netuno S/A, (área delimitada em vermelho).

Imagem 24 - Aquicultura Sertão do São Francisco Petrolândia – PE. Tanques-rede da Netuno S/A.

Imagem 25 - Sertão do São Francisco, Petrolândia – PE. Uma das sedes da Netuno S/A.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Registros viveiros escavados em PE. Fonte: SFPA – PE

Tabela 02: Registros de carcinicultura em PE. Fonte: SFPA – PE

Tabela 03: Registros tanques – Rede em Pernambuco. Fonte: SFPA – PE

Tabela 04: Resultados de julgamentos concorrência nº 006/sepcoa/mpa/2011.

Tabela 05: Resultados de julgamentos concorrência Nº 010/sepcoa/mpa/2011.

Tabela 06: Unidades de Maturação e larvicultura.

Tabela 07: Unidades de pos-larva produzidas em cada ciclo.

Tabela 08: Unidades de engorda, viveiros, ou fazendas de camarão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I – FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	19
1.1 – Metodologia	19
1.2 – Algumas contribuições das ciências humanas ao estudo da pesca artesanal no Brasil	22
1.3 - Categorias de análise e fundamentação teórica	29
CAPÍTULO II - O ESTADO, A PESCA, E OS PESCADORES	40
2.1 – A implementação das colônias de pescadores pela marinha militar	40
2.2 – A superintendência de desenvolvimento da pesca – SUDEPE. Desenvolvimento e modernização como dogmas da política nacional pesqueira	41
2.3 – A divisão de competências entre o IBAMA e o Departamento de Pesca e Aquicultura do Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).	44
2.4 – A institucionalização da aquicultura como objeto prioritário da política nacional pesqueira. A criação da Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura – SEPA-PR e sua transformação no Ministério de Pesca e Aquicultura – MPA.	47
CAPÍTULO III – AS IMPLICAÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA E DA AQUICULTURA PARA OS	58

PESCADORES ARTESANAIS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

3.1 – Pescadoras e pescadores Artesanais: os sujeitos centrais na pesca pernambucana e secundários nas políticas	58
3. 2 – As Políticas em Pernambuco: Políticas de Informação e controle, Políticas de participação e Políticas de fomento	61
3.3 – Controvérsias entre o discurso do desenvolvimento sustentável e o plano estratégico de expansão da aquicultura empresarial em Pernambuco	75
3.4 – A carcinicultura empresarial em Pernambuco	77
3.5 – O projeto Beijupirá, as instituições para a pesca ao serviço da aquicultura empresarial	85
3.6 – A aquicultura no interior de Pernambuco, o “Pólo Aquícola” do sertão do São Francisco	86
CAPÍTULO – IV. OS IMPACTOS DA REVOLUÇÃO AZUL NAS COMUNIDADES DE PESCA ARTESANAL	90
4.1 – Os pescadores e a aquicultura no litoral Norte de Pernambuco, as comunidades de Baldo do Rio e Carne de Vaca	90
4.2 – Os pescadores e a aquicultura no sertão do São Francisco, a comunidade de Carafba Seca	96
4.3 – Os movimentos sociais de pescadores e pescadoras Pernambucanos frente a expansão aquícola, e o papel do CPP na mediação dessas lutas coletivas	104

CONSIDERAÇÕES FINAIS

108

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

113

INTRODUÇÃO

O estado de Pernambuco tem 187 km de extensão costeira, onde se localizam numerosas comunidades de pescadores e pescadoras artesanais vivendo das águas piscosas do Oceano Atlântico e estuários. Além disso, também praticam a atividade da pesca artesanal em açudes, barragem e rios, situados no interior do estado, com todas as diferenças que imprime a diversidade dos lugares. No estado há 44 colônias e 28 associações de pescadores e pescadoras artesanais, com um total de 72 entidades. O número de cadastrados no Registro Geral da Pesca, do Ministério de Pesca e Aquicultura, é de 13.986. Contudo, essa quantidade registrada pelas instituições pesqueiras provavelmente subestima a quantidade real de trabalhadores e trabalhadoras que praticam a pesca artesanal em Pernambuco (BRASIL, 2014).

Nesta dissertação buscamos analisar a relação entre as ações do Estado e a Pesca Artesanal, a partir da Política Nacional de Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura do Governo Federal, e suas configurações no Estado de Pernambuco, tendo como foco o período compreendido entre os anos 2003-2013 e atendendo as principais repercussões desta sobre os(as) trabalhadores(as) da pesca artesanal. Com base neste objetivo, procuraremos responder às seguintes questões: Como se deu o processo histórico de construção dessa política? Que sujeitos estão implicados nessa construção? Quais são os principais objetivos da mesma? Que lugar ocupa a pesca artesanal nessa política? Como se configura essa política no Estado de Pernambuco?

Primeiramente gostaríamos deixar claro as premissas de partida desta dissertação, já que o fato de escolher determinadas noções, frente a outras, implica na existência de uma série de pressupostos teóricos que é preciso reconhecer. Nosso lugar como pesquisador, nosso posicionamento teórico e metodológico, se deriva, em grande medida, de como “chamamos as coisas”. Portanto, começaremos por evidenciar o que entendemos por pesca artesanal, Estado e política de desenvolvimento.

Nesta dissertação compreendemos a pesca artesanal como um *trabalho e um modo de vida* realizado por pescadoras e pescadores, que num processo relacional, histórico, dinâmico e contraditório, vem se configurando, a partir das estratégias de produção e reprodução social e de dinâmicas e mediações mais abrangentes, próprias da totalidade social em que vivem. O foco desta pesquisa dirige-se para a análise de algumas das dinâmicas e mediações mais abrangentes com as quais o trabalho da pesca artesanal mantém certa interdependência, na medida em que afeta e condiciona as possibilidades da reprodução social do mesmo.

Por isso, a Política Nacional de Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura faz-se valiosa,

já que a mesma tornou-se elemento significativo no conjunto dessas dinâmicas, que afetam o trabalho pesqueiro artesanal por estabelecer os marcos que visam o ordenamento, a regulação e o controle da pesca no Brasil. Esta política está inserida no conjunto de ações do Estado brasileiro, desde a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao Governo Federal, que por sua vez forma parte de um sistema global de Estados territoriais submetidos às normas, diretrizes e regulações de agências e instituições internacionais. Consideramos que no capitalismo contemporâneo, os Estados, longe de terem um papel secundário, cumprem uma importante função nos processos de expansão e acumulação capitalista. Portanto, entendemos a política nacional pesqueira, como um arranjo institucional que permite estabelecer processos de exercício de poder e, portanto relações de dominação e subordinação social, em favor de umas classes sociais sobre outras.

Durante o capítulo I realizamos uma revisão de literatura de estudos das ciências humanas sobre o universo da pesca artesanal. Com base nesta revisão, passaremos a discorrer acerca da fundamentação teórica da nossa pesquisa, discutindo as categorias de análise utilizadas. No capítulo II, discorreremos acerca do processo de formação histórica dessa política, para entender o problema da relação entre os pescadores e pescadoras artesanais e as ações do Estado, desde a formação das colônias de pescadores até a atual *Lei da Pesca*. No capítulo III, analisamos as configurações da política nacional da pesca e da aquicultura no estado de Pernambuco, por meio da identificação e da análise das principais ações políticas do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA articuladas e implementadas pela Superintendência de Pesca e Aquicultura de Pernambuco SFPA – PE. Já no capítulo IV, discorreremos acerca dos principais impactos do plano estratégico do MPA, centrando-nos primeiro no lugar que ocupa Pernambuco na divisão territorial proposta pelo MPA, para depois desvelar os casos concretos de três comunidades de pesca artesanal, no que concerne aos impactos da denominada “Revolução Azul”.

Este termo é utilizado atualmente por instituições e empresários do setor aquícola, bem como estudiosos da área, de diversos países, para referirem-se a um processo de transformação produtiva semelhante ao acontecido na agricultura com a denominada “Revolução Verde” nos anos de 1960. Em ambos os casos, trata-se do uso intensivo dos recursos por meio da utilização de espécies geneticamente modificadas, alimentadas com insumos industriais e higienizadas com pacotes de fitossanitários para atingir a produção em massa de produtos homogêneos, que se adaptam as novas exigências do mercado internacional de alimentos, como frisado por Cavalcanti (1997, pág. 7; 2012 pág. 13), para o caso da fruticultura do vale do São Francisco. Tudo isso se soma ao uso da força de trabalho assalariada e a transformação de áreas públicas nas quais é

praticada a pesca artesanal de forma comunitária (manguezais e rios, por exemplo), em bens privados para a prática da aquicultura (cultivo de organismos aquáticos em cativeiro).

Para nossa pesquisa, três localidades foram escolhidas, como *lócus*. Duas destas estão localizadas no litoral Norte Pernambucano, concretamente no município de Goiana, a saber, a Praia de Carne de Vaca, situada na foz do rio Goiana. Onde se realizam diversas formas de trabalho pesqueiro que refletem as diferenças entre os lugares onde se realiza o mesmo, estuário, manguezais, áreas cercanas à praia ou “mar de dentro”, e áreas mais afastadas da costa “mar de fora”. Também se catam caranguejos, aratus, guaiamuns e mariscos, estes últimos principalmente por marisqueiras; e a comunidade de Baldo do Rio, cujos trabalhadores (as) da pesca desenvolvem sua atividade nos estuários dos rios Goiana e Megaó, nos manguezais que os rodeiam, assim como no mar. Estas duas comunidades estão unidas pelo Rio Goiana, de forma que compartilham lugares de pesca, assim como sofrem os efeitos dos empreendimentos que impactam negativamente seus lugares de trabalho, e seu principal meio de produção, os peixes. Ambas comunidades estão inseridas dentro da Reserva Extrativista Marinha Acaú-Goiana, gerenciada pelo ICMBio, de forma que existem várias questões comuns entre estas duas comunidades.

A terceira comunidade é a de Caraíba Seca, também conhecida como Ilha dos pescadores, que se localiza no município de Petrolândia, sertão do São Francisco, PE, distante cerca de 500 km da capital Recife. A pesca artesanal nesta comunidade é praticada nas águas do rio São Francisco, represadas pelas barragens de Itaparica e Moxotó. Trata-se, aqui, de pesca continental, de forma que as pescarias realizadas nessa comunidade apresentam importantes diferenças com respeito às pescarias marítimas.

Ademais, além das questões já destacadas, Goiana é o município de maior produção pesqueira de Pernambuco (CEPENE-IBAMA, 2007; MPA, 2014) e Petrolândia, segundo informações do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), é um dos municípios do Sertão pernambucano mais afetado pelas ações para o desenvolvimento da aquicultura (criação de tilápias) e que também sente, historicamente, os impactos decorrentes da já mencionada transposição.

Por fim, é necessário ressaltar essas diferenças, visto que os lugares de trabalho, os pescados, a salinidade da água, as técnicas, a navegação, e em definitiva as formas de se desenvolver o trabalho pesqueiro são diferentes entre a pesca marítima e a continental. Precisamente essas distinções, contribuíram para que optássemos pela escolha das referidas comunidades, já que podemos ver os impactos das ações do Estado em lugares diferentes com formas de pesca também diferentes, conforme ressaltamos na metodologia.

CAPÍTULO I – FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

1.1 – Metodologia

Tomamos como recorte espacial o Estado de Pernambuco, como forma de operacionalizar os objetivos da pesquisa, já que entendemos que com este recorte poderemos identificar como se concretiza e se configura a política nacional de desenvolvimento da pesca e aquicultura. Contudo, consideramos importante atender as diferentes escalas internacional, nacional e estadual e como estas se relacionam na construção desta política.

O recorte temporal corresponde ao período compreendido entre os anos 2003-2013. Consideramos este período como significativo para a política nacional pesqueira, pois foi em 2003, enquanto resultado do compromisso assumido pelo então candidato Luís Inácio Lula da Silva – do Partido dos Trabalhadores (PT) - à Presidência da República junto ao setor pesqueiro, que se criou a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), da Presidência da República SEAP-PR, como órgão setorial, iniciando-se um projeto político estrutural. Após seis anos (2009), houve a transformação dessa Secretaria em Ministério, pela Lei Nº 11.958 de 29 de Junho de 2009, e com a sanção da Lei Nº 11.959, também conhecida como *Lei da Pesca* que estabeleceu as bases da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

Ademais, foi no referido período, diferentemente do que ocorreu na presidência de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), de 1995-2002, que o Estado brasileiro redefiniu seu papel na economia e nas políticas públicas, ao passar a cumprir ações mais presentes e diretas junto à sociedade brasileira. E isso não destoou no contexto do setor pesqueiro.

Para analisar a política nacional pesqueira, é necessário atentar para as diferentes escalas, assim como para os distintos sujeitos e mediações sociais implicados na sua construção histórica. Partimos da premissa de que existe uma escala transnacional como cenário relevante para a ação dos Estados e para a configuração das políticas nacionais, sustentada sobre as transformações do Capitalismo. Por exemplo, Joan Martinez Alier (2007) mostrou que o cultivo de camarão em fazendas marinhas e seu crescimento exponencial, que ocorreu em países latino-americanos e no Sul e Sudeste asiáticos nas últimas duas décadas, possuem íntima relação com os interesses de produção e, principalmente, de consumo das nações de capitalismo avançado. Todavia, cabe frisar que essa vinculação subordinada não é algo novo, visto que foi constatada também no processo de industrialização da pesca no Brasil, por meio da atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), de 1962 a 1989, segundo Antônio Carlos Diegues (1983).

Nos últimos trinta anos, com a aceleração da integração econômica imprimida pelo

neoliberalismo, tem acontecido transformações quanto ao papel dos Estados como agentes de mediação política, depositários e “gestores” do poder, que diminuíram a centralidade destes, em favor de instituições e agências globais de administração econômica e política, como o Fundo Monetário Internacional – FMI, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, a Organização de Nações Unidas – ONU, a Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE, a Organização Mundial do Comércio – OMC, e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO dentre outras.

Atualmente algumas dessas instituições e agências internacionais assim como empresas de capital transnacional, estabelecem acordos, pautas e programas que condicionam, em maior ou menor medida, os rumos das políticas de desenvolvimento aplicadas nas escalas nacional, estadual, regional, municipal. Contudo, os Estados não deixaram de ser componentes sociopolíticos fundamentais do sistema capitalista, na medida em que cumprem um papel central, na organização dos circuitos socioeconômicos necessários para a expansão e acumulação capitalista, assim como na configuração dos cenários de ação política por parte de diferentes sujeitos. Entendemos que o instrumental teórico que aporta o materialismo histórico dialético nos permite desmistificar aquelas visões naturalizadas e institucionalistas que entendem o Estado, as instituições e as políticas públicas como um conjunto de ações e processos que visam simplesmente o bem comum. Dessa maneira, de acordo com Mézaros (2002) e Ianni (2004), o Estado é elemento indispensável para o controle e a “gestão” dos conflitos entre classes sociais, que são (e foram) gerados historicamente a partir das contradições e crises inerentes ao próprio sistema capitalista. O controle e a gestão do conflito são possibilitados enquanto exercício da coerção ou da construção de hegemonia por parte de diferentes instituições e mediações sociais. Para este fim realizaremos análise documental e revisão de bibliografia sobre o tema.

Com o objetivo de complementar e enriquecer a análise macro dessa pesquisa, atendemos a escala micro, por meio das entrevistas semi-estruturadas, da análise documental e da observação direta. Com estes procedimentos, almeja-se incluir na pesquisa a visão dos pescadores e pescadoras artesanais, sobre os antagonismos e conflitos gerados pela política nacional de desenvolvimento da pesca e aquicultura. Para isto, consideramos importante traduzir a linguagem acadêmica e técnica utilizada tanto na própria política quanto na produção acadêmica, em termos que possam refletir conflitos e situações que formem parte do cotidiano dos sujeitos de pesquisa.

Optamos começar pelos pescadores (as), como forma de aproximar-nos do problema de

pesquisa, assim como do universo da pesca artesanal, isto é, ouvimos os próprios pescadores das comunidades estudadas. Além deles, escolhemos os movimentos de ação coletiva dos pescadores (as) como sujeitos indispensáveis e relevantes na hora de estruturar nossa pesquisa e nosso trabalho de campo. Parte do trabalho inicial consistiu no diálogo com representantes e membros dos movimentos dos pescadores (as) artesanais, concretamente o Conselho Pastoral da Pesca – CPP. A importância do CPP advém do papel ativo que este tem tido como mediador sociopolítico dos pescadores (as), no que se refere à luta pelos direitos básicos da categoria, a emancipação das colônias de pescadores como entidade realmente representativa dos mesmos, assim como na articulação com outros movimentos de ação coletiva. O referido diálogo nos permitiu conhecer de perto o trabalho que o Conselho vem fazendo junto aos pescadores, reconhecendo, o grande valor que tem o trabalho de formação política e de valorização do trabalho pesqueiro, que realizam dia a dia. Nosso contato e aproximação em relação ao CPP formalizaram-se a partir de uma reunião concedida com os representantes do Conselho, na qual explicamos o nosso projeto de pesquisa, e solicitamos a possibilidade de utilizar o material bibliográfico e documental da sua biblioteca. Depois dessa reunião, nos foi comunicado a permissão para utilizar este acervo, bem como a possibilidade de colaboração com nossa pesquisa, inclusive fornecendo-nos material documental e alguns trabalhos acadêmicos pertinentes.

A comunicação com a CPP resultou extremamente valiosa para o andamento da pesquisa como um todo. Uma vez realizada a coleta inicial de dados passamos a estruturar os seguintes trabalhos de campo, visando trazer para a teoria e a base documental, as situações e os casos concretos de algumas das comunidades de pesca do Estado de Pernambuco. Nesse sentido, o CPP foi, também, um colaborador inestimável, já que nos forneceu contatos com pescadores (as) e lideranças locais nas comunidades escolhidas para o estudo de casos concretos.

Na escolha das comunidades, além das questões mencionadas na introdução desta dissertação, priorizamos outros dois elementos: o primeiro, que as localidades tivessem algum empreendimento aquícola, ao menos em seu entorno; e o segundo, que fossem comunidades com formas de pesca diferentes. Pretendemos com isso refletir parte da diversidade existente, tanto nas formas de pesca quanto nos impactos das diferentes formas de aquíicultura. Por isso, deu-se a escolha dos núcleos de pesca de Carne de Vaca e Baldo do Rio, em Goiana, e de Caraíba Seca, em Petrolândia, também conhecida como Ilha dos Pescadores, todos estes pertencentes ao estado de Pernambuco.

O trabalho de campo teve dois momentos. O primeiro começou no início do mês de Abril do

ano 2014, estendendo-se até começos do mês de Junho desse mesmo ano. Durante esse tempo, iniciamos o dialogo com o CPP reunindo-nos na sede situada em Casa Caiada – Olinda, com os representantes do comitê estadual e nacional do Conselho. Posteriormente, realizamos frequentes visitas à sede para trabalhar com material documental e bibliográfico do acervo que nos foi disponibilizado, e começamos a estruturar as seguintes fases do campo.

O segundo momento teve início no mês de outubro, estendendo-se até meados de dezembro. Começamos visitando a praia de Carne de Vaca, onde realizamos observação participante e quatro entrevistas semi-estruturadas, duas foram com pescadores e as outras duas com marisqueiras. Depois visitamos a comunidade de Baldo do Rio, entrevistando a dois pescadores e uma pescadora. Uma vez finalizadas estas entrevistas, nos dirigimos à fazenda de carcinicultura da Atlantis/Bramex, situada entre essas duas comunidades, com a intenção de visitar as instalações, mas o acesso nos foi negado pelo segurança que fica na guarita da fazenda. Depois, foram realizadas três visitas a Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado de Pernambuco – SFPA – PE. A primeira consistiu numa reunião com um representante da equipe técnica responsável pela área de aquicultura. Na seguinte solicitamos informações para a pesquisa, mediante ofício da orientadora Prof. Dra. Josefa Salete Cavalcanti. Na última visita recolhemos algumas das informações solicitadas. Já no mês de dezembro assistimos ao 1º Seminário de Piscicultura em Águas da União do Sertão do São Francisco, realizado na cidade de Petrolândia durante os dias 10 e 11 de dezembro, o que nos serviu para coletar mais dados sobre projeto aquícola promovido pelo MPA e a SFPA – PE, e realizar três entrevistas com aquicultores da região. Por último visitamos a comunidade de Caraíba Seca, entrevistando três pescadores e uma pescadora. Os nomes dos pescadores (as) que aparecem nesta dissertação, não se correspondem com os nomes reais, para manter a privacidade dos mesmos.

1.2 – As ciências humanas e o estudo da pesca artesanal no Brasil

Pretendemos, a partir da revisão de literatura, conhecer como no contexto acadêmico Brasileiro, concretamente aquele ligado às ciências humanas, tem sido abordado o estudo da Pesca Artesanal, das comunidades de pescadores e pescadoras e das suas relações e mediações com contextos sociais mais abrangentes. Todavia, nunca é demais lembrar que a etnografia moderna nasce enquanto resultado do estudo de campo sobre uma população costeira, isto é, a pesquisa *Argonautas do Pacífico Ocidental*, de Bronislaw Malinowski, de 1922, embora tenha como foco o *kula* como um importante sistema sociocultural e econômico é, antes de tudo, uma pesquisa sobre pessoas que viviam nos Arquipélagos da Nova Guiné Melanésia.

Identificamos como primeiro trabalho acadêmico sobre pesca artesanal praticada no Brasil “O Cerco da Tainha na Ilha de São Sebastião”, realizado por Gioconda Mussolini no ano de 1945 e publicado na revista *Sociologia*, da Escola Livre de Sociologia e Política da USP. Neste trabalho a autora detalha com precisão a técnica do “cerco”, relatando a maestria dos movimentos das embarcações, os lanços e a recolhida das redes, assim como partilha do produto do seu trabalho, o pescado. Um ano depois, a autora deu continuidade ao estudo da pesca analisando dessa vez o denominado cerco “flutuante”, no artigo intitulado “O cerco flutuante: uma rede de pesca japonesa que teve a Ilha de São Sebastião como centro de difusão no Brasil”. Mussolini problematizou nessa análise, questões acerca da aceitação dos pescadores locais dessa técnica advinda dos imigrantes japoneses enfatizando nos discursos e na produção ideológica que apoiou a introdução dessa técnica. A autora observou, ademais, como se deu a difusão do cerco flutuante em outras localidades do litoral paulista, assim como as relações entre essa introdução e as atividades de pesca industrial praticadas no porto de Santos.

No ano 1947 Donald Pierson e Carlos Borges Teixeira publicam também na revista *Sociologia* o trabalho, “Survey de Icapara”, que consiste numa descrição dos modos de vida e das técnicas dos pescadores artesanais do litoral do Estado de São Paulo. Aqui os autores tomam um caminho metodológico que privilegia um tipo de pesquisa etnográfica realizada em grupo, que parte de arranjos teórico-metodológicos da escola de Chicago. Podemos dizer que todos estes trabalhos formam parte da tradição dos estudos de comunidade, realizados em pequenas localidades rurais pelos pesquisadores da Escola Livre de Sociologia e Política, da USP.

Já na década dos 50, 60 encontramos alguns trabalhos vindos da geografia humana como é os de França (1954), Bernardes (1958) e Brito Soeiro (1961). Estas pesquisas mantêm um viés descritivo e empírico que centra sua análise na distribuição e nas formas de vida dos pescadores localizados entre o Rio de Janeiro e Santa Catarina. Há esta mesma década pertence o trabalho feito por Cascudo (1957), que com uma abordagem própria dos estudos folk, faz uma descrição em certa medida mitificada sobre tradições, o modo de vida e o trabalho dos jangadeiros do Nordeste. Outro trabalho interessante é feito por Aguiar (1965) sobre um grupo de jangadeiros situados na praia Pontas de Pedra-PE. O autor faz uma análise socioeconômico sobre os efeitos da modernização da pesca neste local, mostrando uma visão também mitificada dos pescadores. Neste trabalho a mistificação dos jangadeiros não se apresenta como um relato heroico dos mesmos, senão como uma visão destes numa situação de atraso cultural e social que se manifesta numa atitude passiva ante a vida.

Cabe destacar a influência na produção científica sobre pesca artesanal realizada no Brasil, dos estudos de sociedades camponesas, principalmente dos trabalhos de pesquisadores estrangeiros, como foram os casos dos antropólogos Firth (1946), Forman (1970), Kottak (1966) e Wolf (1969). Estes autores introduziram a discussão sobre as similitudes existentes entre pescadores e camponeses, assim como da possibilidade de inserir as sociedades de pescadores na discussão sobre as sociedades camponesas. O trabalho de Firth intitulado “The Malay Fishermen: their Peasant Economy” é um exemplo da aplicação de categorias próprias do estudo das sociedades camponesas, no estudo das sociedades de pescadores. Para o autor a economia dos pescadores malaios apresenta semelhanças estruturais com a economia camponesa de forma que podem ser tratadas indistintamente. Segundo Firth (1975), a principal diferença entre pescadores e camponeses reside no recurso natural objeto do trabalho, e não na organização social dos mesmos.

Sempre que melhorassem seu trabalho. Para o autor, além das inovações feitas, Por sua vez, Forman, ao estudar grupos de jangadeiros do litoral de Alagoas (publicado em 1970), intitulado de “The Raft Fishermen: Tradition and Change in the Brazilian Peasant Economy”, analisou os processos de mudança pelos quais os pescadores adotavam uma série de inovações técnicas principalmente nos tipos de redes utilizadas, existiam processos de mudança nas relações econômicas, que prejudicavam aos pescadores. Processos esses se referem ao controle da força de trabalho e do mercado os quais eram feitos por poderes locais, que visavam o lucro pessoal.

Para Ramalho (2002, pág. 20), a relevância destes trabalhos se manifesta de duas formas: por um lado, na influência sobre numerosos pesquisadores brasileiros entre eles, Brasil (1973) e Timm (1977), que utilizaram categorias provenientes dos estudos sobre o campesinato para a análise da pesca; e, por outro, no fomento da discussão e o debate sobre as especificidades e as características diferenciadoras da produção pesqueira, assim como das limitações dos conceitos próprios da análise das sociedades camponesas aplicadas ao estudo das comunidades de pescadores. Este debate continua presente até os dias atuais, mantendo-se vivo especialmente nos casos dos grupos que praticam pesca e agricultura.

Outro estudioso estrangeiro que desembarcou no Brasil foi Kottak, que nos seus trabalhos “The Structure of Equality in a Brazilian Fishing Community” (1966) e “Assault on Paradise” (1983) feitos em Arembepe-BA, mostrou os processos de mudança de uma comunidade, que passou do relativo isolamento e auto-suficiência, a sofrer importantes impactos sobre seus lugares de trabalho, que resultaram da implantação de indústria química, da abertura de estradas, da intensificação do turismo e da introdução da pesca praticada nos modos de produção industrial-

capitalista.

A partir década dos 1970, cresce a produção científica dos trabalhos de ciências humanas sobre pescadores. Vários deles centram suas análises nas relações entre as comunidades de pescadores artesanais e a recente indústria capitalista pesqueira, implantada durante o período da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), cujos recortes foram às mudanças sociais derivadas da industrialização, modernização e urbanização, sofridas nas comunidades de pescadores artesanais. Acerca dessas questões, na área da sociologia, encontramos trabalhos como os de Mourão (1967, 1971), Britto (1975), Diegues (1971, 1983), Ivo (1975), Ximenes (1975).

Entre os anos setenta e oitenta aparecem escritos que valorizaram as contradições geradas pela implantação de modos de produção industriais capitalistas fomentados no período da SUDEPE, ou seja, no avanço do capitalismo na pesca, nos conflitos gerados daí em diante e na subordinação da força de trabalho dos pescadores artesanais ao setor empresarial pesqueiro, direta e indiretamente. Encontramos uma importante produção acadêmica realizada pelos pesquisadores do Museu Emílio Guinde do Pará, como são Mello (1985), Loureiro (1985), Penner (1984), e Furtado (1987). Além desta produção, cabe destacar outros trabalhos importantes realizados durante este período histórico como são os de Duarte (1978), Lessa (1980) e Beck (1979).

Segundo Diegues (1999, pág. 13), com a quantidade de trabalhos produzidos por sociólogos e antropólogos desde a década dos anos 1970, que visavam o estudo das comunidades de pescadores, se desenvolve uma área de conhecimento específico nas ciências humanas denominada de Sócio-Antropología Marítima. Tais estudos eminentemente evidenciariam as limitações teórico-metodológicas que supõe a aplicação direta dos conceitos e as categorias próprias do estudo das sociedades camponesas para a análise das sociedades de pescadores. A Sócio-Antropología Marítima propõe um dialogo com os estudos rurais, a partir de uma revisão crítica sobre as limitações das categorias próprias deste campo de conhecimento no que se refere à sua aplicabilidade para o estudo das comunidades de pescadores e pescadoras artesanais. Tais trabalhos ressaltam como estas especificidades decorrem da particular relação dos pescadores e pescadoras com o lugar no que fazem seu trabalho, o mar.

Sobre isso, podemos destacar três trabalhos como representantes da Socio-Antropologia Marítima no Brasil: o primeiro, “Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar” (1983), feito por Antônio Carlos Diegues; o segundo, “Mestres e Mares” (1993), de autoria de Simone Maldonado; e, por último, “Ah, esse povo do mar”: Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucano (2002), realizado por Cristiano Ramalho. Consideramos os escritos

aludidos como um exemplo da preocupação por afinar os conceitos e as categorias aplicadas no estudo das sociedades de pescadores. Além disso, esses trabalhos dialogam com clássicos da Sociologia, e de outras ciências humanas, fortalecendo, em grande medida, o arcabouço teórico dos mesmos. Por esse motivo e com o intuito de ressaltar algumas singularidades do trabalho pesqueiro artesanal, dedicaremos mais um tempo à análise de algumas das contribuições das três obras.

O trabalho de Diegues (1983), que resulta de sua tese de doutorado, descola da tradição daqueles estudos que partiam das semelhanças entre os pescadores e camponeses, ao mostrar que as especificidades das sociedades de pescadores decorrem da particular relação destas com o meio em que desenvolvem sua atividade, o mar. A ruptura efetivada pelo debate de Diegues em comparação aos anteriores, se entende na medida em que sinala as diferenças entre os próprios pescadores, fazendo uma tipologia dos mesmos. Tipologia essa que versa sobre os diferentes tipos de organização relações sociais de produção aí contidas, dando lugar a três formas de organização possíveis e a várias subformas. A primeira forma é a da produção pesqueira de auto-subsistência ou primitiva, que estaria praticamente desaparecida do litoral brasileiro. A segunda é a produção pesqueira nos moldes da pequena produção mercantil (com as subformas dos pescadores-lavradores, e os pescadores artesanais) e, por último, a produção pesqueira capitalista (com as subformas dos armadores e embarcados e as empresas de pesca). (DIEGUES, 1983, pág. 75,80.)

Para o autor, a pequena produção mercantil e a produção pesqueira capitalista estariam em conflito. Já o pescador-lavrador viveria um processo de desestruturação, com perda de seus territórios no continente, onde praticavam a agricultura, principalmente devido à especulação imobiliária e o crescimento urbano, e por encontrar-se condicionado cada vez mais a voltar sua produção ao mercado, sob a forma de mercadoria. Desta forma, a pesca passaria a ser cada vez mais a principal atividade, como é característico na pequena produção mercantil do pescador artesanal. Nesta tipologia, a pesca artesanal representa uma continuidade da pesca dos pescadores-lavradores, já que mantém características como a imprevisibilidade e os recursos que explora. Por outro lado os pescadores artesanais teriam uma importante diferença com respeito aos pescadores-lavradores no sentido dos primeiros se identificarem como um grupo profissional.

No já clássico “Mestres e Mares”, Maldonado recolhe a experiência do trabalho etnográfico que fez em comunidades de pescadores artesanais da Paraíba, e resgata teóricos clássicos da sociologia como Weber e Simmel – este último em maior medida – apresentando alguns pressupostos analíticos interessantes destes autores para o estudo da pesca artesanal. A *sociologia*

do segredo, de Simmel norteia teoricamente este trabalho e serve de ferramenta teórica para a análise da distribuição social da informação entre os pescadores, sendo o segredo um aspecto relevante desse processo de distribuição por meio do qual os pescadores constroem tradições e territorialidades pesqueiras. Segundo a autora, a noção de segredo pode ser útil tanto para explicar o equilíbrio no uso dos recursos pesqueiros e a não predação destes, assim como para refletir sobre o segredo como atitude praticada nas relações de poder, prestígio autoridade e hierarquia na atividade pesqueira (há aqui uma mescla com o debate sobre carisma e tradição de Weber). O segredo também pode informar sobre os processos de construção e reprodução dos laços sociais, das hierarquias, da distribuição social do saber, e da informação. (MALDONADO, 1993, pág. 155, 156).

Por outro lado, Maldonado analisa as dinâmicas comunicativas dos pescadores, evidenciando as especificidades da relação homem-natureza que se dão na pesca marítima. A autora constata nas comunidades estudadas as diferentes formas nas quais de forma costumeira as comunidades de pescadoras dividem e se apropriam do meio marítimo:

A constituição de uma unidade histórica entre a terra e o mar que os pescadores realizam com suas práticas tecnológicas e simbólicas, e que resultam numa indivisão do mar sob forma jurídica, individual e contínua, que os pescadores relativizam, construído em praticamente todas as comunidades estudadas, formas consuetudinárias e locais de divisão e apropriação. (MALDONADO 1993, pág. 24).

Os códigos simbólicos se expressam em práticas e comportamentos compartilhados e fazem que essa indivisão se apoie em formas complexas de divisão, onde cada grupo percebe, delimita e divide, construindo assim territórios marítimos. Segundo Maldonado (*idem*), nas comunidades marítimas estudadas, a combinação de estruturas hierárquicas e discursos igualitários se organizam em três importantes elementos societários e tecnológicos que são o bote, a marcação e a mestrança. O segredo uma vez mais teria uma importância central, porque se daria nestas três instâncias no bote, a saber, é no bote que acontece o controle do mesmo pelos seus tripulantes, algo que é extremamente importante num meio instável e (in) divisível como o mar, particularmente na marcação das zonas de pesca (áreas mais piscosas), que são mantidas em segredo pelos mestres (pescadores que acumularam uma série conhecimentos que os diferenciam dos demais tripulantes e o maior conhecedor dos segredos do mar), cujo papel é central na distribuição da informação do conhecimento, e, sobretudo, na tomada de decisões (MALDONADO, 1993, pág. 149, 150).

Em “Ah, esse povo do mar”, Ramalho propõe uma sociologia da pesca na qual as categorias trabalho e pertencimento servem de chaves analíticas centrais para o estudo da produção e

reprodução social dos pescadores artesanais. Discorre sobre o processo histórico e as determinações de existência dos pescadores artesanais de duas comunidades de pescadores localizadas em Pernambuco, Suape e Itapissuma. A partir de uma análise comparativa entre a pesca oceânica e a pesca realizada nos estuários, propõe uma sociologia da pesca e não uma Sócio-Antropologia marítima. Ramalho se questiona como os pescadores artesanais respondem, através das suas práticas sociais, aos diferentes impactos decorrentes da expansão capitalista nos seus lugares de trabalho, tendo como uma das bases conceituais de seu debate as contribuições de Lukács sobre a centralidade da lógica do trabalho. O autor evidencia a existência de uma relevante especificidade na lógica do trabalho da pesca artesanal (RAMALHO, 2002, pág. 31, 32).

A singularidade do mundo da pesca artesanal configura-se enquanto resultado da interação dos pescadores e pescadoras com o lugar onde realizam seu trabalho. A percepção sobre o espaço e o tempo destes mantém uma estreita relação com os tempos de reprodução dos recursos pesqueiros, assim como com os cardumes, as marés, o calendário lunar, os ventos e outras condições favoráveis ou não para a pesca. O autor identifica que a liberdade que os pescadores manifestam tem muito a ver com a relação entre o modo de organização do seu trabalho e os laços de pertencimento existentes, os que o permitem manter uma condição de trabalhadores “livres”, no que se refere as suas escolhas sobre quando, como e com quem vão pescar. Por outro lado, a imprevisibilidade dos recursos pesqueiros exige destes uma grande capacidade de adaptação e de conhecimento do meio de produção, que deve ser atualizado de forma constante. Ramalho aponta a importância do conhecimento e do patrimônio sociocultural transmitido geração pós geração pelos mestres pescadores, que possibilita ao pescador guiar sua ação, de forma que a pesca artesanal não depende somente das condições materiais necessárias para a realização da pesca. (RAMALHO, 2002, pág. 31, 32).

Junto com a categoria *trabalho* Ramalho propõe a noção de laços de *pertencimento* como mediação, que interage com o trabalho e faz com que o ser social não seja desvelado somente pela lógica do trabalho. O autor considera a recriação dos laços de pertencimento como uma estratégia de reprodução dos pescadores, que se estrutura sobre um código ético que orienta sua prática. O fato de pertencer a um grupo significa partilhar diferentes elementos (conhecimento, valores e as tradições), que são, quando as estratégias de reprodução efetivam-se, acionados, reelaborados e transformados na prática cotidiana do trabalho da pesca, assim como das pressões causadas por fatores externos à pescaria. Desta forma, os laços familiares ou de amizade se tornam um elemento importante na construção das condições de trabalho e produção, a partir dos quais se constrói uma

base ética pesqueira que dá sentido e organiza o trabalho pesqueiro dando lugar a umas determinadas hierarquias e relações de poder e também de companheirismo e camaradagem entre o mestre e o resto dos participantes da pescaria. (RAMALHO, 2002, pág. 40, 41, 70, 98).

Em todas estas análises que tratam o universo da pesca artesanal, aparecem elementos externos as comunidades pesqueiras, que condicionam em maior ou menor medida a reprodução social do trabalho pesqueiro. Este é influenciado pela conjuntura social abrangente na qual se insere. Os processos de expansão capitalista que incidem diretamente nos lugares onde a pesca artesanal é realizada. Por outro lado os estudos elencados evidenciam as diferentes estratégias desenvolvidas por estes trabalhadores (as) que lhes permitem dar continuidade a prática pesqueira, e reproduzir sua vida, frente aos impasses que ameaçam sua sobrevivência. Estas diferentes estratégias como o segredo, a prática de outras atividades econômicas, a procura de novas zonas de pesca, a marcação etc. se sustentam pela riqueza social que aportam os laços de pertencimento, a cultura do trabalho, a autonomia e o sentimento de liberdade, o orgulho pela destreza e mestria do seu fazer cotidiano. Resulta evidente que os trabalhadores (as) da pesca não são sujeitos passivos aos diferentes processos de expansão capitalista nas suas comunidades, muito ao contrário estes sujeitos sociais, elaboram todo um leque estratégias, práticas e sentidos que supõem uma contestação nada passiva a esses processos, que lhes permite poder reproduzir sua vida frente às adversidades.

No seguinte ponto, discutiremos os fundamentos teóricos e categorias de análise que utilizaremos nesta dissertação, para dar resposta a nossas principais questões de pesquisa e a problemática identificada entre as ações Estatais e as estratégias de sobrevivência dos pescadores (as). Com esse fim optamos por uma fundamentação teórica que nos permita entender as ações das instituições do Estado voltadas a pesca, para com o setor pesqueiro Brasileiro. Atendendo a como estas ações contribuíram historicamente com os processos de expansão capitalista, impactando diretamente sob as comunidades pesqueiras. Discutiremos a situação dos pescadores (as) frente ao Estado analisando o papel das políticas de desenvolvimento, e concretamente das políticas de desenvolvimento dirigidas à pesca antes do ano de 2003. Visamos entender quais têm sido as principais ações políticas do período anterior ao nosso recorte temporal, para poder depois compreender melhor quais são as particularidades e semelhanças com o que vai acontecer no período de governo do PT, que discutiremos nos seguintes momentos da dissertação.

1.3 – Categorias de análise e fundamentação teórica.

Com o objetivo de analisar a relação entre as ações Estatais e a pesca em Pernambuco

discorreremos sobre o papel de tais ações no que se refere à regulação das relações entre capital/trabalho que possibilitam a reprodução social do sistema capitalista. Partimos da premissa de que na totalidade social os Estados, como forma política, têm um papel relevante na hora de garantir os processos necessários para a reprodução social e expansão de formas de produção capitalistas a partir do estabelecimento de mecanismos de regulação, ordenamento e controle social. As principais categorias de análise que discutiremos serão: Estado, Política de Desenvolvimento e Pesca Artesanal.

O Estado e os processos de expansão capitalista nas comunidades de pesca.

O Estado não é uma esfera separada da sociedade ou um mediador autônomo, visto que este emerge das relações de produção e expressa os interesses da estrutura de classe inerente às relações sociais de produção (MONTAÑO E DURIGUETTO 2011, pág. 36). Então, o Estado seria fruto das relações sociais próprias do modo de produção capitalista, segundo Mascaro:

O Estado não é um poder neutro e a princípio indiferente que foi acoplado por acaso à exploração empreendida pelos burgueses. O Estado é um derivado necessário da própria reprodução capitalista, essas relações ensejam sua constituição ou sua formação. Sendo estranho a cada burguês e a cada trabalhador explorado, individualmente considerados, é, ao mesmo tempo, elemento necessário de sua constituição e da reprodução das suas relações sociais. O caráter de terceiro do Estado em face da própria dinâmica da relação entre capital e trabalho revela a sua natureza também afirmativa. Não é apenas um aparato de repressão, mas sim de constituição social. (MASCARO, 2013, pág. 226)

A sociedade civil é um elemento central da formação do Estado, de forma que são as relações de produção e as sociabilidades que permitem a criação de mais valor e, com isso, a extração do trabalho não pago. Portanto, não podemos entender o papel do estado sem entender a sociedade de classes e a estrutura de reprodução social do capital que o sustentam.

Para Mascaro, o aparato político moderno mantém não somente um caráter repressor mas também de constituição social, na medida em que a existência de um nível político apartado dos agentes econômicos individuais da possibilidade de influir na constituição de subjetividades e lhes atribuir garantias jurídicas e políticas, convertendo exploradores e explorados em sujeitos de direito, sobre um único regime político e um território unificado normativamente, (MASCARO 2013, pág. 243). Dessa forma, o Estado estabelece uma intermediação garantida não por cada burguês de forma individual, senão por uma instância apartada deles, o Estado.

O contrato social liberal e a igualdade jurídica formal, que colocam o Estado como um depositário do poder político delegado pelas diferentes classes permite que este atue de supostamente de maneira imparcial ao interesse comum da sociedade. A representação do Estado

como salva guardião do interesse comum estão estreitamente ligadas com a produção de dispositivos ideológicos pelos quais os interesses das classes dominantes são promovidos com a intenção de passar a formar parte do interesse comum. (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, PÁGS. 46,47).

Por outro lado o sistema legal vigente nas sociedades capitalistas, por exemplo, permite e legitima o uso do poder do estado na hora garantir uma série de relações sociais e necessárias ao modo de produção capitalista como são: a propriedade privada das mercadorias em troca, a organização da força de trabalho como mercadoria, o dinheiro como veículo para acumulação, a regulação estatal da oferta de crédito e dinheiro, a margem de lucro, a mobilidade do capital e do trabalho, a garantia da propriedade privada dos meios de produção, os contratos, a estabilização do sistema monetário. Também deve assumir certa autonomia para o arbítrio entre interesses conflitantes no interior da própria classe capitalista surgidos da sua competição interna. A construção histórica do Estado capitalista tem se consolidado como um instrumento de dominação de classe que permite uma adequada relação capital/trabalho (HARVEY, 2005, pág. 84).

Wood (2006, pág.431) diverge dos argumentos de alguns autores como Hardt e Negri (2000), quando afirmam que com os processos de globalização os Estados nacionais têm perdido poder, pois tem sua capacidade de atuação em declínio frente á economia global. Na compreensão de Wood (2006), existe uma contradição entre a esfera de ação do poder econômico e a contínua dependência do capital de um sistema global de Estados territoriais tendo estes ainda um papel decisivo na organização e promoção dos circuitos econômicos que o capital não pode dirigir por si próprio. Sob estes argumentos, o capital depende hoje mais do que nunca de um sistema global de Estados territoriais.

Tal visão que nos parece mais crítica, a democracia formal – entendida exclusivamente como regime político liberal – é aparelhada para satisfazer às exigências do capital. Isto é, a democracia como governo do povo, expansão do poder popular resulta em algo amplamente incompatível com o modo de produção capitalista. Nesse sentido, segundo Wood (2006 pág.429), o poder social passou as mãos do capital, não só em razão de sua influência na política, mas porque a maior parte das atividades da vida humana fica fora da esfera do poder democrático e da prestação de contas, porque se fazem enquanto atividades privadas sempre garantidas e altamente legitimadas pelas democracias constitucionais liberais.

O Estado é entendido – nesta dissertação – como um processo histórico relacional de exercício de poder, a partir de arranjos institucionais que permitem estabelecer processos de

regulação, ordenamento e controle social numa sociedade de classes. Não estamos aqui reduzindo o Estado exclusivamente ao exercício de poder de um governo, senão que entendemos este como as diferentes possibilidades nas quais o poder pode ser exercido. Essas possibilidades se articulam através de diferentes instituições e mediações sociais que se utilizam da coerção e da produção de hegemonia conseguem estabelecer certa ordem social.

As ações do Estado para com a pesca não se resumem a política nacional pesqueira, já que existem ações políticas de outras instituições do Estado que a afetam direta ou indiretamente, em maior ou em menor medida, a pesca e aos pescadores e pescadoras artesanais. Mas nosso foco é a Política Nacional de Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura, por entender que esta pode evidenciar como se objetivam as contradições dos processos de geração de mais valor e as relações antagonistas entre capital e trabalho.

As Políticas de Desenvolvimento e as Políticas de Desenvolvimento da Pesca no Brasil

As políticas de desenvolvimento encontram sua origem na adesão dos estados nação ao modelo econômico de regulação da economia capitalista. A partir deste modelo de inspiração keynesiana, conseguiu-se dar continuidade ao modo de produção capitalista “superando” parcialmente suas crises, consolidando o tripé Estado, capital, mercado. No Brasil, o modelo de desenvolvimento urbano industrial de inspiração keynesiana se iniciará a partir dos anos trinta, através da política de substituição de importações e de crédito. Segundo Oliveira (2003, pág. 35), “a revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial”.

Contudo, a implementação de uma política de desenvolvimento fruto de programas do governo realizou-se somente depois da Segunda Guerra Mundial, sob a vigência de uma ideia etapista de desenvolvimento pela qual os países considerados “pobres” deveriam alcançar o desenvolvimento dos países ricos, por meio de um amplo investimento estatal que permitisse a modernização e o crescimento industrial (LIMA, 2012, pág.114).

Segundo Esteva (2000, pág. 63), no início do século XX, o “desenvolvimento urbano” passa a representar uma maneira específica de reformular áreas urbanas periféricas, baseada na máquina de terraplanagem e na produção industrial homogênea e maciça de espaços urbanos. O rural não foi o foco deste projeto, pelo fato de ser entendido como polos do atraso e fornecedor de mão de obra para o projeto de desenvolvimento industrial urbano.

Tal negação ideológica do campo contribuiu para apaziguar e diminuir os numerosos conflitos e focos revolucionários que emergiram com força nas áreas rurais, como mostrou José de Souza Martins (1983; 1994). Do ponto de vista mais geral, o discurso inaugural do presidente da maior potência econômica do mundo (os EUA) – Harry S. Truman – é emblemático e pode nos servir de ajuda para entender as bases e o peso ideológico de um conceito de desenvolvimento que foi hegemônico durante todo o século XX:

É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas. O antigo imperialismo – a exploração para lucro estrangeiro – não tem lugar em nossos planos. O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática. (TRUMAN, 1949 *apud* ESTEVA, 2000, pág. 63).

A palavra subdesenvolvimento, como base no mencionado discurso, deu um novo significado ao termo desenvolvimento, “pelo qual dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas, transformando-se numa imagem inversa da realidade alheia, que definia esta maioria heterogênea nos termos de uma minoria homogeneizante e limitada”. (ESTEVA 2000, pag. 60). Com a fala de Truman, o desenvolvimento se torna o centro da retórica das políticas de desenvolvimento implementadas pelos Estados que passam a entender este como um processo de modernização e industrialização eminentemente urbano e anglo-saxão.

Após a segunda guerra mundial e as conferências de Bretton Woods, nas que se decidiram as bases do sistema econômico internacional baseado no livre comércio, criaram-se uma série de instituições e agências internacionais, como: o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), substituído pelo Banco Central (BC), o fundo monetário internacional (FMI) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), substituído pela Organização Mundial de Comércio (OMC) e a Organização de Nações Unidas (ONU) que se converteram em agentes relevantes para a construção e o financiamento das políticas nacionais de desenvolvimento, entre elas o plano Marshall na Europa e Aliança para o progresso na América Latina, estes planos tiveram importantes repercussões que não detalharemos aqui. É a partir de 1968 que se consolida a ação destas agências e instituições internacionais como elementos fundamentais das políticas de desenvolvimento:

A chegada de Robert Mc Namara marcou profundamente a história do Banco Mundial. Se, por um lado, sua gestão deu continuidade a iniciativas e mudanças importantes [...] por outro ela dinamizou, inovou e expandiu as operações de Banco numa escala inédita, ampliando sua gravitação financeira, política e intelectual e consolidando-o definitivamente, como uma agência fulcral no âmbito das políticas de desenvolvimento. (PEREIRA, 2010, pág. 177)

Mc Namara consolidou do Banco Central como agente de desenvolvimento, com a chamada ajuda multilateral dos Bancos Multilaterais de desenvolvimento (BMDs), a partir da qual se destinavam fundos para países “periféricos” que tivessem algum interesse geopolítico. Estas “ajudas” multilaterais, que diminuíaam o custo dos anteriores pactos bilaterais, segundo (Pereira 2010, pag. 181) permitiram a Washington contornar as críticas interna à Guerra do Vietnã e ao apoio dos EUA a golpes militares e regimes ditatoriais que se espalhavam por toda a “periferia”. A agropecuária seria, na proposta de Mc Namara, o setor que maio expansão teria dentro do programa creditício, sob a justificativa de que este era um “fator chave para o crescimento econômico, na maioria de países em desenvolvimento” (Banco Mundial, 1968, p.11 in Pereira 2011, pág., 182), estes tipos de ajudas se destinariam durante a chamada revolução verde, tanto para insumos, quanto para infraestrutura e irrigação, segundo (Pereira, 2011, pag. 192) a maior parte do crédito agrícola foi canalizada para grandes produtores comerciais.

No caso da pesca brasileira, parte considerável de tais pressupostos encontrou eco na criação da SUDEPE e em várias de suas ações, especialmente nos Planos de Desenvolvimento Pesqueiro (ao todo foram cinco, da década de 1960 a 1989). Nesse sentido, linhas oficiais de créditos, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), foram efetivadas, bem como uma intensa e extensa política de incentivos fiscais, como destacou Diegues (1983), Dias Neto (2004) e Ramalho (2014), objetivando aplicar os pressupostos frisado.

De maneira geral, no Brasil, o período da CEPAL, deu continuidade ao mito do desenvolvimento, reiterando nas teses do caminho único da industrialização como forma de conquistar o desenvolvimento, a saber, essas teses previam a substituição das importações a partir da consolidação de uma indústria nacional que permitisse a exportação de produtos industrializados que melhorassem a balança comercial Brasileira. O crescimento industrial na época se concentrou nos centros economicamente dominantes do país, o qual gerou enormes desigualdades regionais, um aumento da concentração da riqueza e das desigualdades entre a população. (Lima, 2012. pág. 117). Com o golpe militar se produz uma reorientação das políticas de desenvolvimento, iniciando-se um período de modernização conservadora, que coloca o desenvolvimento regional, como força motriz. Segundo Lima (2012, pág. 120).

O que se observou no decorrer dos 20 anos em que o desenvolvimento regional esteve na crista da onda das políticas públicas engendradas no país foi à concentração e centralização do capital na região Centro-Sul do Brasil. [...] a divisão nacional e internacional do trabalho condicionava o processo de desenvolvimento brasileiro, consolidando os exercidos internamente, ao tempo que aprofundava a inserção/subordinação ao capital mundial. (Lima, 2012, pág. 120).

De modo mais amplo, tanto o crescimento industrial brasileiro quanto o golpe militar de 1964, mostraram que o Estado, como instituição fundamental do sistema social global, encontra-se na base e na cúpula do sistema de apropriação e dominação, produção e reprodução do capitalismo e das forças sociais que lhe conferem o sentido de ação, em termos internacionais, nacionais e regionais. É por isso que “as forças sociais que predominam na sociedade tendem a predominar no poder estatal, conferindo à sociedade esta ou aquela direção” (IANNI, 2004, pág. 7).

Na década de setenta, no contexto de sucessivas crises internacionais do modelo de acumulação fordista, frente ao que os acadêmicos da economia neoclássica chamaram problemas de rigidez, passaram a programarem-se os modelos de acumulação flexível. No caso Brasil, o Estado passou a promover projetos para o desenvolvimento que atendessem as exigências do novo modelo de acumulação, principalmente através da assistência técnica, e de crédito, direcionados a empreendimentos para a produção do mercado capitalista.

Os Programas Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) e as políticas de integração econômica foram solidificados tanto na cidade quanto no campo sob a dinâmica de ofertas de trabalho na especificidade dos setores de bens de consumo e produção industrial (Conceição, 2012, pág. 136). No Nordeste o papel da SUDENE, e de outras instituições centradas nas políticas de desenvolvimento, como é o caso da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) passaram a fomentar processos de modernização e de inserção nos modos de produção industrial. Essas políticas de desenvolvimento, como foi frisado por Diegues (1983) e Maldonado (1986), foram, no caso da pesca, políticas exclusivamente voltadas ao apoio, criação e/ou expansão do setor pesqueiro industrial, que se utilizou da força de trabalho e dos conhecimentos dos pescadores (as) artesanais. Parte considerável dessa frota pesqueira industrial acabou falindo, além de deixar graves sequelas na biodiversidade marinha.

Além disso, a atuação da SUDEPE no setor pesqueiro buscou e efetivou uma divisão nacional do trabalho e de desenvolvimento da pesca, como aconteceu de modo geral com o País. Assim, o Sul e o Sudeste brasileiro foram espaços de consolidação de formas mais capitalistas de produção pesqueira, fato que aconteceu apenas residualmente com poucos estados do Nordeste e Norte (Ramalho, 2014). Coube a esses o espaço de permanência da pesca artesanal, embora essa ficasse cada vez mais restrita, em termos territoriais inclusive, devido ao desenvolvimento urbano-industrial que impactou negativamente os rios e localidades costeiras.

Nos anos noventa uma nova crise vem acompanhada de um novo processo de desregulamentação, abertura dos mercados nacionais, liberalização monetária e intensificação da

financeirização econômica. Tal processo é acompanhado da intensificação da globalização econômica, que aparece contraditoriamente articulada ao discurso da sustentabilidade e da lógica local. Como resultado disso, emerge um modelo aberto de mercado e de consumo individual de bens, que se alia à necessidade do Estado mínimo para o trabalho e máximo para o mercado e o capital. Segundo Pereira (2005, pág. 191), o FMI e o Banco Mundial estabeleceram acordos em toda América Latina para garantir a liberalização das economias nacionais, substituindo o papel redistributivo por políticas focalizadas de “alívio a pobreza”. Durante este período, onde se situa o fim da SUDEPE e a criação do IBAMA, as Políticas de Desenvolvimento da Pesca foram caracterizadas por um ambientalismo conservador, que, se ao mesmo tempo em que colocava algumas reservas como áreas restritas para a prática da pesca artesanal, licitava áreas de mangue para a produção aquícola, com base nas grandes fazendas de carcinicultura (criação de camarão em cativeiro), como destacou o estudo feito por Natália Azevedo (2012).

Desde inícios do século XX até os dias atuais, as políticas ditas de “desenvolvimento” implementadas pelo tripé estado, capital e mercado vêm contribuindo para a expansão de dinâmicas sociais reificadoras e totalizantes cujo principal objetivo é dar continuidade ao processo de criação de mais valor. A intervenção ativa do Estado é um elemento fundamental para a correta produção, circulação e, consumo das mercadorias, assim como na produção de dispositivos ideológicos que possibilitam a reprodução social hegemônica deste modo de produção.

Num primeiro momento a retórica institucional, tanto dos técnicos quanto de um grande número de acadêmicos utilizou-se principalmente dos termos “modernização” e “desenvolvimento industrial” e “desenvolvimento urbano”, depois surgiu o “desenvolvimento regional” e mais tarde com a acumulação flexível e a expansão neoliberal, se tornariam hegemônicos os termos: “desenvolvimento sustentável”, “desenvolvimento territorial e local” para definir qualquer política de desenvolvimento.

O processo de formação histórica da Política Nacional de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura reflete as mudanças advindas dos modelos de desenvolvimento nacional adotados pelo Brasil. Esses modelos correspondem-se com os diferentes papéis e lugares que foram atribuídos ao Brasil e à própria pesca dentro do contexto da divisão internacional do trabalho e de (re) produção do capitalismo. Existe um claro nexos entre as políticas para pesca, as políticas de um determinado modelo de desenvolvimento e o lugar que ocupa o Brasil na divisão internacional do trabalho nos diferentes momentos históricos.

Por exemplo, ao elencarmos as principais políticas promovidas pelo Estado Brasileiro,

identificamos que estas se iniciaram com utilização das comunidades de pescadores (as) como reserva naval para os interesses da marinha militar. Tratou-se de um projeto nacionalista, que visou à nacionalização da pesca no contexto pós-primeira guerra mundial. Com base nessa meta, surgiram as colônias de pescadores subordinadas ao controle da Marinha Militar. Depois da implantação das colônias, criou-se o primeiro código de pesca, que repercutiu num maior controle da força de trabalho dos pescadores (as) brasileiros.

Até o surgimento da SUDEPE, nos anos de 1960, não se promoveu nenhuma política que virasse uma reestruturação do setor pesqueiro encaminhada a um modelo de produção industrial empresarial. No período anterior a esta época, a pesca no Brasil não tinha adquirido uma escala comercial de grande monta, exceto em alguns lugares do Sul e Sudeste do Brasil. De acordo com Diegues, (1995, pág. 3), “a pesca da sardinha, realizada em grande escala, deu origem também as primeiras indústrias de salga e secagem (depois enlatamento) no Rio de Janeiro e Santos, ao passo que as indústrias pesqueiras do Rio Grande do Sul surgidas na década de 1920-30 processavam principalmente a merluza”.

Durante o período de vigência da SUDEPE (1962-1968), que coincidiu em grande parte com o período da ditadura militar (1964-1985) se deu continuidade ao controle da marinha militar sobre as colônias de pescadores, e ao desenvolvimentismo paternalista e conservador. (AZEVEDO e PIERRI, 2014, pág. 64, 65; RAMALHO, 2014. pág. 43). As principais ações políticas deste período deram início à carreira desenvolvimentista na pesca, através dos Planos Nacionais de Desenvolvimento da Pesca (PNDP's), que foram à base para a financiamento, com dinheiro público, de uma frota pesqueira industrial empresarial. Grande parte das empresas foi criada nos litorais Sul e Sudeste do Brasil, como já destacamos, e algumas delas no Nordeste, particularmente para a captura da lagosta. O setor empresarial teve um apogeu durante os anos de 1970, que desencadeou, posteriormente, uma crise por sobrepesca, o que levou à falência de muitas destas empresas e, como estratégia para que algumas continuassem, aos seus (re) alocações para lugares onde existiam ainda em abundância as espécies que exploravam como o Pará e o Maranhão, o que não deu certo, na maior parte dos casos. (DIEGUES, 1995, pág. 3, 4).

Outra ação autoritária a ressaltar durante a época da SUDEPE foi à criação do segundo Código de Pesca no Brasil, no ano de 1968. Dentre outras coisas, o novo código “modificava o nome da Confederação Geral dos Pescadores para Confederação Nacional dos Pescadores, que seria também um braço político estratégico da SUDEPE e teria seu presidente indicado pelo gabinete do Ministério da Agricultura”. Já no ano de 1973 a SUDEPE criou, o primeiro plano voltado à pesca

artesanal: o Plano de Assistência à Pesca Artesanal – Pescart surgindo dando-se início a Extensão Pesqueira, nas colônias. Estas ações se centraram na difusão tecnológica, já que a SUDEPE enxergava a pesca artesanal como um “mundo atrasado” que era preciso modernizar. (RAMALHO, 2014, pág. 48, 49).

A extinção da SUDEPE coincidiu com a emergência de um modelo de Estado neoliberal, que redefiniu as políticas de desenvolvimento, deixando o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), uma instituição de proteção ambiental, como responsável pelo setor pesqueiro. O IBAMA não realizou política de fomento do setor. Contudo, o setor pesqueiro empresarial teve o apoio institucional e crédito, através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e de entidades financeiras como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que financiaram numerosos empreendimentos de caráter empresarial, voltados ao setor pesqueiro e aquícola. A única instituição de fomento nesse período foi o Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA) – dentro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no ano de 1998, o qual dirigiu sua atuação, em larga medida, ao fomento da pesca industrial e da carcinicultura, como frisam (Azevedo e Pierri, 2014, pág. 65; Neto 2003; pag. 140, Ramalho, 2014, pág. 51).

Desde os anos de 1990 até o ano 2003, mesmo sem ter uma instituição específica para a pesca, se consolidou com apoio institucional um setor importante e com grande capacidade de acúmulo e concentração de riquezas, a aquicultura, concretamente a carcinicultura (cultivo de camarão em cativeiro), que se utiliza de enormes áreas de manguezais para construir grandes fazendas e que foi fruto de várias e intensas mudanças técnico-tecnológicas nas formas de (re) criação e desenvolvimento de pescados em cativeiro, por meio de métodos intensivos de cultivo. Para Ramalho, (2014, pág. 52), a “atividade contou com uma conjuntura” favorável à sua implantação e expansão, por conta da forte demanda do mercado externo por esse tipo de pescado, que gerou “ganhos econômicos rápidos para aqueles que investissem no ramo; assim como apoio maciço de pesquisadores de instituições públicas”, e “liberação facilitada para sua implantação em Áreas de Preservação Permanente (APP), como os mangues, através de agências ambientais”.

Com a entrada do governo de Luís Ignácio Lula da Silva e a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), no ano 2003, se deram os passos institucionais para centralizar as políticas de fomento e consolidar uma política governamental que optou por dar continuidade ao modelo de expansão do setor empresarial, colocando a aquicultura como sujeito protagonista.

A própria expansão da carcinicultura (criação de camarão) anuncia a base da própria divisão do desenvolvimento e do trabalho do setor pesqueiro no Brasil, cabendo ao Nordeste ser celeiro

dessa forma de cultivo. Estava montado, assim, o apoio para a consolidação da revolução azul no Brasil como discutiremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II – O ESTADO, A PESCA, E OS PESCADORES

2.1 – A formação do estado nacional e a implementação das colônias pela marinha militar.

A implementação das colônias de pescadores pela marinha no ano 1919 é o ponto de partida significativo no que concerne ao estabelecimento de relações e a criação institucionalidades entre o Estado e os pescadores e pescadoras artesanais. De acordo com Callou, (1994, pág. 1, 2), a missão do Cruzador “José Bonifácio” representa o primeiro projeto para o “desenvolvimento” das comunidades pesqueiras do litoral. Foi esta missão que percorreu todo o litoral brasileiro, procurando induzir as comunidades pesqueiras a “uma nova conduta social que as fizessem passar do estágio de desenvolvimento em que se encontravam para outro que desconheciam”. O principal resultado dessa iniciativa foi à criação de 800 colônias de pesca, as quais os pescadores eram obrigados a pertencer. Dentre os objetivos desta missão, encontravam-se a nacionalização da atividade pesqueira e a utilização dos pescadores para a defesa da costa, considerando-os parte das reservas da Marinha de Guerra.

Com a implantação das colônias de pescadores, veio um sistema organizacional em torno da pesca, que consistia em Colônias, Federações e Confederação Nacional de Pescadores, enquanto arranjo político-institucional. Durante este período os pescadores serviam de reserva estratégica da armada, efetivando-se assim por parte do Estado, um controle da força de trabalho e de organização do mercado de trabalho, segundo os interesses do Estado e não das sociedades de pescadores. Segundo Ramalho (2012):

De 1919 a 1962, temas ambientais, trabalhistas, políticos e econômicos foram entendidos como aspectos que precisavam ser moldados, educados e/ou concebidos pelos projetos de nação oriundos de setores dominantes e suas elites políticas e intelectuais, através do Estado, e a pesca refletiu essas questões (RAMALHO 2012, pág.9).

Destacamos que o primeiro projeto de “desenvolvimento” da pesca artesanal tinha basicamente um caráter militar e coercitivo, cujo teor era o de subordinar a pesca artesanal aos interesses das elites envolvidas na construção de um projeto nacional. Tais ações partiam de uma visão que colocava a pesca numa situação de atraso e inferioridade social e cultural, pela qual esta deveria passar por um processo necessário de disciplinamento civilizatório que contribuísse para superar esta situação de atraso, fato que perdurou com o mesmo ritmo até a década de 1960.

No ano de 1933, a Marinha passou a atuar conjuntamente com o Ministério de Agricultura através da Divisão de Caça e Pesca – DCP, quedando neste último a responsabilidade das políticas de fomento, para o setor, e sendo a Marinha ainda responsável pelo registro dos pescadores. Para Ramalho (2014, pág. 41), “no caso da pesca, isso apenas intensificou algo já

existente em termos de controle do trabalho”, sendo que “a Confederação Geral dos Pescadores Brasileiros, implantada em 1920, subordinou-se à DCP, e as colônias, conseqüentemente, também”.

Já no ano seguinte, 1934 se criou o Código de Caça e Pesca pelo Decreto nº 23.672, de 02 de janeiro de 1934 –, que outorgou à DCP, um enorme poder sobre as colônias, podendo intervir nestas “quando julgasse necessário”. Quatro anos depois, em 1938, implantou-se o segundo Código da Pesca mediante o Decreto-lei nº 794, de 19 de outubro de 1938, que, no entender de Ramalho (2014, pág. 42), manteve “características assistencialistas” e um viés “policialesco sobre a vida política e de trabalho dos pescadores”.

2.2 – A Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE): Desenvolvimento e modernização como dogmas da política nacional pesqueira

Outro momento histórico significativo, na trajetória da política nacional pesqueira, veio com a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE – na década de 1960. A SUDEPE foi criada no ano 1962, durante o governo de João Goulart, a partir da fusão de três órgãos; a parte de Pesca da divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura, a Caixa de Crédito da Pesca (entidade autárquica deste ministério) e do Conselho de desenvolvimento da Pesca por mérito da Lei Delegada nº10, de 11 de outubro de 1962, (DIAS NETO, 2010, pag.120, TIMM, 1975).

Essa lei estabeleceu como principal função propor e executar a política para o setor pesqueiro, assim como elaborar os Planos Nacionais de Desenvolvimento da pesca. A elaboração desses planos estabeleceu-se a partir de um convênio de assistência técnica com a FAO, onde os mesmos foram aprovados mediante decreto junto com a criação de Grupos Permanentes de Estudo, enquanto mecanismo de controle e ordenamento pesqueiro (AZEVEDO, 2012, pág.131). Dois anos depois da criação desta Superintendência, deflagrou-se o golpe militar de 1964, com importantes repercussões sobre os rumos socioeconômicos do país.

Com o Decreto nº18. 696/66 de 1966 a pesca foi considerada como indústria de base, no seguinte ano com o Decreto-lei nº 221 de 28 Fevereiro, de 1967, revogou-se o Código de Pesca anterior, estabelecendo-se uma série de normas, relativas a permissões e proibições da atividade, tamanhos mínimos, épocas de proteção de espécies, assim como entrou em vigor diferentes possibilidades de crédito. A partir de 1967, há uma reorientação na política econômica possibilitada pelo contexto internacional, e pela reorganização da divisão internacional do trabalho, permitiu a expansão do setor industrial nos denominados países periféricos, que coincide com o período

chamado de “milagre brasileiro”. (Dias Neto, 2012, pag.121; AZEVEDO, 2012, pág.132).

A SUDEPE levou a cabo uma política de estímulo à “modernização”, implantando-se um modelo de desenvolvimento característico de uma modernização conservadora, cujas ações materializaram-se nos Planos Nacionais de Desenvolvimento e os incentivos fiscais. Isso pode ser constatado em vários artigos do Decreto nº 221, contidos no título I do capítulo VIII, os quais estabelecem uma série de isenções que favoreciam as importações, os processos de modernização capitalista da pesca e a frota pesqueira industrial:

Art.73 - É concedida, até o exercício de 1972, a isenção do imposto de importação, do imposto de produtos industrializados, bem como de taxas aduaneiras e quaisquer outras federais para a importação de embarcações, de pesca, equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos, ferramentas e petrechos para a pesca, quando importados por pessoas jurídicas de acordo com projetos que forem aprovados pela SUDEPE, na forma das disposições regulamentares.

Art. 74 – Os benefícios do artigo anterior estendem-se, por igual prazo, á importação de máquinas, equipamentos, aparelhos, ferramentas e acessórios, quando seja realizada por pessoas jurídicas que fabriquem bens de produção, petrechos de pesca destinados á captura, industrialização, transporte e comercialização do pescado, de acordo com os projetos industriais aprovados por órgão competente da Comissão do Desenvolvimento Industrial do ministério da Indústria e Comércio.

Art. 80 – Na forma da legislação fiscal aplicável, as pessoas jurídicas que exerçam atividades pesqueiras, gozaram até o exercício financeiro de 1972, de isenção do imposto de Renda e quaisquer adicionais a que estiverem sujeitas, com relação aos resultados financeiros obtidos de empreendimentos econômicos, cujos planos tenham sido aprovados pela SUDEPE.

Tal política de incentivos fiscais, amparada no Decreto lei 221/67, foi prorrogada pelo decreto-lei nº 1.217/72, mantendo sua vigência até o ano 1988 (DIAS NETO, 2012, pág.129). Dentro de esta linha de incentivos fiscais, foi importante o Programa de Desenvolvimento Pesqueiro – SUDEPE/BID, “com um orçamento de US\$130,35 milhões, dos quais cerca da metade foram concedidos como empréstimo pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o resto foi contrapartida nacional”. Deste orçamento, “foram destinados US\$101.35 ao subprograma de Linha global de Crédito – Propesca”, intermediado pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BCC, e pelos bancos estaduais com os quais se mantinham convênios com juros subsidiados”. Do total de subsídios liberados, “71%, foram direcionados 48% para pesca industrial, 27% para pesca artesanal e 25% para aquicultura”, destacando-se como principais direcionamentos dos investimentos, por um lado à formação “de uma frota de arrastro, para a pesca do camarão do Norte, e por outro a carcinicultura no Nordeste, aglutinando esta última todos os recursos correspondentes à aquicultura.” (SUDEPE, 1985, in DIAS NETO, 2012, pág. 133, 134; AZEVEDO 2012, pag.138, 139).

No que se refere especificamente a políticas para pesca artesanal, o Plano de Assistência à Pesca Artesanal (PESCART), formulado pela SUDEPE em parceria com o Ministério da Agricultura, do Banco Nacional de Crédito, e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no ano de 1973 foi à principal ação para a pesca artesanal. O PESCART deu reforço à linha modernizadora da SUDEPE, de difusão de pacotes tecnológicos e de recorte assistencialista, ao qualificar a pesca artesanal como “atrasada”, inclusive aparece catalogada no primeiro plano nacional da pesca da Superintendência como “primitiva e miserável” (CALLOU, 2013, pag. 326). Essa visão negativa e estigmatizada era compartilhada pelos extensionistas, que, em sua maioria, tinham sido formados no Curso de Engenharia de Pesca e que desconheciam as formas de trabalho, práticas sociais e organização social das comunidades pesqueiras. A propósito disso Callou (2013, pág. 484) escreveu que “a visão que vigorava entre eles, era a de um contexto social e tecnológico atrasado, Este deveria ser modificado, isto é, modernizado, apesar da “ignorância” do pescador e da sua visão “fatalista” da realidade”.

Tendo como premissa de partida o atraso do setor artesanal, os objetivos do PESCART visavam à assistência técnica para a modernização do setor. Modernização essa que consistiu no difusionismo tecnológico e seu aprimoramento tecnológico, difundido pelos extensionistas que seriam, segundo as premissas do Estado, capazes de levar novas tecnologias de captura e processamento do pescado mais avançadas que aquelas praticadas pelos pescadores artesanais, permitindo, dentre outras coisas, a inserção dos pescadores no mercado de forma mais competitiva. No ano 1980, cria-se o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro, pelo decreto nº 85.394, voltado às atividades de pesquisa e extensão, “incorporando na sua estrutura o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro, que anteriormente vinha sendo realizadas em parceria com a FAO”. A este instituto somou-se uma coordenação de extensão pesqueira, que significou uma continuidade do programa PESCART. Outra instituição criada durante o tempo da SUDEPE, voltada ao incentivo a pesquisa, foi o Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste – CEPENE, que atualmente pertence ao ICMbio, e tem sua sede em Tamandaré-PE. (AZEVEDO, 2012, pag.136)

De forma geral, os Planos de Desenvolvimento da pesca pretendiam estimular a capitalização da pesca, partindo da premissa da necessidade de uma correta exploração dos recursos, que supostamente se encontravam sub-explorados, não estando o potencial pesqueiro brasileiro sendo aproveitado. Segundo Dias Neto (2012, pag. 126) os três últimos planos estavam comprometidos com a fase do “Brasil Grande”, priorizando o crescimento como meta, tendo como

meio para atingi-lo a exportação. De acordo com Ramalho (2012, pág.10), os Planos Nacionais de Desenvolvimento contribuíram para que, na década dos setenta a produção do subsetor pesqueiro artesanal “perdesse seu espaço para a pesca industrial comandada por uma classe empresarial altamente dependente, beneficiada do dinheiro público”. Esta situação se estendeu até 1989, com a extinção da SUDEPE. Sobre o interesse pela capitalização da pesca industrial e o alinhamento da SUDEPE para com os interesses da mesma, em detrimento da pesca artesanal, Neto comenta:

A manifestação de interesse dos pescadores na Sudepe era mantida sob controle e era vista, quando ocorria, como uma insubordinação à tutela estatal, enquanto que a receptividade à manifestação dos empresários era bem recebida e vista quase como o único interesse privado existente. A autarquia, assim, controlava os interesses dos pescadores e se aliava aos dos empresários (grifo nosso). A definição de normas ou regulamentação para a pesca artesanal era dominada pela utilização de critérios técnicos; já para a pesca empresarial, outros fatores eram considerados mais relevantes que os critérios técnicos. (DIAS, NETO 2012, pág. 124).

Podemos destacar como principais ações do período SUDEPE os seguintes aspectos: (1º.) o forte apoio aos processos de expansão capitalista na pesca, principalmente favorecendo a capitalização da pesca industrial em detrimento da pesca artesanal; (2º.) a SUDEPE não teve o êxito esperado, pois não atingiu os objetivos que lhe foram atribuídos, e foi objeto de críticas e denúncias por desvios de verbas públicas, corrupção, mau uso dos recursos, discriminação da pesca artesanal, comprometimento dos recursos pesqueiros, e fomento de atividades empresariais inviáveis economicamente; e (3º.) tudo isso culminou numa crise institucional que levou a sua extinção em 1989. Com a SUDEPE corroboramos como o termo desenvolvimento e modernização aparece de forma central, e como objetivo prioritário da política nacional pesqueira, é eminentemente a produção de mais valor, a partir da promoção do empresariado pesqueiro.

2.3 – A divisão de competências entre o IBAMA e o Departamento de Pesca e Aquicultura do Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Após a extinção da SUDEPE, as atribuições da mesma foram passadas ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), pela lei n.7.735 de 22 de Fevereiro de 1989. Este Instituto foi criado em decorrência da fusão da SUDEPE, da Secretaria Especial de Meio Ambiente, da Superintendência de Desenvolvimento da Borracha e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

Ao IBAMA competia coordenar, regulamentar, orientar e fiscalizar a execução das ações e atividades relacionadas a gestão dos recursos pesqueiros. Por outro lado também, deveria a Instituição elaborar as estatísticas pesqueiras, a pesquisa, a regulamentação e fiscalização do setor, visando à manutenção da biodiversidade aquática e costeira (FAO, 2006, pág. 17). A estrutura do

IBAMA dividiu-se em cinco diretorias, que assumiram as diferentes competências. Cabe destacar que a sua estrutura deu continuidade aos Grupos Permanentes de Estudo (GPE's) criados durante o período SUDEPE dentro dos Planos de Desenvolvimento da Pesca. (AZEVEDO, 2012, pág.143, 144).

O foco do IBAMA direcionava-se para a conservação e preservação dos recursos pesqueiros, e a manutenção de mecanismos de controle sobre a pesca, dando continuidade a política da SUDEPE no que se refere a negligenciar o trabalho dos pescadores artesanais e suas práticas de utilização de recursos. A pesca artesanal foi alvo principal da fiscalização e das punições desta entidade ambiental, já que as zonas onde atua a pesca industrial são de mais difícil acesso. No ano 1992, surge o Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável (CNPT), formando parte do IBAMA e tendo como missão a implementação de Reservas. Contudo essas reservas não tiveram apoio técnico e financeiro suficiente (VASCONCELOS 2005 *et all*, in AZEVEDO, 2012, pág. 145).

No mesmo ano 1992 se produz uma tentativa de transferência das competências sobre pesca e aquicultura para o Ministério de Agricultura, mediante a medida provisória nº. 309792. Dois anos depois em 1994 “forma-se um grupo de trabalho interministerial”, que recomenda, dentre outras coisas, a “criação de uma Secretaria Nacional como órgão autônomo encarregado do planejamento, controle, administração, coordenação, promoção e desenvolvimento dos setores Pesqueiro e Aquícola”. A proposta de criação desta secretaria não se materializou, sendo que no ano de 1995 foi efetivada por meio de decreto o Grupo Executivo do Setor Pesqueiro – GESPE. Dos anos depois, no ano de 1997, mediante medida provisória, se separam as atividades de ordenamento, (quedando este a cargo do IBAMA), e de fomento e desenvolvimento, (passando estas a serem competências do Ministério de Agricultura e Abastecimento – MAPA). No ano 1998 por meio de Decreto nº 2.681 se cria dentro do Ministério da Agricultura e Abastecimento o Departamento de Pesca e Aquicultura – DPA. (AZEVEDO, 2012, pág.146, 147).

Durante o período compreendido entre os anos 1998 e 2003, “travou-se uma disputa política por competências entre as instituições que apostavam pelo desenvolvimento setorial como o Ministério de agricultura e o Departamento de Pesca e Aquicultura e as instituições ambientais e conservacionistas como o Ministério de Meio Ambiente e o IBAMA”. Nos anos destacados, retomaram alguns investimentos no setor pesqueiro, dirigidos principalmente ao setor industrial e a aquicultura empresarial principalmente a partir da concessão de crédito, a da subvenção ao óleo diesel. De acordo com o Plano Plurianual do segundo mandato de FHC, “o programa para

aquicultura contou com R\$ 65.4 milhões, que contribuíram para a expansão da carcinicultura, especialmente na região Nordeste, com graves consequências para a pesca artesanal”. Estes empreendimentos de cultivo de camarão para exportação foram alocados em áreas de mangue, e apicuns, causando numerosos problemas em áreas de pesca tradicionalmente utilizadas por pescadores artesanais (AZEVEDO, 2012, pág. 150). Outro arranjo jurídico que põe em risco as áreas de pesca utilizadas pela pesca artesanal vem com a criação do decreto nº 2.896, de nove de dezembro de 1998, pelo qual se permite o uso de águas públicas da União, para a exploração privada a partir da Aquicultura.

Podemos dizer que, durante o período em que a pesca ficou ligada ao IBAMA, o governo manteve uma política conservacionista própria de um órgão ambiental, com um discurso centrado na crise e na escassez dos recursos e a necessária recuperação e conservação dos mesmos. A política pesqueira do IBAMA considerou todos os tipos de pesca como depredadores de recursos, e como responsáveis pela escassez, mantendo instrumentos verticais de controle das espécies protegidas e das atividades de pesca que consideravam predatória, que principalmente afetaram aos pescadores artesanais. Sobre os resultados das políticas neste período Azevedo e Pierri (2013, pág. 2,3), comentam:

O resultado das políticas desenvolvimentistas e conservacionistas, somados ao vazio de políticas substantivas para a pesca artesanal, determinou que a maioria dos pescadores artesanais e suas comunidades ficassem em condições muito precárias de vida. Assim, eles se constituíram nas principais vítimas da crise dos recursos pesqueiros, sem ter sido os principais responsáveis de causá-la, ficando condenados ao empobrecimento e a enfrentar a concorrência desigual com a pesca industrial e a aquicultura empresarial e os conflitos derivados. (AZEVEDO E PIERRI, 2013, pág. 2,3).

Poucos anos depois, o programa de Desenvolvimento da Pesca “contou com R\$ 36.7 milhões”, para o período (2000-2003). Este programa priorizou o aumento das exportações, centrando-se, para isso, no suposto potencial da Zona Econômica Exclusiva Brasileira. Foi liberado por meio de decreto o arrendamento de embarcações estrangeiras por empresas brasileiras, para explorar a ZEE, aparecendo numerosos casos de corrupção e de empresas fictícias. O programa do IBAMA “Recursos Pesqueiros Sustentáveis”, contou com R\$ 122,1 destinados entre outros ao fomento de projetos de uso sustentável dos recursos pesqueiros, ao pagamento do seguro de desemprego do pescador artesanal, e a avaliação dos estoques e potencial sustentável dos recursos vivos da zona econômica exclusiva (REVIZEE), (DIAS NETO, 2012, pág.143).

Cabe destacar que durante os anos mencionados de disputa institucional, entre o IBAMA e o DPA, se elaboram marcos que visam regular e ordenar a pesca e os recursos pesqueiros, como são o

Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza recebendo financiamento do Banco Mundial e do Banco Latino-americano de Desenvolvimento, (SCARDUA, BURZSTYN, 2003 in AZEVEDO, 2012, pag.152).

Tais marcos mantêm um viés gerencialista próprio da ideologia neoliberal hegemônica dos últimos trinta anos, a partir da qual o estado passa a perder sua centralidade, delegando suas funções para entidades gestoras descentralizadas, que melhorariam a eficiência e aperfeiçoariam a competitividade. Na escala internacional, podemos destacar como elementos que se relacionam e que influenciaram de alguma forma a política nacional pesqueira no Brasil, mesmo seja no plano retórico ou discursivo, a Convenção da Diversidade Biológica, a agenda 21 Global, a convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar, o Código de Conduta para pesca Responsável. (AZEVEDO 2012, pág., 153).

2.4 – A institucionalização da aquicultura como objeto prioritário da política nacional pesqueira. A criação da Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura – SEAP-PR e sua transformação no atual Ministério de Pesca e Aquicultura – MPA.

A proposta de criação de uma Secretaria Nacional voltada exclusivamente à pesca e aquicultura, já constava no programa político de governo do PT do ano 2002, concretamente no caderno “Vida Digna no Campo” (que enquadrava as políticas para a pesca dentro das políticas setoriais agrícolas), e na Carta de Compromisso aos Pescadores na qual se comprometiam a criação de uma Secretaria que integrasse os diferentes ministérios relacionados à pesca. As principais propostas contidas no caderno “Vida Digna no Campo”, foram além da criação de uma Secretaria Nacional, a elaboração de um Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Pesca e Aquicultura, a manutenção do IBAMA como órgão fiscalizador. (Cadernos “Vida Digna no Campo”, PT, 2002).

Com a chegada do presidente Lula ao governo da República materializou-se a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP – PR. Formada por um Gabinete, duas Subsecretarias (Planejamento e Desenvolvimento), gerências regionais, e Superintendências a nível estadual. Dentre as principais competências atribuídas a esta Secretaria Especial constavam: o assessoramento direto ao Presidente da República para a elaboração de diretrizes dirigidas ao setor, à organização do Registro Geral da Pesca – RGP, o estabelecimento de medidas de fomento, o ordenamento da Aquicultura, a concessão de licenças, permissões, e autorizações para a prática pesqueira e aquícola, e a autorização de arrendamento de embarcações estrangeiras.

Podemos dizer que com a criação da SEAP-PR como órgão setorial, a disputa pelo poder da

política pesqueira (pelas competências) que vinha acontecendo entre a instituição setorial e ambiental, se intensifica, conseguindo a instituição setorial, tomar para si a grande maioria das competências e atribuições (AZEVEDO, 2012, pág. 156, 162). Contudo, as competências para o ordenamento pesqueiro se mantiveram divididas entre a SEAP e o MMA/IBAMA, ficando para o IBAMA a elaboração dos planos de gestão das espécies e, portanto a responsabilidade para estabelecer os critérios para a exploração dos recursos, e para a SEAP – PR a função de fomento, e a emissão de licenças e autorizações para realizar qualquer atividade pesqueira ou aquícola. Com o projeto político da SEAP – PR se conseguiu centralizar grande parte das atribuições relativas ao setor pesqueiro e aquícola no Brasil.

Mesmo com a divisão de competências, estabeleceu-se que os diferentes órgãos deveriam atuar de forma conjunta, mas como cabia esperar esta atuação não se deu sem conflitos. Em 2004 o Ministério de Meio Ambiente – MMA, mediante instrução normativa classificou mais de 200 espécies, como espécies ameaçadas de extinção, proibindo-se assim sua captura, dentre estas se encontravam algumas das que a pesca artesanal depende de forma direta, assim como espécies exploradas por outros tipos de pesca, esta medida acirrou o conflito com o órgão setorial. Em 2005 se realiza de forma conjunta entre IBAMA, SEAP – PR e o Ministério de Trabalho e Emprego, um recadastramento dos pescadores de todo o país. Nesse mesmo estabeleceu-se mediante convênio entre a SEAP-PR e o IBAMA um sistema de monitoramento da atividade pesqueira, assim como um recadastramento da frota, que serviriam de base para a criação de um sistema que desse continuidade as estatísticas realizadas pelo projeto ESTATPESCA iniciado nas regiões Norte e Nordeste no ano 1995. (AZEVEDO, 2012, pág. 164-165).

Cabe destacar que nesse período se criam dos espaços institucionais importantes, o Conselho Nacional de Pesca (CONAPE) e as Conferências Estaduais e Nacionais, promovidas e organizadas cada dois anos por este conselho. O conselho teve como principais atribuições; subsidiar a formulação das políticas elaboradas pela SEAP; propor estratégias de acompanhamento das atividades desenvolvidas pela SEAP; estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social, fortalecer o desenvolvimento e o fomento das atividades de aquicultura e pesca.

As conferências faziam parte do projeto político do governo do PT, de formar conferências nacionais para diferentes áreas, entre elas a pesca, como espaços para consulta da “sociedade civil” e para a “constituição das políticas”. Durante o período da SEAP, realizaram-se duas conferências: a primeira no ano de 2003 e a segunda no ano de 2006. No que diz respeito à terceira conferência, a

mesma foi realizada uma vez extinta esta secretaria e criado o MPA: Todas as conferências nacionais foram precedidas de conferências estaduais nas quais se escolhiam os delegados que participariam na conferência nacional, dentre representantes do governo, nos, acadêmicos e representantes dos diferentes “setores” pesqueiros.

Na primeira conferência, elaborou-se o “1º Plano de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e da Aquicultura”, do qual podemos extrair as conclusões e as interpretações que os técnicos da SEAP-PR elaboraram, assim como suas propostas e conteúdo ideológico-político das mesmas. A SEAP-PR coloca que seu papel é fomentar e modernizar a cadeia produtiva e a infraestrutura da pesca e da aquicultura, assim como o apoio a exportação e a comercialização interna. As metas colocadas foram à elevação da produção da pesca e da aquicultura e a criação de emprego. Para estes fins a pesca oceânica e a aquicultura são os sujeitos protagonistas, já que para os técnicos da SEAP – PR o imenso potencial exportador que o Brasil tem o colocaria como “última grande fronteira da aquicultura no mundo”. (SEAP, 2003, pág. 2. *apud* AZEVEDO).

Os objetivos deste primeiro plano proposto pela SEAP visavam elevar a produção em um 50%, triplicar o *superavit* comercial, modernizar a cadeia produtiva, no referente à aquicultura e pesca industrial o objetivo foi elevar em 100% a produção aquícola em três anos e o 30% da produção da pesca oceânica. (SEAP, 2003, *apud* AZEVEDO, 2013, pág. 195, 196).

Ao mesmo tempo esta Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP advoga por uma posição mais ativa do Estado segundo a SEAP (2003, pág. 1 *apud* Azevedo 2012, pág. 194) no sentido de “permitir o controle da atividade e a agilidade no estabelecimento de políticas desenvolvimentistas garantindo dessa forma sua sustentabilidade”. Enquanto a pesca artesanal, o texto coloca como “problemas” da pesca artesanal, a falta de políticas de ordenamento e gestão, o grande número de intermediários entre pescador e consumidor, a sobrepesca dos estoques, a frota ilegal, a poluição e a degradação, a falta de infraestrutura, a falta de mão de obra qualificada em técnicas de manejo modernas, a falta de assistência e crédito e o baixo nível de pescado industrializado, a pouca incidência de proteção social do Estado assim como uma elevada informalidade (AZEVEDO, 2012, pág. 195).

Na segunda conferência, ocorrida no a no de 2006, o conteúdo das resoluções é semelhante ao da primeira, nestas resoluções se enfatiza a necessidade de centralização das atribuições de fomento, fiscalização ordenamento e pesquisa. Por outro lado, continua apontando a necessidade de facilitar os processos de licenciamento ambiental, assim como prevê o desenvolvimento de pacotes tecnológicos, crédito, e seguros para a aquicultura. Consideramos que estes “instrumentos” ou

espaços institucionais, que poderiam parecer a simples vista interessantes a nível democrático (no sentido de incluir na toma de decisões ou em alguma forma de participação política setores da sociedade até então excluídos desses espaços), apresentam grandes limitações, sobre isto Azevedo e Pierri, (2013, pág.4). Comentam:

Embora a criação destes espaços suponha um avanço na construção democrática, isto não supõe nem garante a incorporação das demandas da sociedade civil nas políticas e inclusive pode ser utilizada com fins eleitorais ou para legitimar políticas que prejudiquem as classes populares.

As limitações dos conselhos enquanto instrumentos democráticos resultam evidentes primeiramente por serem estes de caráter consultivo, não tendo assim capacidade de gerar direitos subjetivos, reduzindo-se a uma consulta sobre a opinião ou a vontade. Por outro lado se analisamos com mais detalhe a composição do CONAPE, vemos que este foi constituído por vinte e seis representantes de órgãos do governo (ministérios, instituições financeiras, Agência Nacional das Águas, Petrobras), por quinze representantes das organizações de pescadores artesanais e de trabalhadores da pesca, dez representantes do setor empresarial e dois pesquisadores, se consideramos que se trata de um conselho nacional de Pesca e que a pesca artesanal é a mais praticada no Brasil a proporção numérica nos parece quanto menos pouco equilibrada para o peso real desta, sobretudo se pretende falar de uma democratização da política pesqueira.

Por último identificamos que nas discussões e sistematizações promovidas nestes espaços formais institucionais, nos que se pretende a participação, se tende a endeusar os conhecimentos, discursos e retóricas dos técnicos, e a desvalorizar os conhecimentos tradicionais expressados pelos pescadores artesanais, e seus representantes, já que estes não necessariamente se adéquam aos padrões comunicativos tecnicistas mais comuns no âmbito burocrático chegando ao ponto de deslegitimá-los.

Consideramos as ações políticas da SEAP – PR, e o projeto estrutural desta Secretaria Especial como um elemento chave das dinâmicas sociais totalizadoras subordinam a pesca artesanal, na medida em que longe de superar o dogma do desenvolvimento mantido no período Sudepe ou o ambientalismo conservador do período IBAMA, mantém aspectos negativos de ambas as propostas (em todo caso dando um maior peso ao desenvolvimentismo frente ao ambientalismo conservador). O projeto político da SEAP – PR aparece mascarado com uma retórica sobre o reconhecimento dos pescadores e pescadoras artesanais e sua inclusão na participação democrática. Na prática este projeto continua mantendo a pesca artesanal subordinada aos interesses de setores empresariais, a SEAP reproduz a lógica de acumulação capitalista propondo como solução aos problemas da pesca

artesanal a sua reconversão a aquicultores familiares modernos. Cabe destacar que os problemas que são atribuídos à pesca artesanal são construídos ideologicamente como verdades pela própria legitimidade social que oferece a lógica racionalista e modernizadora dos técnicos e gestores da SEAP, como é a escassez dos recursos às dificuldades para gerar escala a baixa produtividade, o atraso etc.

A proposta da SEAP-PR tem como princípios de ação a utilização de recursos tecnológicos e científicos, principalmente os referentes a técnicas e tecnologias aquícolas que permitam produzir a grande escala para o mercado nacional e internacional, utilizando-se do poder institucional das elites empresariais do setor. De acordo com Mendonça e Valencio (2007, pág.112) o papel da SEAP, e suas ações políticas para com a pesca artesanal, se resumem da seguinte forma:

Para a Seap, a aquicultura não é uma possibilidade real de apoio do pescador artesanal, mas, significa o mecanismo de sua extinção. O governo Lula, na sua primeira gestão, propôs uma política de crédito para o setor pesqueiro incentivando uma progressiva conversão da atividade pesqueira artesanal para a aquicultura em todo o território nacional. Partiu do argumento que tal política vinha como alternativa aos pescadores artesanais cujas espécies em que se baseiam sua atividade encontram-se, segundo critérios técnicos, sobrexploradas. Mas cabem divergências quanto aos métodos e as interpretações acerca do que se considera sobrexploração no contexto da questão ambiental no Brasil. De qualquer modo, a ausência do pescador artesanal no processo de avaliação perita dos estoques bem como de consideração perita ao saber tradicional no que concerne ao status da pesca, ou de dialogicidade entre tais conhecimentos, é o que inviabiliza que uma alternativa menos radical do que a aquicultura seja proposta.

Vemos desta forma, que as institucionalidades criadas entorno da pesca artesanal, se relacionam com esta de forma dialética, no caso da SEAP e também das instituições encarregadas da pesca em períodos anteriores, se mantém, por um lado, uma retórica de proteção, reconhecimento e fomento do setor pesqueiro artesanal acompanhado de políticas paternalistas, e, por outro, se criam as condições materiais para sua subordinação aos interesses que parecem ser realmente prioritários, a expansão aquícola e a capitalização do setor.

O Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura publicado pela SEAP, em 2008, é um documento chave que evidencia o plano estratégico desta Secretaria já que reflete em boa medida os objetivos e o transfundo ideológico da política pesqueira.

Nele se estabelecem as principais diretrizes pelas quais se organiza toda a política pesqueira, assim como as ações e os objetivos a serem atingidos pela mesma. De forma contraditória o plano reconhece à importância da pesca artesanal no Brasil, ressaltando os mais de seiscentos mil trabalhadores da pesca artesanal como responsáveis por mais de um 60% da produção pesqueira, mas, por outro lado, coloca-se a produção aquícola como principal caminho para o um

desenvolvimento sustentável “que garanta a demanda crescente de alimentos e a geração de emprego e renda” (SEAP, 2008, pág. 7). O plano estabelece como objetivos recuperar estoques pesqueiros na costa brasileira e nas águas continentais, desenvolver a pesca oceânica e o grande potencial da aquicultura brasileira em águas da União e em estabelecimentos rurais. Para atingir estes objetivos prevê investimentos importantes, focados na superação dos entraves para o desenvolvimento sustentável do setor aquícola e pesqueiro. (SEAP. Plano Mais Pesca e Aquicultura, 2008, pág. 8.). Neste documento identificamos de novo a lógica que segue a secretaria, pela qual a sustentabilidade é vista como um problema de escassez de recursos, que pode ser solucionada pela reconversão a aquicultura.

No mesmo texto se coloca que as políticas devem visar à inclusão social e a valorização das populações tradicionais, apontando a aquicultura familiar como principal forma de geração de emprego renda e autonomia. Em definitiva isto nos parece que mostra a pretensão de converter os pescadores artesanais em aquicultores familiares, de forma que a “inclusão social” proposta pela SEAP consiste num processo de assimilação social e cultural pelo qual o trabalho pesqueiro artesanal fica obsoleto, sendo este superável por uma necessária reconversão a aquicultura familiar, que satisfaça as exigências de modernização do setor.

As ações concretas propostas pela SEAP no Plano Mais Pesca e Aquicultura, consistem na construção de terminais públicos Pesqueiros, de Centros Integrados para a Pesca artesanal, a ampliação do crédito, o programa Profrota para pesca oceânica, a extensão pesqueira e aquícola, o incentivo ao cooperativismo e associativismo, a ampliação do programa de subvenção ao óleo diesel, o desenvolvimento da aquicultura e o ordenamento e monitoramento da atividade. Cabe destacar que todas as ações e investimentos que aparecem neste plano são destinadas tanto para a pesca, quanto para a aquicultura. Dessa forma não se diferencia a pesca artesanal da aquicultura familiar nem dos setores industriais. Isto nos parece uma homogeneização tendenciosa que simula uma igualdade de condições que mascara as diferenças, ou seja, busca-se esconder e/ou minimizar os conflitos e as desigualdades da pesca no Brasil. Nesse aspecto, a ideia de fundar um novo pacto social, em que capital e trabalho irmanam-se sem contradições, foi uma representação, uma ideologia que o governo Lula apregouou durante todo seu Governo (2003-2010)¹.

A SEAP – PR teve um papel central na criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), porque seus quadros e apoiadores articularam-se com a FAO, que fez um relatório técnico de assessoramento, no intuito de orientar a criação de um ministério como solução para os problemas

1 A própria aliança com o então senador, na época, José Alencar (vice na chapa de Lula para presidente) era uma busca simbólica disso.

entorno as políticas para a pesca no país. O relatório serviu aos técnicos e gestores da SEAP, para formar uma frente parlamentar e iniciar o processo legislativo para a criação do ministério. (DIAS NETO, 2010 apud AZEVEDO, 2012, pág. 167). Três dias depois da criação do MPA, o Governo sanciona a Lei Nº 11.959, também conhecida como *Lei da Pesca* que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. A lei colocam como normas gerais da política nacional de “desenvolvimento sustentável” da aquicultura e da pesca os seguintes itens:

- I – o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer, garantindo-se o uso sustentável dos recursos pesqueiros, bem como a otimização dos benefícios econômicos decorrentes, em harmonia com a preservação e a conservação do meio ambiente e da biodiversidade;
- II – o ordenamento, o fomento e a fiscalização da atividade pesqueira;
- III – a preservação, a conservação e a recuperação dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas aquáticos;
- IV – o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades. (BRASIL 2009)

As normas gerais da política nacional se definem de forma mais detalhada nos diferentes artigos e capítulos da lei. O que a nosso entender reflete melhor os objetivos da política de desenvolvimento são o Artigo 7º, que estabelece o crédito para o fomento ao setor pesqueiro como um elemento central para o desenvolvimento da atividade pesqueira e aquícola no país, e o capítulo V, que trata sobre o principal sujeito ao que é voltada esta política, a aquicultura. Dentro deste capítulo V, destacamos a importância dos artigos 21, 23 e 25, como principais marcos da lei, os quais permitem a expansão da aquicultura no Brasil. Nos dois primeiros, 21 e 23, se concede o direito de uso de águas e terrenos públicos para o exercício da aquicultura, estabelecendo se como instrumentos de ordenamento da aquicultura os Planos de Desenvolvimento da Aquicultura, os Parques e Áreas Aquícolas e o Sistema Nacional de Autorização de Uso de Águas da União para fins de aquicultura. Já no artigo 25 se estabelece a potestade do MPA para tramitar a licença de cessão para “uso de espaços físicos em corpos d’água” sob a jurisdição “da União, dos Estados e do Distrito Federal, para fins de aquicultura.” (BRASIL, 2009).

Outro capítulo interessante no que se refere à expansão de crédito é o cap. VII, que trata do estímulo à atividade pesqueira. Neste são considerados produtores rurais e beneficiários da política agrícola de que trata o art. 187 da Constituição Federal as pessoas físicas e jurídicas que desenvolvam atividade pesqueira, de captura ou de criação de pescado nos termos desta Lei.

§ 1º Podem ser beneficiários do crédito rural de comercialização os agentes que desenvolvem atividades de transformação, processamento e industrialização de pescado, desde que atendido o disposto no § 1º do art. 49 da Lei n [8.171, de 17 de](#)

[janeiro de 1991](#). (BRASIL, 2009)

Parágrafo único. Cabe ao poder público e à iniciativa privada, a promoção e o incentivo da pesquisa e capacitação da mão de obra pesqueira.

Além de tais componentes da lei da Pesca, que consolidam o projeto aquícola do MPA, gostaríamos de destacar o projeto de “Gestão Compartilhada” dos recursos pesqueiros, que apareceu durante a 3ª Conferência de Pesca e Aquicultura. Este ao menos, no plano retórico, manifesta um aparente interesse por uma democratização na tomada de decisões, que afetam as pescarias no Brasil. A conferência teve lugar em outubro de 2009, e diferenciou-se das anteriores, na medida em que incorporou a retórica advinda de organizações internacionais como a FAO, sobre a “gestão das pescarias” assim como a ideia de “Gestão compartilhada dos recursos” apostando pela aquicultura em tanques-rede, como principal via de crescimento do setor.

No mês que se realizou a conferência foi aprovado o Decreto nº 6.981, de 13 de outubro de 2009, o qual estabelece a atuação conjunta entre os Ministérios de Pesca e Aquicultura para o “uso sustentável dos recursos pesqueiros”, este decreto coloca as bases para a criação do denominado “sistema de gestão compartilhada dos recursos pesqueiros” e cria a “Comissão Técnica de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros” como órgão consultivo e coordenador das atividades deste sistema. O sistema foi estruturado por comitês, câmaras técnicas e grupos de trabalho de caráter consultivo, compostos de forma paritária por entidades do Estado e da sociedade civil organizada. Os objetivos deste sistema seriam o “uso sustentável dos recursos” a partir da criação de planos de gestão aplicados a unidades de gestão que poderiam compreender tanto uma espécie quanto um grupo de espécies, um ecossistema, uma área geográfica ou hidrográfica, ou também um sistema de produção ou pescaria. Estes planos de gestão deveriam dispor sobre os regimes de acesso, as capturas e tamanhos permitidos, os períodos de defeso, as áreas permitidas e não permitidas para a pesca, os aparelhos e sistemas de pesca e cultivo e a proteção da reprodução e a recomposição de estoques. (BRASIL, 2009)

Segundo Azevedo (2012, pág. 181), o sistema de gestão compartilhada “apesar de estar estabelecido desde 2009 não tem sido implementado”. Na prática o Sistema Nacional de Gestão Compartilhada, o MMA mantém uma disputa com o MPA para atribuir-se mais competências no controle da pesca e da aquicultura, pedindo estes dois à elaboração dos planos de gestão. Este plano incorpora toda a retórica sobre cogestão e a participação social para o desenvolvimento sustentável incorporada pelo MPA desde a lei da pesca que refletem por um lado o discurso sobre desenvolvimento sustentável. E por outro o discurso sobre a democratização política das pescarias a partir do sistema de gestão compartilhada. Isto supõe a nível ideológico a utilização de termos como

cidadania, cogestão, participação etc. que são utilizados no âmbito acadêmico e nos movimentos sociais para legitimar ao menos no plano retórico as ações verticais de ordenamento e controle que realiza o MPA. Paradoxalmente, na prática, o desenvolvimento dito sustentável é mais do que questionável, já que o MPA mantém como principal objetivo o aumento da produção, a partir de um modelo de produção aquícola em grande escala.

A política territorial do MPA se concretiza com a elaboração dos “Territórios da Pesca e Aquicultura”, inseridos dentro do programa “Territórios da Cidadania”, de forma que a política iniciada pela SEAP, a partir do Plano de Desenvolvimento Sustentável e continuada pelo MPA. Com a política territorial, tem início a um processo de ordenamento aquícola, a estabelecer como principal objetivo o crescimento produtivo, e que possui como principal protagonista para atingir esse crescimento, o setor aquícola. Podemos ver como este viés produtivista reproduz modelos anteriores, por meio dos quais se iniciam processos “modernizadores do setor” que priorizam a produção em grande escala as exportações e a competitividade a nível internacional, esses processos parecem seguir uma mesma lógica mantida, não sem transformações, até os dias atuais. Esta é a lógica do desenvolvimento capitalista, do desenvolvimento ligado aos avanços tecnológicos, à modernização do setor e a inserção dos pescadores artesanais nos modos de produção industriais, ou seja, essas são algumas das bases fundamentais da constituição da revolução azul enquanto manifestação objetiva da reprodução singular do capitalismo no setor pesqueiro.

A reconversão aquícola iniciada no período SEAP é continuada pelo MPA, com a força jurídica que permite a lei da pesca. A mesma vem se concretizando, através de cessões onerosas e não onerosas de áreas aquícolas, delimitadas nos parques aquícolas, através de um processo seletivo público, onde trechos de rios, barragens e mar são privatizados, mas que ganham o eufemismo de cessão das águas. Segundo o MPA (2013), a seleção de áreas não onerosas tem forte cunho social e são ofertadas gratuitamente, mediante licitação não onerosa observando parâmetros socioeconômicos, por outro lado as cessões onerosas se realizarão da seguinte forma:

A seleção de empreendedores para as áreas onerosas é efetuada por meio de licitação onerosa, onde vencedor é aquele disposto a pagar mais pelo uso da área. Além de ser um negócio que pode ser lucrativo, os interessados em cultivar pescados nos parques aquícolas levam uma grande vantagem: as áreas são cedidas já com todos os seus aspectos legais e ambientais de cessão totalmente resolvidos. (MPA, 2013).

Isto significa um processo de privatização das águas, pelo qual se vendem ou se cedem espaços públicos para fins particulares. Embora os pescadores artesanais estejam dentro do público-alvo para as cessões, estas põem em risco espaços de uso comum onde é praticada a pesca artesanal. A retórica do MPA mantém que isto será de grande ajuda para os pescadores artesanais já que estes

aumentaram sua renda através da prática aquícola. Por outro lado, as ações dirigidas à pesca artesanal visam mais ao alívio imediato da pobreza e não sua sobrevivência e fortalecimento em longo prazo. Segundo Azevedo e Pierri (2013):

O objetivo principal da política do governo dirigida para a pesca artesanal busca a redução da pobreza mediante o incremento da renda dos pescadores artesanais e de suas comunidades, em primeira instância, por meio da melhoria da cadeia produtiva e a diminuição da dependência de intermediários. Mas, sendo ambas positivas e necessárias, são limitadas pelo fato de nenhuma dessas medidas terem caráter universal e/ou sistemático. Pelo contrário, se trata de ações fragmentadas, dispersas e pontuais, que são incapazes de transformar significativamente a realidade das comunidades pesqueiras. (AZEVEDO; PIERRI, 2013, pág. 9).

A partir desta análise, podemos identificar como a principal linha de ação da Política Nacional de Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura a criação de mais valor a partir da intervenção na produção, na distribuição, na circulação e no consumo de pescado. O carro-chefe da política do MPA é um projeto de expansão aquícola, que converte os territórios onde os pescadores e pescadoras artesanais reproduzem sua vida, em territórios para o capital. São essas questões que nos possibilitar ver e compreender como se concretiza esta política no Estado de Pernambuco, identificando nelas as diferentes políticas dirigidas a pesca artesanal, pesca industrial e aquicultura.

Inserido nesse contexto de novidades e arranjos legais encontram-se as políticas ambientais para a pesca que dependem da ação conjunta do MPA, com o MMA e o ICMbio, encarregado este último da gestão das Reservas Extrativistas (RESEX), as Áreas de Proteção Ambiental (APA) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Outra política ambiental é o seguro de defeso, que depende da ação conjunta do MPA o MTE e o MMA cujo enfoque consiste no pagamento de um salário mínimo aos pescadores na época na qual não é permitida a pesca de determinadas espécies protegidas (lagosta, por exemplo, no caso do Nordeste brasileiro).

Sobre as políticas previdenciárias, podemos destacar o seguro especial do INSS e o Seguro de desemprego, que dependem diretamente do MTE. As principais políticas de participação têm sido as Conferências de Pesca e Aquicultura e o Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura, ambos promovidos pelo MPA. As políticas educativas promovidas pelo MPA, junto com o MEC são o programa pescando letras e os Telecentros Maré. Ou seja, tudo isso representa uma orquestração de ações do poder público com vistas a também atender demandas sociais variadas, dos pescadores e pescadoras, dos empresários e o do que a sociedade acredita ser justo e aceitável fato que não pode ser negado pela tecnocracia, os governantes, de maneira geral.

Ianni (2004) escreveu, ao analisar as políticas do Estado em relação à sociedade, que:

Há expectativas coletivas e movimentos de opinião pública que afetam negativa ou positivamente o processo de intervenção. O sistema social sobre o qual se pretende

interferir não é nem uma totalidade harmônica, com seus elementos em condições semelhantes de circulação, nem isenta de “voluntarismos” de classes e grupos sociais, manifestos às vezes individualmente. É preciso que o diagnóstico incorpore explicativamente às correntes de opinião pública preexistentes, em que se refletem as gradações da vida política, as suas tendências, os seus mecanismos básicos, etc. Há expectativas coletivas, relativamente aos projetos de intervenção, que precisam ser incorporadas dinamicamente, para que a atividade estatal não se constitua como exógena e provoque a emergência de tensões (IANNI, 2004, pág. 164-165).

Nesse sentido, o MPA, como instituição do Estado, que visa principalmente o fomento, tem suas ações mais estratégicas, em termos de desenvolvimento econômico, direcionadas para o setor empresarial. Todavia, enquanto poder público, não pode ele negligenciar as demandas das classes populares e seus desejos pela concretização de várias políticas estatais, para que isso não se traduza em tensões por meio do aparecimento de conflitos sociais contundentes. Embora isso seja real, também não deixa de ser concreto que tais políticas públicas voltadas aos setores populares não podem (e nem devem) servir de bloqueio para a consolidação e ampliação dos marcos do capital na pesca, especialmente, no caso contexto atual do Nordeste, de Pernambuco, da aquicultura e de sua revolução azul a ser analisada no capítulo seguinte.

3. CAPÍTULO III – CONFIGURAÇÕES DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA E DA AQUICULTURA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Neste capítulo trataremos de analisar como vêm se configurando no estado de Pernambuco o projeto político que visa à capitalização do setor com base na aquicultura, especialmente com base na atuação do MPA. Com esse fim primeiramente identificaremos e descreveremos cada uma das políticas de âmbito Federal implementadas em Pernambuco e suas peculiaridades. Depois analisaremos as concretizações das políticas identificadas, vendo quais setores são mais ou menos beneficiados por estas. Por último nos debruçaremos sobre a expansão da aquicultura. Cabe destacar que encontramos dificuldades na hora de diferenciar os destinatários das políticas, já que os dados fornecidos pelo MPA e a SFPA-PE não diferenciam claramente os setores e tipos de pesca.²

3.1 – Pescadoras e pescadores Artesanais: os sujeitos centrais na pesca pernambucana, mas secundários nas políticas

Antes de iniciar a descrição das políticas começaremos falando sobre os sujeitos aos quais elas dizem se dirigir-se. Queremos deixar claro que há sujeitos claramente priorizados – aquicultores, principalmente, e pesca industrial – e aqueles que ocupam papéis secundários e subordinados – os pescadores e pescadoras artesanais. Invertendo a lógica adotada pela política nacional pesqueira, nos centraremos aqui nas pescadoras e pescadores artesanais. Colocaremos alguns dados socioeconômicos sobre a pesca artesanal em Pernambuco, mas com a intenção de ir além dos dados quantitativos para entender melhor o que significa sócio-historicamente a pesca artesanal neste Estado.

Para analisar a formação histórica da pesca artesanal em Pernambuco temos que remontarmos aos tempos do Brasil colônia e as corporações de ofício trazidas pelos portugueses.

2 Alguns problemas vêm sendo constantes nas publicações estatísticas acerca do setor pesqueiro e aquícola, publicadas pelo MPA e o IBAMA/MMA. Um destes problemas é que nas estatísticas sobre a produção, somente se diferencia a pesca marítima da continental, não diferenciando a pesca artesanal da industrial, colocando ambas como pesca extrativa. Isto impede ver o peso relativo de cada uma de estas formas diferentes de atividade pesqueira. O mesmo acontece no caso da aquicultura, onde não se diferenciam a aquicultura empresarial da aquicultura familiar. Por outro lado nas estatísticas sobre crédito as dificuldades são ainda maiores já que aqui não se diferenciam pescadores de aquicultores. Outro problema é que para a coleta de dados de produção e esforço pesqueiro não são considerados um grande número de lugares de desembarque de pescado utilizados pela pesca artesanal, o que repercute numa subestimação da produção pesqueira artesanal. As informações da pesca extrativa para o ano de 2011 foram “obtidas por meio convênios do MPA, no âmbito do Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura - SINPESQ e entidades parceiras. Cabe destacar que no estado de Pernambuco no houve coleta de dados em 2011, tanto da pesca marinha quanto da pesca continental, e que os valores de produção foram realizados a partir de projeções dos dados “previamente coletados pelo IBAMA/MMA (de 1990 a 2007), e pelo MPA (2008 a 2010)”. Estes problemas sistemáticos nas estatísticas, evidenciam uma falta de interesse por conhecer os dados reais de cada um dos setores, o principal prejudicado disso é o setor pesqueiro artesanal. Estas estatísticas silenciam o valor real da produção pesqueira artesanal de maneira premeditada e sistemática. Isto não é de estranhar si consideramos que o principal objetivo do MPA e a promoção do setor empresarial, principalmente aquícola, e que para essa promoção é necessário valorizar estas formas de produção frente a outras.

Segundo Ramalho (2008, pág. 262):

No plano da organização social, a maneira pela qual se estruturou e se desenvolveu o trabalho da pesca artesanal em Pernambuco, encontra seus antecedentes históricos nas corporações de ofício existentes em Portugal que foram trazidas para o Brasil colônia com vistas a responder interesses de homens de uma mesma profissão e ajudar, acima de tudo, o domínio político-administrativo lusitano em terras do novo continente.

Do século XVI ao XIX, as corporações tiveram uma influência no desenvolvimento e na organização da Pesca em Pernambuco, na medida em que colocavam elementos profissionalizantes, imprimindo sociabilidades e relações com as instituições da colônia. Estas visavam principalmente colaborar com o domínio da metrópole sobre a colônia, trazendo novas formas de dominação. A estrutura das corporações de ofício trouxe uma série de mudanças em relação à noção do trabalho do pescador passando a ser esta considerada como uma mestria. De acordo com Ramalho (2008, pag. 263, 264).

(...) a expressão mestres foi, assim, repassada para o Brasil, seja decorrente da organização social do trabalho nas corporações, seja na concepção de trabalho como arte, como mestres (...). A noção de trabalho como arte trazida ao Brasil pela colonização Portuguesa, através dos mestres artesãos e das corporações que aqui aportaram e/ou foram recriadas, era algo comum e inquestionável entre esses trabalhadores.

Contudo, essa associação entre o trabalho e a arte que estendeu o uso da palavra arte para trabalhos manuais, não implicava socialmente uma consideração igualitária para com os trabalhadores destas corporações. Embora o domínio dos trabalhos manuais fosse entendido como arte e mestria nas corporações de ofício existiu desde sempre uma forte discriminação social por parte das classes aristocráticas dirigentes, ao considerar o trabalho manual uma arte inferior. Tal compreensão legitimava, dentre outras coisas, uma visão sobre a maioria da população como indignas e impróprias para exercerem qualquer atividade que não fosse manual. Segundo Ramalho (2008, pág. 265), “a maioria da população urbana não era considerada gente honrada ou limpa, pois, além de fazer uso das mãos em suas profissões, era constituída por negros, principalmente, mestiços e brancos pobres, entre os quais se encontravam os pescadores”. Contudo, seguindo ao que aconteceu em âmbito nacional, principalmente devido à dinâmica oriunda de ideias liberais, a situação das corporações de ofício no Brasil colônia mudaria radicalmente com a constituição do império, o que, dentre outras coisas, decretou o fim das mesmas no ano de 1824 (MARTINS, 2008; CUNHA, 2000). A partir deste momento, houve mudanças nas relações de produção, advindas do projeto de “desenvolvimento nacional”, que fizeram com que as formas de organização da produção e as diferentes peculiaridades que caracterizavam as corporações de ofício passassem a ser vistas como entraves ao avanço do projeto nacional e às necessidades do capital de ter um mercado livre

para o assalariamento da força de trabalho, com sua formação mais rápida. Tudo isso trazia novas formas de organização e de divisão do trabalho, decorrentes do processo de mercantilização internacional.

A baixa capacidade produtiva dos artífices para responder aos critérios de uma economia cada vez mais capitalista, de produção em larga escala e o longo processo de aprendizagem de um artista para tornar-se mestre foram obstáculos incompatíveis ao modelo mais mercantil e liberalizante da sociedade que começava a se forjar. Necessidade de produção em maior escala, constituição de uma nova moral burguesa do trabalho, dinamismo no mercado, construção de escolas de ofício e artes por parte do poder público para formar mão-de-obra e transformações nos meios de produção, que baixaram a técnica dos trabalhadores, impuseram um reordenamento no mundo do trabalho e, por isso, a extinção das corporações (RAMALHO, 2008, pag. 277).

A cultura do trabalho, que imprimiram as corporações de ofício, deixou marcas inquestionáveis na pesca artesanal praticada ainda hoje em Pernambuco. Como destacou Diegues (1983), o sentimento de corporação é algo essencial para se entender os pescadores artesanais no País. Além disso, a própria ideia do trabalho entendido como arte e liberdade, perpassa as relações sociais dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca, como uma das manifestações de um *ethos* de artífice. A incorporação dessa noção na sua prática cotidiana faz com que hoje a reprodução social da pesca artesanal, como modo de vida, suponha uma resistência ativa a outras formas de trabalho e de sociabilidade, que se distanciam radicalmente dessa noção de arte e liberdade do trabalho pesqueiro artesanal. Até hoje o sentimento de liberdade e autonomia no trabalho da pesca artesanal se mantém vivo, diferenciando esta de outras formas de trabalho, fazendo com que os pescadores sintam orgulho da sua profissão.

Em palavras de um dos pescadores entrevistados por esta pesquisa dissertativa em Goiana - PE: “eu mesmo, toda a vida graças a Deus, eu quero ser patrão de eu mesmo, eu não quero patrão gritando em mim não, eu saio pra maré quando eu considero”.

Embora, para alguns, a pesca artesanal esteja destinada ao desaparecimento, por sua “falta de adequação” as novas exigências produtivas, a pesca artesanal ainda hoje é responsável pela maior parte da produção pesqueira no Brasil, o que nos faz pensar que enquanto tenha peixes terá pescadores artesanais. Em Pernambuco tal proporção aumenta, com a pesca artesanal representando a maior parte da captura de pescado não existindo neste estado uma pesca extrativa industrial significativa. Tal fato deve-se, antes de qualquer coisa, às próprias características naturais do ambiente. Neste estado, segundo as estatísticas pesqueiras realizadas no ano 2007, a pesca é responsável por 15.159,5 toneladas e o setor aquícola contribuiu com apenas 4.141 toneladas (BRASIL 2007). Já no último Boletim Estadístico da Pesca e da Aquicultura, realizando, no ano de

2011, a partir de projeções de dados anteriores a pesca, contribuiu com 14.894 toneladas frente às 12.798 toneladas advindas da aquicultura.(BRASIL, 2011). Tais projeções do Boletim Estatístico da Pesca e da Aquicultura mostram uma aparente queda débil, da produção pesqueira e um aumento exponencial da produção aquícola. No entanto, devemos considerar como foi comentado anteriormente, que as estatísticas revelam, por um lado, uma subestimação da produção pesqueira artesanal, já que a coleta não inclui grande parte dos lugares de desembarque deste setor, e, por outro, devemos considerar o forte apoio institucional que recebe o setor empresarial aquícola, refletindo nas estatísticas um crescimento acelerado desde 2007 até 2011. Segundo o Instituto Oceanário (BRASIL, 2009, pág. 10.) a pesca artesanal é responsável pela maior parte da produção pesqueira pernambucana, sendo caracterizada pelo trabalho familiar e comunitário, e utilizando-se de técnicas tradicionais e de embarcações, tais como: jangadas, canoas, baiteiras e pequenos barcos motorizados. No que concerne às artes de pesca utilizadas, as mesmas são diversas: a coleta manual, a vara de pesca, a linha e anzol, a tarrafa, as redes de cerco, de emalhe, e de arrasto as armadilhas.

3.2 As Políticas em Pernambuco: Políticas de Informação e Controle, Políticas de Participação e Políticas de Fomento

Políticas de informação e controle - Registro Geral da Atividade Pesqueira, RGP

Segundo o MPA, através de seu Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), o qual é um instrumento que visa a contribuir para a gestão e o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira, bem como permitir ao interessado o exercício das atividades de pesca e aquicultura, em toda a sua cadeia produtiva, e que “permite legalizar os respectivos usuários para o exercício da atividade pesqueira, com o credenciamento das pessoas físicas ou jurídicas e também das embarcações para exercerem essas atividades”. (BRASIL, 2014). Este registro compreende categorias “Aprendiz de Pesca; Pescador Profissional, na Pesca Artesanal e na Pesca Industrial; Armador de Pesca; Embarcação de Pesca; Indústria Pesqueira; Pescador Amador ou Esportivo; Organizador de Competição de Pesca Amadora ou Esportiva; Aquicultor; e por último Comerciante de Organismos Aquáticos Vivos”.

Considerando os objetivos e o recorte desta pesquisa os dados que nos interessa identificar são os referentes aos registros realizados no Estado de Pernambuco, acerca dos Pescadores Profissionais da Pesca Artesanal e Industrial, de Armadores de Pesca, de Embarcações de Pesca³, e

3 Existe um debate entorno ao tamanho das embarcações de Pesca, este é medido segundo a arqueação bruta (AB) da embarcação. Por um lado a Lei da Pesca considera embarcações próprias da pesca artesanal aquelas que não superem as 20 AB. Segundo Azevedo, (2012, pág. 176) numerosos estudos e diagnósticos realizados em diferentes estados do Brasil revelam que as embarcações utilizadas por pescadores (as) artesanais, não superam as 10 AB. Desta forma a lei da Pesca possibilita que armadores industriais com barcos de até 20 AB, sejam considerados como pescadores artesanais.

de Aquicultores. Os dados fornecidos, na página web do MPA, referentes a Pernambuco mostram um total de 13.986 pescadores artesanais, seis pescadores industriais e apenas quatro armadores de pesca registrados. Enquanto as embarcações existem 802 de menos de 10 AB. Entre 10 e 20 AB há 18 embarcações registradas, e apenas 12 registros de embarcações de mais de 20 AB. Enquanto a aquicultura, o MPA somente oferece informações sobre o número de aquicultores registrados no Brasil, mas não publica dados que especifiquem que tipo de aquicultura é praticada por estes, nem oferece dados referentes a cada estado. Para obter essas informações, solicitamos mediante ao SFPA-PE, que nos forneceu dados referentes a todos os registros da aquicultura praticada em Pernambuco, especificando o tipo de aquicultura (viveiro escavado, carcinicultura, tanque-rede,) e os municípios nos que se encontram os empreendimentos. Nas tabelas, I e II aparecem as informações obtidas sobre os empreendimentos em aquicultura registrados em Pernambuco:

Viveiros Escavados	
Municípios	Nº Registros
Abreu e Lima	1
Água Preta	1
Amaraji	1
Brejo da Madre de Deus	9
Cabrobó	2
Camaragibe	1
Canhotinho	1
Igarassu	1
Iguaraci	1
Jaboatão dos Guararapes	1
Moreno	1
Orobó	1
Petrolândia	1
Petrolina	1
Ribeirão	1
Rio formoso	1
Venturosa	1
Vitória de Santo Antão	2
Total	28

Tabela: 01. Registros viveiros escavados em PE. Fonte: SFPA – PE, 2014.

Carcinicultura	
Municípios	Nº Registros
Goiana	20
Igarassu	3
Ipojuca	2
Itamaracá	4
Itambé	1
Itapissuma	3
Jaboatão dos Guararapes	3
Recife	12
Rio formoso	1
Sirinhaém	10
Total	59

Tabela 02: Registros de carcinicultura em PE. Fonte: SFPA – PE, 2014.

Tanques-Rede	
Municípios	Nº Registros
Belém de São Francisco	2
Bom Conselho	1
Gravatá	1
Itacuruba	4
Jatobá	15
Lagoa do Carro	1
Nazaré da Mata	1
Olinda	1
Petrolândia	7
São Bento do Sul	1
Total	34

Tabela 03: Registros tanques – rede em Pernambuco. Fonte: SFPA – PE, 2014.

Não obtivemos informações da SFPA – PE acerca do tamanho e da produção destes empreendimentos, o que isto dificulta diferenciar se se trata de aquicultura familiar ou empresarial. Por outro lado, os próprios técnicos do aludido órgão governamental afirmaram que esses registros

subestimam a quantidade real de empreendimentos em aquicultura no Estado, já que grande parte destes não está cadastrada.

Políticas de participação – Conferências de Pesca e Aquicultura, Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – CONAPE e o Conselho de Aquicultura e Pesca do Estado de Pernambuco.

Durante o capítulo anterior relatamos o processo das conferências da Pesca e da Aquicultura e a formação do CONAPE. Por isso, aqui nos centraremos no Conselho de Aquicultura e Pesca do Estado de Pernambuco. Este foi criado em 2009, dentro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico pelo Decreto nº 32.996 de 29/1/2009. Fazem parte deste conselho nove instituições do governo estadual, uma federal, uma instituição de pesquisa e sete associações de classe. A criação deste conselho foi motivada pela demanda dos aquicultores da região do São Francisco, de forma que é completamente voltada à aquicultura. (FUNDAJ, 2011, pág. 62)

Como já foi discutido durante o capítulo II, quando analisamos as conferências da Pesca e Aquicultura e a formação do CONAPE, as políticas de participação promovidas pelo MPA tem apresentando serias limitações à representação e participação efetiva dos pescadores no Brasil, especialmente no que tange aos pescadores artesanais. A proposta de participação promovida primeiro pela SEAP-PR e depois pelo MPA na prática tem se distanciado dos objetivos que visavam trabalhar em pro da democratização da política pesqueira no Brasil.

Políticas de Fomento – A prioridade do MPA

Territórios da Pesca e da Aquicultura

De forma geral, a política é dirigida à Pesca Artesanal, Industrial e à Aquicultura, estando inserida dentre do programa Territórios da Cidadania do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Segundo o MPA e o MDA, trata-se de uma política de desenvolvimento territorial focada nas possibilidades de gerar desenvolvimento econômico, com base nas potencialidades dos territórios. No plano discursivo, o objetivo da política é gerar processos participativos que permitam uma gestão compartilhada e sustentável dos recursos pesqueiros, assim como a superação da pobreza e das desigualdades.

Para a identificação dos territórios priorizaram-se os seguintes critérios:

- Recortes territoriais de outras políticas e programas federais e estaduais;
- Áreas prioritárias da agenda social do Governo Federal (Territórios da Cidadania e Povos e Comunidades Tradicionais);
- Registro Geral da Pesca (RGP);
- Infraestruturas de apoio à cadeia produtiva instalada com recursos do MPA;

- Territórios com previsão de implantação de Terminal Pesqueiro Público (TPP);
- Territórios com previsão de implantação de Parque Aquícola (continental ou marinho);
- Territórios com previsão de implantação de Centro Integrado da Pesca Artesanal (CIPAR)

No estado de Pernambuco foram demarcados três territórios da pesca, Mata Norte, Região Metropolitana e Mata Sul. Este último já inserido dentro dos territórios da cidadania. Segundo estudo realizado pela Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj, 2011, pag. 37), realizou-se em 2009 oficinas de planejamento para a criação dos comitês gestores dos territórios e, em 2010, aconteceram audiências públicas, e a elaboração e apresentação de um plano de ação que seria iniciado em 2011. Contudo, os técnicos da SFPA-PE entrevistados afirmam que até hoje nenhum Plano Local de Desenvolvimento foi implementado efetivamente. Todos os pescadores entrevistados disseram não conhecer nenhum Plano Local de Desenvolvimento executado nas suas comunidades. No caso do território da Mata Sul, inserido nos territórios da cidadania, confirmamos a partir do sítio web “Portal da Cidadania” que não existe Plano Local de Desenvolvimento em aplicação. (BRASIL, 2015)

Nesta política identificamos que existe uma falta de apoio institucional e compromisso para com algumas das questões que aparecem no plano discursivo da mesma, como são a participação e a gestão participativa da pesca. Ademais, há um forte apoio e compromisso para com aquelas questões voltadas à expansão da aquicultura e ao crescimento econômico deste setor. Com isto inferimos que as questões da política territorial que implicariam em uma maior democratização são totalmente residuais, secundárias e subordinadas aos processos nada democráticos que esta política parece realmente priorizar, que é o desenvolvimento econômico do setor aquícola empresarial.

Demarcação de parques aquícolas e licitações de áreas aquícolas

Esta é uma das principais ações dirigidas à aquicultura, que resulta da articulação entre a SEAP-PR, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e a Agência Nacional de Águas (ANA), a partir do Decreto 4.895/2003 que dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura, e estabelece a possibilidade de uso de águas da união para fins de aquicultura.

Política essa que consiste na cessão onerosa e não onerosa de águas da união para fins de aquicultura pela SPU. De acordo com essa cessão, o MPA passa a delimitar e demarcar parques aquícolas e áreas de preferência, abrindo processos de licitação de áreas aquícolas. Os parques aquícolas são formados por várias áreas e sua delimitação e cessão corresponde ao MPA. As áreas aquícolas devem ser solicitadas pelos interessados. No estado de Pernambuco foram demarcados

dois parques aquícolas nos reservatórios das usinas hidroelétricas de Moxotó e Itaparica localizados em Petrolândia-PE. Por outro lado, foram licitadas numerosas áreas para a produção aquícola nestes reservatórios. Nas seguintes tabelas aparecem as áreas aquícolas licitadas pelo MPA no estado de Pernambuco.

Nome	Área Pleiteada	Hectares	Localidade	Valor para 20 anos
Associação dos Piscicultores do Serrote Preto - APS	1	0,53	UHE de Itaparica	4.590,00
Netuno Internacional S/A	4	7,65	UHE de Itacuruba	53.560,00
Netuno Internacional S/A	5	7,54	UHE de Moxotó	53.560,00
Associação dos Criadores de Peixe Sítio Brejinho de Fora - ABF	7	0,52	UHE de Itaparica	4.590,00
Associação de Piscicultores de Petrolândia - APP	8	0,52	UHE de Itaparica	5.737,60
Associação Agropesqueira São Francisco - AASF	9	0,45	UHE de Itaparica	4.590,00
Associação dos Pequenos Criadores de Peixe do Largo do Papagaio - APCP	10	0,52	UHE de Itaparica	4.590,00
Associação dos Criadores de Peixe - ACPS	11	0,51	UHE de Itaparica	4.590,00
Associação dos Aquicultores de Petrolândia - AAP	12	0,76	UHE de Itaparica	7.174,00
Netuno Internacional S/A	14	7,69	UHE de Itaparica	53.560,00
Samuel Herculano de Freitas	15	4,55	UHE de Itaparica	35.100,00
Cooperativa dos Produtores do Vale do Itaipu - COOPEVALE	16	7,45	UHE de Itaparica	64.100,00
Braspeixe S/A	18	3,12	UHE de Moxotó	38.250,00
R & M Piscicultura Ltda.	19	0,91	UHE de Moxotó	8.273,40
Tilápia do Agreste Criação e Comércio de Peixes Ltda.	21	4,55	UHE Itaparica	35.500,00
Tilápia do Agreste Criação e Comércio de Peixes Ltda.	22	3,53	UHE Itaparica	27.500,00
Francisco Alves Gusmão	23	1,54	UHE Itaparica	10.710,00
Netuno Internacional S/A	24	7,7	UHE Itaparica	53.560,00
Cooperativa dos Produtores do Vale do Itaipu - COOPEVALE	25	7,45	UHE Itaparica	63.050,00
Pescanova Ltda.	26	27,24	UHE Itaparica	261.000,00
Total	20	94,73		793.548,00

Tabela 04: Resultados de julgamentos concorrência nº 006/sepoa/mpa/2011. A Comissão Especial de Licitação - CEL, designada pela Portaria nº 352, publicada no D.O.U. De13/07/2010, torna público que foram declarados vencedores da Concorrência nº 006/SEPOA/MPA/2011. Ressaltado em azul as áreas aquícolas empresariais, e em verde aquelas consideradas como aquicultura familiar. Fonte: MPA, 2014.

NOME	Área Pleiteada	Hectares	Localidade da Área	Valor 20 anos
Mauro Cesar Melo Greenhalgh	3	1,00	UHE de Itaparica	4.307,60
L&J Aquicultura Ltda.	9	7,67	UHE de Itaparica	55.000,00
Mauricio Ricardo de Moraes Guerra	18	7,69	UHE de Moxotó	53.560,00
Total	03	16,36		112.867,00

Tabela 05: Resultados de julgamentos concorrência N° 010/sepou/mpa/2011. A Comissão Especial de Licitação - CEL, designada pela Portaria n° 352, publicada no D.O.U. De13/07/2010, torna público que foram declarados vencedores da Concorrência n° 010/SEPOA/MPA/2011. Fonte: MPA, 2014.

A partir destas tabelas identificamos que nos reservatórios das Usinas Hidroelétricas de Itaparica e Moxotó há um total de 23 áreas aquícolas licitadas, que ocupam um total de 111,09 hectares, somando R\$ 906.415,00 em pagamento da licitação por vinte anos.

Plano Safra da Pesca e Aquicultura

O plano Safra da Pesca e Aquicultura é a principal política de crédito do MPA, englobando todas as políticas de crédito dirigidas aos diferentes destinatários de crédito, pescadores artesanais, pescadores industriais, armadores, aquicultores familiares e empresas de aquicultura, sendo todos eles considerados por este plano como produtores, e também aos agricultores familiares interessados na produção aquícola. Segundo o MPA, o plano tem como objetivo estimular a produção nacional de pescado e promover o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura, sendo que a principal medida é a expansão da oferta de crédito, a redução de taxas de juros e o aumento dos prazos de carência de pagamento. Outras medidas do Plano Safra consistem no financiamento para a aquisição e construção de embarcações de até 20 AB dentro do programa Revitaliza do MPA, a redução da comprovação de renda e a elevação da renda bruta anual para enquadramento nas linhas de crédito familiar.

Este Plano financia investimento, custeio e comercialização do pescado. No estado de Pernambuco os principais bancos que executam o crédito previsto são o Banco do Brasil – BB, e o Banco do Nordeste do Brasil – BNB. Os principais requisitos para o acesso a crédito consistem em que os destinatários estejam cadastrados no Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP, realizem uma proposta “simplificada” ou um “projeto técnico elaborado por um extensionista rural”, e no caso dos pescadores artesanais dos aquicultores e agricultores que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, ter a Declaração de Aptidão – DAP. (Plano Safra, MPA, 2012/13/14). No estado de Pernambuco esta declaração é emitida pela SFPA – PE.

As principais linhas de crédito do Plano Mais Pesca e Aquicultura dentro do PRONAF

segundo o (Plano Safra da Pesca e Aquicultura 2012/13/14) são as seguintes:

- Pronaf Pesca e Aquicultura com Microcrédito Produtivo
Os beneficiários são pescadores, aquicultores e agricultores com renda bruta familiar de até R\$ 10.000 por ano, sendo o limite de crédito até R\$ 2.500.
- Pronaf Mulher Pesca e Aquicultura com Microcrédito Produtivo
As beneficiárias são mulheres pescadoras, aquicultoras e agricultoras com renda bruta familiar de até R\$ 10.000 por ano, com limite de crédito de até R\$ 2.500.
- Pronaf Pesca e Aquicultura Familiar
Os beneficiários são pescadores artesanais e aquicultores familiares, sem limite de renda bruta familiar e com limite de crédito de até R\$ 80.000.
- Pronaf Mulher Pesca e Aquicultura
As beneficiárias são mulheres pescadoras, aquicultoras ou agricultoras independentemente de seu estado civil, sem limite de renda familiar e com limite de crédito de até R\$ 130.000.
- Pronaf Jovem Pesca e Aquicultura
Os beneficiários são jovens pescadores, aquicultores ou agricultores entre 16 e 29 anos de idade, com limite de crédito de R\$ 15.000.
- Pronaf Agroindustriais
Os beneficiários são pescadores artesanais, aquicultores familiares e pessoas jurídicas de empreendimentos familiares rurais, cooperativas e associações que tenham no mínimo o 70% de seus sócios enquadrados no PRONAF. O limite de crédito para o pescador e o aquicultor é de até R\$ 130.000, para as pessoas jurídicas de até 300.000 e para as associações e cooperativas de até R\$ 30.000.000 milhões ou R\$ 40.000 por associado/cooperado (BRASIL. 2014, Plano Safra da Pesca e Aquicultura 2012/13/14).
- Pronaf Pesca e Aquicultura Agroindústrias Familiares
Os beneficiários são pescadores artesanais, aquicultores e empreendimentos familiares rurais (pessoa jurídica) e associações e cooperativas com no mínimo 70% dos seus membros enquadrados no PRONAF. O limite de crédito é de até R\$ 10.000 para pescador e aquicultor, R\$ 210.000 para as pessoas jurídicas, R\$ 4.000.000 milhões para associações, e R\$ 10.000.000 para cooperativas, tendo como limite em ambos os casos os R\$ 10.000 por associado/cooperado. Para cooperativas centrais o limite é de até R\$ 30.000.000 milhões.
- Pronaf Pesca e Aquicultura Cotas – Partes
Os beneficiários são pescadores e aquicultores associados a cooperativas de produção que

tenham, no mínimo, 70% de seus sócios enquadrados no PRONAF, sendo que no mínimo o 55% da produção beneficiada, processada ou comercializada seja oriunda de associados enquadrados no PRONAF. O limite de crédito individual é de até R\$ 20.000 e por cooperativa de até R\$ 20.000.000, respeitando o limite individual de cada sócio.

- Pronaf Mais Alimentos Pesca e Aquicultura

Os beneficiários são pescadores, aquicultores e agricultores e demais enquadrados no PRONAF, com limite de crédito de até R\$ 130.000.

- Pronaf Mais Alimentos, Programa Revitaliza.

Este programa é voltado à aquisição, modernização, reforma e obras de construção de embarcações. Os beneficiários são pescadores artesanais enquadrados no Pronaf com anuência emitida pelo MPA. O limite de crédito é de até R\$ 130.000.

De todas estas políticas de crédito somente conseguimos dados de Pernambuco referentes ao Programa Revitaliza. Este programa é articulado pelo MPA em parceria com o Instituto de Pesquisa Agronômica – IPA. Segundo a Fundaj, (2011 pág. 39) ao final de 2010 tinha 10 propostas aprovadas, mas os técnicos da SFPA – PE entrevistados não nos confirmaram a efetiva implementação destas propostas.

Por outro lado a SFPA – PE nos forneceu dados sobre as Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP`s, realizadas neste Estado. O total de DAP`s emitidos pela SFPA - PE soma 236 deferidos, sendo 235 para pesca e 01 para aquicultura. O número de DAP`S indeferidos soma um total de 46.

Esta política de crédito expressa um projeto de desenvolvimento promovido pelo Estado, que visa à capitalização do setor. Vemos que existem algumas linhas de crédito que oferecem grandes quantidades de dinheiro para grandes empreendimentos, denominados agroindustriais e agroindustriais familiares que vão desde os 130. 000 R\$ até 30 milhões de R\$. Já no caso dos pequenos produtores há linhas que não superam os 2500 R\$. Os pescadores artesanais ocupam um lugar secundário nestas linhas de crédito. A maioria do crédito é voltado a grandes empreendimentos em aquicultura e pesca empresarial. Cabe frisar, que esta dinâmica de crédito se corresponde com as tendências hacia a financeirização da economia promovida pelas instituições estatais de fomento, que vem se intensificando na última década.

Centros Integrados de Pesca Artesanal – CIPAR

Trata-se de uma política dirigida exclusivamente a pesca artesanal, podendo ser articulada com outras ações e infraestruturas direcionadas a pesca artesanal. Os CIPAR são estruturas de pequeno porte que visam articular regionalmente as políticas do MPA, em lugares onde a pesca

artesanal tenha importância socioeconômica. Para sua implementação, precisa-se contratar uma entidade pública ou uma ONG que se responsabilize pelo início do processo e pela formação dos pescadores para estes se encarreguem da sua administração. No Estado de Pernambuco não tem sido realizada nenhuma licitação nem implementação de CIPAR'S. (BRASIL, 2014).

Terminais Públicos Pesqueiros - TTP'S

A presente política é destinada, principalmente, ao setor pesqueiro industrial e a aquicultura. Os TTP'S somente se destinariam a pesca artesanal quando incluídos nos Centros Integrados de Pesca Artesanal – CIPAR. Segundo o MPA, os Terminais Pesqueiros Públicos são estruturas voltadas aos processos de recepção, beneficiamento, armazenagem, comercialização e escoamento de pescados, fornecendo infraestrutura necessária a todo o processo, produtivo agregando qualidade e valor aos produtos pesqueiros.

Embora em Pernambuco não tenha sido efetivamente implementado nenhum TTP, nos consta ter sido realizado um estudo de viabilidade técnica para a implantação de um TPP em Recife. Este estudo foi concedido pela SEAP/PR mediante o edital de licitação nº 007/2008 à empresa de consultorias Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda., num valor de R\$ 280.000. Segundo a Ernst & Young (2009), a análise do projeto se realizou da seguinte forma:

As análises referentes a este Projeto dividiram-se em dois pontos de vista: uma análise sob a ótica pública, isto é, assumindo-se que o governo construirá e administrará o Terminal ao longo de todo o seu tempo de operação projetado; e sob a ótica privada, que analisou resultados partindo-se do princípio de que um operador privado administrará o TPP, através de uma concessão. (ERNST & YOUNG 2009)

É interessante ver como este estudo parte do pressuposto de que em todo caso o financiamento para a construção do TPP seria realizada com dinheiro público, porém na hora de analisar sua possível administração o estudo incorpora o que denomina a “ótica” privada. Mais adiante, nas considerações finais da consultoria realizada se colocam as seguintes conclusões “Analisaram-se os resultados do Projeto sob duas óticas: a ótica pública, onde não se apresentam níveis satisfatórios de viabilidade; e a ótica privada, considerando-se uma concessão da gestão do TPP para a iniciativa privada. Sob esta ótica, o Projeto se apresenta economicamente viável”.

Vemos que o estudo coloca a gestão privada deste empreendimento como um item necessário para a viabilidade econômica, mas em nenhum momento coloca a possibilidade da financiamento privada do mesmo. Cabe questionarmos si por trás de tais pressupostos que manifestam um claro posicionamento a favor da administração privada de infraestruturas feitas com verba pública, podem existir também uma série de interesses privados aos quais lhes resulte muito interessante, o fato de receber apoio público para investimentos e empreendimentos que lhes

favoreçam e mais ainda poder administrá-los de forma privada. Por outro lado o estudo estabelece uma relação entre a viabilidade sócio e benefício para o interesse público.

Quanto às análises socioeconômicas do Projeto, os resultados indicaram alto grau de viabilidade, o que indica que, sob a ótica do interesse público, o TPP de Recife seria benéfico. (ERNST & YOUNG, 2009).

Além disso, vale também questionar o que este estudo entende como benéfico para o interesse público, já que entendemos que o simples fato deste empreendimento ter viabilidade econômica não implica que seja benéfico para o interesse público. Entendemos que este tipo de empreendimento, mais do que atender ao interesse público de forma geral, responde mais ao interesse de um público específico e restrito, como são os armadores industriais e alguns setores da aquicultura empresarial articulados com o MPA e a SFGPA – PE que aparecem num lugar privilegiado ao longo do relatório realizado por esta consultora. Inclusive, o projeto Beijupirá, que analisaremos depois mais detalhadamente, é considerado neste estudo como um dos agentes que melhor podem contribuir para a viabilidade econômica do TPP.

A consultora dedica dois apartados do estudo a temas relativos ao projeto Beijupirá, um que trata do “Incremento da demanda causado pelo projeto Beijupirá”, e outro que trata sobre o “Processo de Recepção do Beijupirá”. Concluímos que, embora o estudo se esforce em colocar a pesca artesanal e ao público geral como beneficiários da implantação do TPP em Recife, ele beneficia principalmente a pesca industrial, ao setor aquícola emergente e as consultoras e construtoras que se encarregariam do planejamento e execução deste projeto.

Unidades de beneficiamento

Estes equipamentos são dirigidos a todos os setores podendo ser administrados e requeridos por empresas licitadas pelo MPA. As unidades de beneficiamento consistem numa série de equipamentos utilizados para o beneficiamento do pescado, filetagem e congelamento. No site do MPA, consta uma licitação para uma unidade de beneficiamento no município de Goiana-PE, por valor de 485.574 R\$. Segundo informações da Superintendência Estadual de Pesca e Aquicultura de Pernambuco, não houve repasse de recurso para a execução da Unidade de Comercialização em Goiana e o mesmo acontece com outra Unidade cuja execução estava prevista em Olinda.

Já no município de Recife nos consta o processo n.º (00350.000550/2004-91), da associação dos Pescadores Artesanais e Profissionais de Brasília Teimosa que contempla uma infraestrutura similar às unidades de beneficiamento, denominada "Central de Desenvolvimento da Pesca" através do convênio n.º 058/2004, firmado com a Prefeitura de Recife, no valor de R\$ 527.190,57. Segundo a SFGPA-PE o objeto do convênio não foi cumprido, já que a infraestrutura não está servindo para o

desenvolvimento da comunidade pesqueira local, cuja pesca é notória no estado. O processo físico do convênio encontra-se na Coordenação Geral de Prestação de Contas/MPA.

Fábricas de Gelo

Esta política é dirigida a pesca artesanal, industrial e a aquicultura. No Município de Abreu e Lima nos consta um processo de licitação (processo n.º 00350.001190/2009-5i) para uma fábrica de gelo com capacidade aproximada de produção de gelo de 1,2 t/dia que foi concedido à colônia dos pescadores de porto Jatobá - Abreu e Lima, através de um termo de permissão de uso, publicado do DOU de 04/09/2009. Segundo a SFPA-PE, o equipamento encontra-se em pleno funcionamento, com produção diária de aproximadamente uma tonelada de gelo por dia.



Imagem 01: Fábrica de gelo Abreu e Lima. Fonte: SFAP – PE.



Imagem 02: Fábrica de gelo Abreu e Lima. Fonte: SFAP – PE, 2014. Autor; SFAP – PE.



Imagem 03: Fábrica de gelo Abreu e Lima. Fonte: SFAP – PE, 2014. Autor; SFAP – PE

De acordo com a Fundaj (2011, pág. 40), o MPA tem financiado no Estado de Pernambuco três fábricas de Gelo, sendo uma direcionada ao interior, outra em Recife e a outra é a que acabamos de mencionar em Abreu e Lima. A SFPA – PE, só nos repassou informações sobre a fábrica de gelo de Abreu e Lima, de forma que não nos consta nenhuma informação relativa às outras duas fábricas de gelo mencionadas pela Fundaj.

Programa kit feira do Peixe

Esta política não é dirigida a nenhum setor específico. Segundo a SFPA-PE o programa kit feira do peixe teve três etapas. A primeira etapa foi realizada no ano de 2005, a segunda etapa no ano de 2006, e a terceira etapa no ano de 2010. As duas primeiras se deram no formato da assinatura inicial de um contrato de comodato, seguido da transferência de titularidade definitiva. Na terceira etapa, o procedimento adotado foi o da assinatura de um termo de doação. A continuação mostramos a tabela dos *kits feira* do peixe, implementados em Pernambuco.

Local	Tipo de Kit	Quantidade	SITUAÇÃO
Atapuz-Goiana	Peixe Fresco	01	(Veio de Igarassu) Foi resgatado pela SFPA/PE, por desuso, conforme Relatório Conab Out 2009.
Belo Jardim	Peixe Vivo	01	Contrato de Comodato assinado em 2007 e aditivado por um ano em 2008 (Relatório Conab, Nov. 2009).
Ibimirim	Peixe Vivo	01	Emitidos os Termos de transferência e titularidade de bens e equipamentos, e enviados para assinaturas do PNUD E CONAB (Relatório Conab. Nov. 2009).
Itapissuma	Peixe Fresco	01	Foi resgatado pela SFPA/PE, por desuso, conforme Relatório Conab Out 2009.

Igarassu		01	Foi para Atapuz-Goiana
Jaboatão	Peixe Fresco	01	Foi resgatado pela SFPA/PE, por desuso, conforme Relatório Conab Out 2009.
Moreno	Peixe vivo	01	Kit transferido definitivamente (Relatório Conab Nov. 2009)
Pedra		01	Contrato de Comodato assinado em 2007 e aditivado por um ano em 2008 (Relatório Conab Nov. 2009)
Petrolândia	Peixe vivo	01	Contrato de Comodato assinado em 2007 e aditivado por um ano em 2008 (Relatório Conab Nov. 2009)
Santa Maria da Boa Vista	Peixe vivo	01	Emitidos os Termos de transferência e titularidade de bens e equipamentos, e enviados para assinaturas do PNUD E CONAB (Relatório Conab Nov. 2009).
Rio Formoso	Peixe vivo	01	(Veio Paulista Z-02, foi resgatado pela SFPA/PE, por desuso, conforme Relatório Conab Out 2009).

Tabela 06: Fonte SFPA-PE. 2014. Os municípios ressaltados em verde pertencem ao interior do Estado onde se pratica a pesca continental e a aquicultura.

Concluimos que a maioria destes kits foram implementados no interior do estado onde é praticada a aquicultura.

Extensão Pesqueira

A política de extensão rural política é dirigida, principalmente, à pesca artesanal e aquicultura familiar, os alvos preferenciais das políticas de assistência e extensão rural já que são incluídos na categoria de agricultor familiar. Por outro lado, também existem um grande número de projetos de extensão voltados à pesca industrial e à aquicultura empresarial. De forma geral, a extensão pesqueira é realizada em parceria entre o MPA e o MDA. Os principais projetos de extensão em Pernambuco vêm sendo realizados pela UFRPE e pelo IPA, onde grande parte enquadram-se dentro dos projetos de Pesquisa e Inovação, voltados a inovação e difusão tecnológica para pesca e aquicultura. Nem o MPA nem a SFPA – PE tem um registro sobre dos projetos de extensão, mas como vimos no capítulo II, grande parte dos projetos de extensão tem contribuído para a expansão e legitimação científica dos processos de produção industrial tanto na pesca quanto na aquicultura, mantendo muitas vezes uma visão da pesca artesanal como um setor atrasado e improdutivo, própria de um difusionismo tecnológico conservador.

Programa Profrota

Este programa é destinado ao setor industrial empresarial, para a modernização e equipamento de embarcações. Segundo os dados fornecidos pela SFPA – PE apenas a empresa Oceanus tem acessado a este programa, mas não nos forneceram dados específicos sobre essa concessão de crédito.

3.3 – Controvérsias entre o discurso do desenvolvimento sustentável e o plano estratégico de expansão da aquicultura empresarial em Pernambuco

Na divisão territorial proposta nos *Territórios da Pesca e da Aquicultura*, no *Plano Mais Pesca e Aquicultura* elaborados pela extinta SEAP (2008), assim como no plano *Safra da Pesca e Aquicultura 2012/2013/2014*, realizado pelo MPA, o Nordeste, de forma geral, e, concretamente, o estado de Pernambuco ocupam um lugar estratégico e prioritário para a expansão da produção aquícola. A retórica destes planos associa a exploração do potencial aquícola do Nordeste, e a consequente expansão aquícola com a redução das desigualdades sociais e a erradicação da pobreza.

Regiões com grande potencial para a aquicultura, como as do Norte e Nordeste, terão recursos para desenvolver seu potencial. Assim será possível reduzir as desigualdades sociais e erradicar a pobreza em muitas famílias (Plano Safra Pesca e Aquicultura – MPA - 2012/2013/2014, pag.8.).

O mito do desenvolvimento, pelo qual a partir do crescimento econômico e a difusão tecnológica se pode erradicar a pobreza e o atraso ao mesmo tempo em que se mantém intacta a estrutura de classes, parece ser um dos pilares deste projeto aquícola. Embora o discurso do MPA e de outras instituições e setores empresariais interessados na aquicultura, principalmente a Associação Brasileira de Criadores de Camarão (ABCC), apresentem a mesma de forma triunfalista, e os últimos vinte anos de história dos principais empreendimentos em aquicultura no Nordeste servem de registro na hora de questionar este discurso benevolente.

Nos anos noventa a carcinicultura se consolidou como um lobby centrado na produção em grande escala para o mercado internacional. Isto se deu sob a base do desmatamento de manguezais, apicuns e salgados, nos quais se instauraram as grandes fazendas de camarão. Segundo Ramalho (2012, pág.17), nos anos 1990:

[...] um novo e poderoso sujeito social entra em cena: os fazendeiros de camarão. Sustentando-se em largo apoio financeiro do Banco do Nordeste Brasileiro (BNB), contando com a liberação - por parte das companhias de fiscalização estadual do meio ambiente - para privatizarem áreas antes de uso comum (os manguezais) sem qualquer estudo de impacto ambiental, tendo forte apoio científico por meio das universidades, através de inúmeras consultorias prestadas por seu quadro docente, e vivendo sob a sombra do apogeu neoliberal, a carcinicultura expandiu-se fortemente nas regiões costeiras nordestinas, ocupando e impactando negativamente - com o desmatamento inclusive - os mangues e estuários dessas localidades. Em 2010, segundo a Associação Brasileira dos Criadores de Camarão (ABCC), o cultivo de camarão ocupava uma área de 18.500 em regiões estuarinas e de manguezais, tendo um crescimento gigantesco de 1997 (3.458 ha) a 2006 (17.000 ha), quadruplicando seus hectares.

Vemos como uma vez mais várias instituições (financeiras, ambientais e científicas) articularam-se e somaram esforços com e para esse setor empresarial emergente, contribuindo para a rápida expansão da carcinicultura no Nordeste. Por outro lado, vários estudos acadêmicos relatam

o impacto desses grandes empreendimentos sobre o ecossistema mangue. Os pescadores e pescadoras artesanais também conhecem bem os efeitos negativos do que eles consideram como um desastre ambiental, relatando alguns dos seus efeitos sobre as espécies nativas e sobre seus lugares de reprodução da vida. No capítulo IV, colocaremos alguns depoimentos obtidos no trabalho de campo que relatam esta situação.

Os referidos empreendimentos têm contribuído mais na direção da privatização, mercantilização e degradação dos manguezais, onde é praticada a pesca artesanal de forma comunitária há séculos. Os grandes lucros que empreendimentos geram, em curto prazo, se concentram numa pequena parcela do setor empresarial. Estes obtêm substanciosas margens de benefícios logradas a partir dos incentivos fiscais dos apoios institucionais para a exploração privada dos manguezais, assim como do trabalho não pago aos pescadores e outros trabalhadores, os quais têm sido utilizados pela indústria da carcinicultura como mão de obra barata e exército de reserva disponível, para a despesa e o beneficiamento das fazendas de camarão.

Para além da retórica benevolente, sobre o valor, e a função social da aquicultura no nordeste, que aparece nos planos e programas do MPA e da extinta SEAP, o conteúdo ideológico desta proposta e suas materializações concretas se correspondem, bem com as tendências marcadas pela mercantilização internacional dos pescados, e pelo aumento da concorrência entre os países e empresas transnacionais produtoras de pescado. Tais tendências estão estreitamente relacionadas com as mudanças na produção e no consumo que vem acontecendo durante as últimas décadas, a partir do devastador sucesso do modelo pós-fordista de acumulação flexível. Segundo Ramalho (2013, pág. 2):

A ideologia aquícola é um sólido projeto societário e parte de um movimento historicamente determinado do capitalismo global, de feição totalizante, que se espalhou por vários países e que conseguiu transformar fundamentalmente organismos aquáticos em mercadorias a serem comercializadas no planeta, conectando poderosos centros consumidores (EUA, UE, Japão) às regiões produtoras de países em desenvolvimento (Brasil, Chile, Índia). Grandes empresas (algumas transnacionais) e estruturas poderosas de mercado e produtivas oferecem suportes necessários ao desenvolvimento do setor no mundo (pesquisa, planejamento, equipamentos tecnológicos, rações, máquinas, insumos químicos, transportes, antibióticos, mão-de-obra especializada, design, propaganda, etc.), objetivando grandes lucros e formando o que se pode classificar de um mercado globalizado de alimentos pesqueiros, uma espécie de aguabusiness, por meio de um processo pós-fordista de produção e consumo (acumulação flexível) e sua renovada divisão social do trabalho.

De fato, tudo isso tem a ver com os elementos que compõem a já destacada revolução azul. Dessa maneira, concluímos que o lugar que ocupa o Nordeste e concretamente Pernambuco na divisão territorial proposta pelo MPA, mais do que atender aos objetivos apresentados ao menos no

plano discursivo nos *Territórios da Pesca e da Aquicultura* e no *Plano Mais Pesca e Aquicultura* de redução da desigualdade e de eliminação da pobreza, responde os interesses de setores empresariais que vem na crescente demanda do mercado nacional e internacional uma forma viável de obter grandes lucros em curto prazo. Se a isto somamos a possibilidade de obter, ajuda, colaboração e financiamento de instituições públicas, podemos explicar o explosivo crescimento da aquicultura no Brasil nos últimos anos. Este tipo de estratégias, nas que o setor privado se articula com as instituições públicas, nos parecem evocar tempos do período desenvolvimentista da SUDEPE, evidentemente com resinificados devido às mudanças que imprime a acumulação flexível, o que alguns acadêmicos denominariam como “neodesenvolvimentismo”. Esta divisão territorial objetiva principalmente o crescimento econômico e o lucro e se contradiz com qualquer valorização que se possa fazer dos pescadores e pescadores e suas contribuições à sociedade. Na realidade, os pescadores, mais uma vez, são vistos como fonte de atraso e como um obstáculo a superar para atingir o desenvolvimento, nos moldes modernos de produção e consumo de massa. Aspectos que aproximam o diálogo histórico do Poder Público com os pescadores, que vai da Marinha, passando pela SUDEPE até alcançar, hoje, ao MPA, onde os pescadores são vistos, no máximo, como meros coadjuvantes dos projetos nacionais e, em algum sentido, civilizatórios da modernidade.

No próximo tópico analisaremos os resultados da expansão aquícola em Pernambuco e, portanto, os processos de expansão capitalista promovidos concretamente pela política nacional de desenvolvimento da pesca e da aquicultura. Com isto nos centraremos primeiro no seu principal expoente em Pernambuco e no Nordeste, que é a carcinicultura empresarial. Depois nos dedicaremos a análise de outros tipos de aquicultura, que vem recebendo um forte apoio e incentivo institucional, como o projeto Beijupirá, um projeto de aquicultura marítima desenvolvido em Recife para a produção da espécie Beijupirá em grande escala; e o denominado “Polo Aquícola” do sertão do São Francisco, onde é praticada a aquicultura principalmente em tanques-rede, para a produção de tilápia também em grande escala.

3.4 - A carcinicultura empresarial em Pernambuco

Para analisar a expansão do lobbie da carcinicultura, utilizaremos dados elaborados pela MCR, Aquicultura Ltda., que é uma empresa especializada na assessoria técnica e consultoria em aquicultura e carcinicultura marina, cujo presidente (o Sr. Itamar de Paiva Rocha, ex-deputado do PMDB) também ocupa a presidência da Associação Brasileira de Criadores de Camarão. A partir destes dados, poderemos identificar alguns dos principais empreendimentos advindos da expansão da aquicultura, assim como o número total de hectares de viveiros dedicados a carcinicultura em

Pernambuco. Nas tabelas 7 e 8 se recolhem os projetos elaborados e ou implementados por esta empresa, no que se refere a unidades de maturação de larvas, e a fazendas de carcinicultura denominadas por esta empresa “unidades de engorda ou viveiros” dos dois principais elementos da cadeia produtiva da carcinicultura.

PROJETOS	LOCALIZAÇÃO	PRODUÇÃO
Aqualíder Maricultura Ltda.	Ipojuca - PE	150.000.000,00 PL-CICLO*
MariculturaLtda	Unidade IPorto de Galinhas-PE	80.000.000,00 PL-CICLO*

Tabela 07: Fonte: MCR Aquacultura Ltda. 2014, Unidades de Maturação e larvicultura.

*Unidades de pós-larva produzidas em cada ciclo.

Organizado por: José Ignácio Vega Fernandez

PROJETOS	LOCALIZAÇÃO	AREA (HA)
Alvorada	Igarassu-PE	6,00
Marupiara Aquicultura	Ipojuca - PE	60,00
Aquicultura Atapuz S/A	Goiana - PE	132,00
Atlantis/Bramex - Brasil Mercantil S/A, Goiana	Goiana - PE	560,00
Anedam Aquicultura Ltda.	Goiana-PE	3,00
Estuário Tabatinga Ltda.	Goiana - PE	9,70
Marecultura Aquicultura	Goiana-PE	1,50
Náutilos Aquacultura Ltda.	Goiana-PE	15,00
Tabatinga Aquicultura Ltda.	Goiana-PE	18,50
Tinoco AquaculturaLtda	Serinhaém - PE	24,00
Costa Dourada Camarões Ltda.	Serinhaém - PE	52,00
São José Aquicultura Ltda	Serinhaém - PE	24,00
Aquicultura Campo Novo Ltda.	Rio Formoso - PE	21,00
Total	13	926,70

Tabela 08: Fonte: MCR Aquacultura Ltda. 2014. Unidades de engorda, viveiros, ou fazendas de camarão.

Organizado por: José Ignácio Vega Fernandez

Vemos que os aludidos empreendimentos localizam-se em cinco municípios, a saber, Goiana, Serinhaém, Igarassu, Ipojuca e Rio Formoso. No que concerne ao número de hectares de mangues desmatados para a criação dos viveiros pela MCR Aquicultura Ltda., tem-se o total de 926,70 ha, o que é equivalente a cerca de 500 campos de futebol. Analisando o número de hectares de cada um dos empreendimentos, observamos que somente o empreendimento ressaltado de verde de 1,5 ha corresponderia com um empreendimento considerado legalmente de aquicultura familiar. Podemos ver na lei da pesca o que é considerado familiar, e os hectares máximos da mesma:

IV – familiar: quando praticada por unidade unifamiliar, nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

II – aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) (grifo nosso) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

Os dados selecionados revelam que somente um 0,6% de estes empreendimentos em aquicultura são de caráter familiar, e que o 75% são grandes fazendas de camarão de mais de 100 hectares. Tais informações evidenciam o caráter empresarial da aquicultura praticada neste estado, seguindo os passos da aquicultura praticada em todo o Nordeste. Vemos que a figura do aquicultor familiar é totalmente minoritária na carcinicultura praticada em Pernambuco.

Além da implantação destes empreendimentos, voltados à cadeia produtiva aquícola a MCR Aquicultura Ltda. tem realizado junto com a SEAP – PR, depois convertida no MPA, e outras instituições como a SEBRAE, vários cursos técnicos destinados à produção aquícola foram concretizados, tais como “Curso de Gestão de Qualidade na indústria de processamento – Camarões Marinhos (Técnico – Nível Superior) – ABCC/SEAP-PR”, “Curso de Gestão de Qualidade na Fazenda – Capacitação de Pequenos Produtores – ABCC/SEAP-PR”, “Curso de Gestão de Qualidade na Fazenda – Capacitação de Médios e Grandes Produtores – ABCC/SEAP-PR”, “Workshop para Agregação de Valor no Estado da Bahia e Pernambuco – ABCC/SEAP-PR”. Estes cursos refletem a articulação entre a instituição estatal voltada a pesca, a pesquisa acadêmica e o setor empresarial, que vem caracterizando e dando sustento ao viés desenvolvimentista das políticas públicas dirigidas a pesca, desde o período SUDEPE. Este modelo corrobora a hegemonia de uma extensão pesqueira entendida como mero difusionismo tecnológico.

A seguir colocamos as imagens das principais áreas de aquicultura empresarial encontradas por nos no litoral de Pernambucano, especificando nas legendas o município no qual estão situadas

as fazendas de aquicultura, assim como o total de hectares que estas ocupam. Estes dados serviram para contrastar os dados apontados pela MCR. Aquicultura Ltda, que vimos na tabela anterior, sobre o total de hectares ocupado por fazendas de aquicultura no litoral de Pernambuco.



Imagem 04: Aquicultura litoral Sul – PE. Área inferior: Rio Formoso, 21,18 ha. Área superior: Sirinhaém, 42,19 ha. (Áreas delimitadas em vermelho). Fonte: Google Earth, 2014



Imagem 05: Aquicultura litoral Sul: Sirinhaém. Área superior esquerda: 68 ha. Área inferior direita: 27,81 ha. (Áreas delimitadas em vermelho). Fonte: Google Earth, 2014.



Imagem 06: Aquicultura Litoral Norte PE – Igarassu. Área superior esquerda: 12 ha. Área superior direita: 38,09 ha. (Áreas delimitadas em vermelho).Fonte: Google Earth, 2014.



Imagem 07: Aquicultura Litoral Norte – PE, Itapissuma. Área da esquerda: 56 ha. Área da direita: 304 ha. (Áreas delimitadas em vermelho).Fonte: Google Earth, 2014.



Imagem 08: Aquicultura Litoral Norte – PE, Ilha de Itamaracá. Área superior 9,60 ha. Área inferior: 15,74 ha. Fonte: Google Earth, 2014.



Imagem 09: Aquicultura Litoral Norte – PE, Goiana. Área inferior: 117,19 ha. Área superior à esquerda 28,49ha. Área superior à direita 21,46 ha. (Áreas delimitadas em vermelho) Fonte: Google Earth, 2014.



Imagem 10: Aquicultura Litoral Norte – PE, Goiana. Área à esquerda: 7,64. Área à direita: 47,70 ha. Área superior: 21,82 ha. (Áreas delimitadas em vermelho). Fonte: Google Earth, 2014



Imagem 11: Aquicultura Litoral Norte, Goiana: Área de 20,35 ha. (Área delimitada em vermelho) Fonte: Google Earth, 2014



Imagem 12: Aquicultura Litoral Norte – PE. Goiana. Área: 17,63 ha. (Área delimitada em vermelho). Fonte: Google Earth, 2014



Imagem 13: Aquicultura Litoral Norte – PE. Goiana. Área: 659 ha. (A área delimitada em vermelho se corresponde com a área de aquicultura, a área delimitada em amarelo se corresponde com a área que ocupa a Reserva Extrativista Acaú-Goiana). Imagem 12: Aquicultura Litoral Norte, Goiana: Área de 20,35 ha. (Área delimitada em vermelho). Fonte: Google Earth, 2014.

Encontramos um total de 1542,69 hectares ocupado por fazendas de aquicultura no litoral de Pernambuco, o que equivale com quase 800 campos de futebol. Isto supõe que além das 926,70 hectares de fazendas aquícolas obtivemos a partir dos da MCR, encontramos um total de 615 hectares mais, ocupadas por fazendas de aquicultura neste Estado.

No geral, todas as imagens revelam a necessidade que as atividades aquícolas possuem de estar situadas em regiões de rios, estuários e mangues, para fazer uso de suas águas e de seus territórios, com a privatização dos espaços de mangue e a devolução dos dejetos/resíduos dos criadouros (rações, poluição da água, etc.) para esses ecossistemas. Além disso, são grandes empreendimentos que afetam não apenas a paisagem histórica local, mas mostram um tipo de monocultivo (camarão) que se impõem. Tudo isso é distinto do que acontece com o modo de vida dos pescadores e suas tradicionais maneiras de usos múltiplos dos mencionados espaços.

3.5 – O projeto Beijupirá, o poder publico ao serviço da aquicultura empresarial

Cabe destacar o projeto Beijupirá, da empresa Aqualider, como um exemplo paradigmático da articulação entre instituições públicas encarregada da pesca e da aquicultura e o setor empresarial aquícola. Este projeto foi licitado pela “SEAP/PR no dia 14 de Agosto do ano de 2008”, e o contrato de cessão onerosa por “valor de R\$ 60.000 para a exploração de 169 hectares situada a 11 quilômetros do litoral de Recife”, foi assinado entre a empresa Aqualider a Secretaria de Patrimônio da União – SPU, no mês de setembro do ano 2008. A cessão desta área no alto-mar foi estabelecida por um período de 20 anos. Este projeto tinha como meta produzir “10 mil toneladas em 48 tanques-rede até o ano 2011”, contando com um “investimento de R\$ 10 milhões”. Contava-se criar cerca de “80 empregos diretos”, sendo que no final do ciclo se gerariam um total de “600 empregos diretos” aproximadamente. (HOLANDA, 2008 in CALLOU 2013, pág. 274; ERNST & YOUNG 2009).

Os promotores afirmavam que este tipo de empreendimento “ofereceria poucos riscos” já que se teria “dominado o ciclo de reprodução em cativeiro do Beijupirá”, inclusive se colocava como um dos possíveis “principais produtos pesqueiros do Brasil num futuro próximo” (ERNST & YOUNG, 2009, pág. 52). Para além do discurso triunfalista dos promotores do projeto, sua licitação causou uma forte polêmica. Segundo Callou, (2013, pág., 276) no ano de 2008 se elaborou um documento que manifestava a polêmica aberta com a implementação deste grande projeto, o documento se intitulada: Manifesto aos Pescadores e movimento sociais indignados com privatização de 160 ha no mar, o manifesto foi assinado pelo Movimento Nacional dos Pescadores (Monape), pela Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CPNA), pela Articulação

Nacional das Mulheres Pescadoras (ANP), pelo Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), pelo Movimento dos atingidos por barragens (MAB) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Estes denunciavam de forma coletiva que 160 hectares do mar, o equivalente a uns 80 campos de futebol que eram efetivamente utilizados pelos pescadores, estaria sendo privatizada pela Seap. O manifesto literalmente denunciava:

Denunciamos esta armação organizada pela SEAP em conjunto com os empresários interessados em suprimir áreas utilizadas pela população e impedir a participação, uma vez que os editais foram realizados durante o período do carnaval, na calada da noite, como estratégia para dificultar o acompanhamento por parte da sociedade; não foram realizadas audiências e nenhum tipo de consulta aos trabalhadores que efetivamente utilizavam essa área (CALLOU, 2013, pág., 276).

A Seap - PR assumiu publicamente alguns dos seus erros, principalmente no que se refere ao fato de “não ter procedido a audiências públicas nem ter realizado consultas aos diferentes afetados pelo empreendimento entre eles os pescadores que utilizavam a área onde se colocaram os tanques-rede como área de pesca”. Com tudo o projeto Beijupirá faliu no ano de 2010, alegando entre outros motivos “a má qualidade da ração fornecida no Brasil, à dragagem realizada pelo porto do Recife e a colisão de uma embarcação” com um dos principais tanques-rede do empreendimento. (BRASIL 2008 apud CALLOU, 2013, pág. 279)

3.6 – A aquicultura no interior de Pernambuco, o “Pólo Aquícola” do sertão do São Francisco

O interior de Pernambuco e concretamente o sertão do São Francisco têm sido alvo das principais ações dirigidas à expansão de aquicultura em grande escala por parte do MPA e da SFGPA – PE. A produção de Tilápia em tanques-rede nos reservatórios das usinas hidroelétricas de Itaparica e Moxotó é um dos principais expoentes do projeto aquícola promovido por estas instituições. Como vimos no apartado das políticas, a demarcação de parques aquícolas e licitação de áreas para fins aquicultura é uma das principais ferramentas que tem permitido o crescimento exponencial destes empreendimentos já que abre a iniciativa privada a possibilidade de explorar privadamente espaços aquáticos que anteriormente estavam abertos a diferentes usos públicos.

A partir das tabelas apresentadas no item 3.2 deste capítulo, onde efetivamos a delimitação das áreas e parques aquícolas, vemos que existem 23 áreas aquícolas licitadas nos reservatórios de Itaparica e Moxotó, que somam 126,21 hectares. Destas, são destinadas a aquicultura empresarial 103,83 hectares, o que supõe que um 82,27% do total das áreas se destinam exclusivamente a aquicultura em grande escala. Tão somente 22,3 hectares um 17,73% do total, são dedicadas à aquicultura familiar. As duas principais empresas que monopolizam estas licitações são a Netuno Internacional, S/A e a Pescanova Ltda. Estas duas empresas de grande capital internacional ocupam

57,82 hectares o 45,59% do total de hectares licitados nestes reservatórios. Podemos concluir que na prática o projeto aquícola promovido pelo MPA uma vez mais, parece estar voltado ao crescimento de um setor muito específico, o setor aquícola empresarial.

Um exemplo do apoio e promoção que o MPA faz através da SFPA – PE a expansão da aquicultura em Pernambuco, é o 1º Seminário de Piscicultura em Águas da União do no Sertão de Pernambuco, este teve lugar durante os dias 10 e 11 de dezembro de 2014, reunindo representantes da própria instituição que promoveu o evento, da SFPA – RN, da SPU, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária (ADAGRO), da prefeitura de Petrolândia, do Instituto de Pesquisas Agronômicas – IPA, de instituições financeiras como o BNB, e associações de aquicultores e de empresários do setor. Durante este seminário se realizaram diversas palestras que trataram principalmente quatro temas:

- O processo de licitação dos empreendimentos em aquicultura, e a regularização dos aquicultores e seus direitos.
- As linhas de crédito do Pronaf voltadas para aquicultura.
- Aspectos relativos à cadeia de produção aquícola: sanidade, tributação e fiscalização.
- Situação das áreas aquícolas dos reservatórios de Itaparica e Moxotó

O principal objetivo do seminário foi apoiar os empreendimentos em aquicultura dos quatro municípios com águas nos reservatórios, que são: Itacuruba, Petrolândia, Belém do São Francisco, Itapurú e Jatobá. A importância da produção aquícola desses municípios foi continuamente ressaltada pelos representantes da SFPA – PE, que denominaram a região como o “Polo Aquícola de Pernambuco” ou a “Vitrine Aquícola do Estado”, inclusive o próprio Superintendente da SFPA – PE, colocou a “possibilidade de viabilizar um escritório do ministério da pesca em Petrolândia”. A ambição institucional, pela aquicultura, manifestou-se de forma evidente durante todo o seminário, quase como se a aquicultura fosse a única via, o único caminho e a única possibilidade de se pensar a produção de peixe no Brasil. As palavras do representante do MPA convidado refletem este pensamento único que supõe a expansão aquícola: “Não tem outro caminho para chegar à produção estimada pela FAO, que não seja a produção aquícola”.

A dinâmica do seminário se realizou de forma que após de cada uma das palestras se concedeu um tempo para as perguntas dos interessados. O maior problema colocado pelo representante do MPA convidado foi, segundo o mesmo, o fato de que “não há possibilidade de atender a demanda de criação de parques aquícolas nesta região por que a capacidade de suporte e

inferior a todas as demandas de licitação solicitadas ao MPA pela iniciativa privada”. Outros problemas foram externados no final das palestras por alguns dos aquicultores participantes. Por um lado problemas relacionados com as faixas de preferência estabelecidas dentro dos parques aquícolas pelos quais se estabelecem as áreas que são prioritárias para empresas e as que o são para produtores familiares. Alguns aquicultores que participavam do evento ressaltaram que a maioria das áreas são destinadas a empresas. Frente a este questionamento os representantes do MPA responderam que nos parques aquícolas a implementar se colocariam faixas de preferência para aquicultores familiares. Segundo os representantes das instituições de fomento da pesca, estas áreas seriam destinados ao que denominam com um vocabulário gerencial “empreendedorismo social”. Os técnicos destas instituições de fomento ressaltaram que no caso as áreas aquícolas, não se estabelecem faixas de preferência de forma que a aquicultura familiar concorre diretamente com o setor empresarial.

Por outro lado, perguntou-se ao representante do MPA e aos representantes da SFPA – PE sobre a responsabilidade da CHESF na mortalidade das tilápias causados por ações da hidroelétrica. Os representantes das instituições responderam que “a prioridade desses corpos de água é a produção de energia e que de forma secundária estes são destinados à produção aquícola”. Portanto, ninguém assume essa responsabilidade, que recai diretamente no aquicultor, seja este familiar, seja ele empresarial.

Outra importante questão colocada foi à possibilidade de ampliar a área de produção, já que é impossível dar continuidade à produção de tilápia sem ter a possibilidade de ampliar a área de produção já que a lucratividade ao longo do tempo diminui para poder continuar com lucratividade tem que ampliar necessariamente a produção. A resposta dos representantes institucionais foi que isso deveria ser solicitado através de uma “revalidação do projeto na qual se realizaria uma nova análise”, para ver a possibilidade ou não de ampliar a produção.

Pelo relato dos aquicultores, que participaram no evento, parece que na aquicultura praticada por estes o requisito básico que permite dar continuidade a produção de tilápia é ter a possibilidade de ampliar a área explorada, sem essa possibilidade não seria possível manter a lucratividade.

Parece que na aquicultura promovida pelo MPA sempre será necessário ampliar o espaço aquítico explorado, para manter a lucratividade. Isto coloca sérios problemas relacionados com a sustentabilidade da aquicultura questionando o futuro promissor, amplamente divulgado pelo MPA e suas instituições parceiras. A partir deste modelo de produção que pretende o crescimento perpétuo, a sustentabilidade parece ser uma falácia, que emascara o dogma do crescimento

econômico ilimitado. Com estas evidências aprendidas nos capítulos anteriores entorno ao plano estratégico do MPA e suas principais ações no estado de Pernambuco, passaremos agora a discutir no seguinte capítulo as consequências dessas ações nas comunidades pesqueiras. Para isso analisaremos os impactos da aquicultura, sobre três comunidades, a partir dos depoimentos dos pescadores (as) entrevistados, e do material coletado no trabalho de campo no capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV – OS IMPACTOS DA REVOLUÇÃO AZUL NAS COMUNIDADES DE PESCA ARTESANAL

Os pescadores e pescadoras artesanais das comunidades onde realizamos parte mais importante do nosso trabalho de campo relataram, a partir das suas experiências de vida, os principais elementos que vêm caracterizando as suas relações com as instituições públicas. São esses sujeitos que sofrem na própria pele as estratégias das ações políticas do Estado e seus efeitos mais diretos sobre os lugares em que reproduzem sua vida.

Nas entrevistas realizadas com os pescadores e pescadoras nas suas comunidades, colocamos o foco tanto na visão, quanto na relação que têm das principais políticas do MPA. Isto nos levou irremediavelmente a falar sobre a promoção e priorização praticamente e exclusivamente da aquicultura pelo MPA, assim como do seu principal efeito: a expansão da aquicultura nas comunidades pesqueiras.

4.1 – Os pescadores e a aquicultura no litoral Norte de Pernambuco

A comunidade de Baldo do Rio

Baldo do Rio localiza-se na cidade de Goiana, próxima ao centro, na margem do Rio que dá nome ao município ao qual pertence. Essa é uma comunidade ribeirinha, onde se encontra a colônia de pescadores de Baldo do Rio, Z – 14, fundada no 05/06/1955.

As pescadoras e pescadores desenvolvem suas pescarias no estuário dos rios Goiana e Megaó, nos manguezais que rodeiam esses ambientes aquáticos, assim como no mar aberto, utilizando-se de pequenas embarcações – canoas – e diferentes ferramentas de pesca, como o jereré, tarrafa, covos, mangote, redes de camboa e de caçoeira, assim como colheres para catar mariscos. Todos esses instrumentos de trabalho (embarcação e armadilhas de pescas) de são de feitura artesanais e ancestrais na localidade, como pudemos ver e identificar com base nos depoimentos dos(as) pescadores(as) locais.

A comunidade de Carne de Vaca

Carne de Vaca é uma pequena comunidade situada à beira mar, também no município de Goiana, sendo a última praia do litoral norte de Pernambuco antes de se alcançar o estado da Paraíba. Na mesma existe uma associação de pescadores (as) artesanais chamada Associação de Apoio à Comunidade, A-28, que está ligada à Colônia de Pontas de Pedra, Goiana, PE. A sua localização privilegiada, em plena foz do rio Goiana, permite que se realizem pescarias tanto no estuário, quanto na área cercana à praia, ou seja, no “mar de dentro” e também no “mar de fora”, que é a área marítima mais afastada da costa. Os instrumentos de pesca utilizados são diversos,

como redes de emalhe, redes de arrastro, mangote, mangotão, tainheira e sauneira. Também se catam caranguejos, aratus, goiamuns e mariscos. As últimas pescarias são efetivadas, principalmente, por marisqueiras, que realizam seu trabalho na foz do rio Goiana e nos seus bancos de areia e daqueles que ficam próximo à praia, banhados diretamente pelo Oceano Atlântico.

Os nexos entre estas duas comunidades: o Rio Goiana-PE, a Resex Acaú-Goiana e os conflitos com a carcinicultura empresarial.

O rio Goiana é o principal fio condutor que une essas duas comunidades. Tanto os pescadores de Baldo do Rio, como os de Carne de Vaca, navegam pelas piscosas águas do estuário do Rio Goiana, rodeados de enormes manguezais, que tem uma enorme biodiversidade de fauna e flora. Os primeiros, descem desde Baldo do Rio para pescar no estuário e nos manguezais, podendo chegar até o mar aberto. Os segundos saem de Carne de Vaca para pescar no mar de dentro, no mar de fora ou bem remontam as águas do rio Goiana, subindo o rio para capturar os peixes que se encontram no estuário, assim como para realizar diversas artes de pesca nas áreas de mangue.

Nessa imensa área, que serve de lugar comum para a reprodução da vida dos pescadores (as) e dos pescados, encontra-se a Reserva Extrativista Acaú-Goiana, que ocupa área de 6.676,69 hectares, abrangendo os municípios de Pitimbú e Caaporã, do Estado da Paraíba, e o município de Goiana, em Pernambuco. Dessa forma, estas duas comunidades se encontram dentro de uma Reserva Extrativista, cuja administração é responsabilidade do Instituto Chico Mendes (ICMbio), uma autarquia em regime especial vinculada ao Ministério de Meio Ambiente – MMA (BRASIL, 2014). Dentro da área delimitada pela Resex Acaú-Goiana há vários empreendimentos de carcinicultura, especialmente a enorme fazenda de carcinicultura situada no centro da área delimitada pela Resex, e que ocupa 560 hectares. Esta fazenda pertence à empresa Atlantis/Bramex do grupo Brasil Mercantil S/A. Os impactos do empreendimento são relatados por alguns dos pescadores entrevistados, das comunidades destacadas acima, como um “desastre ambiental”. A transcrição dos depoimentos (segue abaixo) mostra a percepção dos pescadores sobre os principais impactos dessa grande fazenda de carcinicultura:

“Ali foi um desastre ambiental muito grande, é muito grande ali o que destruíram, cabe Goiana todinha ali”, (PESCADOR JOÃO 57 ANOS, GOIANA-PE, 2014)

:Eles soltam muito resíduo químico quando vão fazer a despesca do camarão, os calcário, os antibiótico, um monte de coisa ali.(PESCADOR JOSÉ, 39 ANOS, GOIANA-PE)

Os seguranças abordaram pescadores daqui que estavam pescando perto da fazenda, tinha segurança lá direto, abordaram a gente várias vezes, a gente não podia ficar perto (...) um dia o segurança gritou pra gente: desapareça daí, se não meto bala agorinha em vocês. (PESCADOR LUIS 41 ANOS, GOIANA-PE, 2014)

Nos depoimentos é possível perceber relatos que abordam, principalmente, três questões

relativas aos impactos da aludida fazenda de camarão. Primeiramente, o impacto causado pelo desmatamento dos 560 hectares de manguezal e a consequente devastação da biodiversidade existente nele; em segundo lugar, constata-se a presença de diferentes agentes poluentes, que se dejetam no estuário; e, por último, pela hostilidade da segurança privada que não lhes permite pescar nem encostar a embarcação nas áreas próximas a fazenda e que agora são bens privados.

Os pescadores falam que, atualmente, a empresa faliu, depois de vários anos de funcionamento, por problemas de doenças do camarão (a mancha branca), que o matavam, baixando, assim, a produtividade dos viveiros. Nunca é demais destacar que a espécie de camarão utilizada no cultivo nos mangues, em todo Nordeste, e que se propagou como a mais eficiente foi a *Litopenaeus vannamei*, de origem asiática. Portanto, uma espécie exótica. Seu monocultivo foi fundamental para a propagação da doença, que se tornou, também, um fenômeno geral nos cultivos de camarão no Nordeste brasileiro⁴. Os representantes da empresa dizem que a fazenda está com a produção interrompida, encontrando-se em manutenção, mas afirmaram que o funcionamento normal da mesma se retomaria num futuro próximo.

Os entrevistados relatam que existem outros interesses da Bramex, além da produção de camarão nessa grande área. Segundo o Pescador José (39 Anos, Goiana-Pe, 2014), “os donos da fazenda estão segurando a área, porque tem interesse nela. Eles disseram na reunião do conselho da Resex, que queriam fazer ali um monte de casa, só para turista, um empreendimento para turista ali, um resort”. Na continuação mostramos imagens, de satélite, da Resex Acaú-Goiana, assim como algumas fotografias realizadas no entorno da fazenda de carcinicultura da Atlantis/Bramex situada. Pretendemos com isso ajudar a entender melhor a dimensão da total da Resex e da infraestrutura da fazenda de camarão que existe dentro desta.

4 Em uma das reportagens sobre o impacto dessa doença nas fazendas de camarão, destacamos o seguinte trecho: “A doença é originária da Ásia e chegou ao Brasil em 2004. É provocada por um vírus que ataca o sistema imunológico do crustáceo, levando a morte. O camarão infectado fica com pequenas manchas brancas na casca”. (fonte: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2013/07/doenca-ameaca-criacao-de-camarao-do-rio-grande-do-norte.html>).



Imagem: 14. Resex Acaú-Goiana – PE, limites ressaltados em amarelo. Fonte: Google Earth 2015. Fonte: Google Earth, 2014.

Nesta imagem de satélite, podemos observar em amarelo os limites da área delimitada pela Resex Acaú-Goiana. A parte central corresponde à área ocupada pela fazenda de camarão da Atlantis Bramex. Podemos a partir de esta ter uma visão melhor do tamanho real desta fazenda, que equivale a uns 250 campos de futebol. De fato, a instalação da fazenda, na constituição da sua territorialidade aquícola, que se impôs a dos pescadores locais, contou direta e indiretamente com apoio público, seja da CPRH e IBAMA quando fizeram vistas grossas a sua instalação sem relatório de impacto ambiental, por exemplo, seja financeiro por parte do Governo Federal para sua criação. Além desses apoios, o próprio ICMbio, quando criou a Resex Acaú-Goiana, em 2007, não desapropriou a área da fazenda de camarão, fato que deveria ter ocorrido, visto que a mesma encontra-se no centro de uma Unidade de Conservação Ambiental, como mostra a imagem, o que é paradoxal e, ao mesmo tempo, é algo revelador da força do setor sobre a própria legislação ambiental, o Estado e as demandas dos pescadores locais, que pediram ao ICMbio para que a mencionada desapropriação acontecesse. Nas seguintes imagens mostramos parte da infraestrutura da fazenda de carcinicultura da Atlantis/Bramex



Imagem 15: Litoral Norte, Goiana – PE. Ponte de acesso à fazenda de carcinicultura Atlantis/Bramex. Fonte: José Ignácio Vega Fernandez, 2014.



Imagem: 16. Litoral Norte, Goiana – PE. Fazenda de camarão da Atlantis/Bramex: ponte de acesso, portão de entrada e guarita. José Ignácio Vega Fernandez, 2014.

Na imagem 16 aparece parte da ponte de acesso à fazenda, a porta de entrada principal e a guarita de segurança. Podemos ver que estas se elevam sobre uma de pedra e concreto de forma que a fazenda parece ficar mais elevada que o manguezal.



Imagem: 17. Litoral Norte, Goiana – PE. Comporta da fazenda de carcinicultura da Atlantis/Bramex. José Ignácio Vega Fernandez, 2014.

A imagem 17 retrata uma das comportas que permitem a entrada e saída de água da fazenda. Segundo os entrevistados esta serve para pegar água do rio e também para dar saída da água que já “não presta” para o camarão.

Podemos ver nestas imagens que se trata de um empreendimento de grande porte, que requer elevado capital para sua construção, bem como para a manutenção da sua infraestrutura.

Outro fato relevante deve ser destacado. Por exemplo, perguntamos também aos pescadores acerca das principais políticas do MPA, e da sua relação com a pesca, e as respostas que obtivemos manifestavam uma total desconfiança destes com o MPA e da SFPA – PE. Essa desconfiança se manifesta nos relatos dos pescadores no sentido deles entenderem que o MPA não representa efetivamente seus interesses, de forma que os mesmos não consideravam estas instituições como dirigidas a eles e à pesca artesanal, de forma geral. Os seguintes depoimentos são um exemplo do que tratamos de explicar:

O MPA não faz nada pra gente, só faz botar dificuldades na vida da gente (PESCADORA MARIA 37 ANOS, GOIANA-PE, 2014)

O MPA não é um ministério para nós pescador artesanal, é um ministério pra aquicultura (PESCADOR MARCELO 62 ANOS, GOIANA-PE, 2014)

“O governo vem comparando a gente direto com a aquicultor, isso aí é um absurdo”. Veio um curso do chapéu de palha aqui para a gente de aquicultura, e eu disse pro rapaz: esse curso aí, a gente é contra, a gente não faz aquicultura não, a gente vai criar tilápia não, vai criar tilápia aonde? “A gente vem protegendo o mangue, aí agora vamos desmatar pra fazer tanque de tilápia, não, a gente quer um peixe natural, a gente não quer um peixe cheio de veneno, isso tudo aí é propaganda do MPA é tudo propaganda acima da aquicultura.(Pescadora Luísa 43

anos, Goiana – PE, 2014)

Tais relatos corroboram com a hipótese que mantemos ao longo do texto, de que a política do MPA não visa o interesse comum do setor pesqueiro artesanal no país, especialmente para os homens e mulheres que vivem da pesca artesanal. Nesse sentido, o Estado não considera suas peculiaridades e problemas, distanciando-se, radicalmente, desses objetivos que são colocados no plano discursivo das políticas (participação popular, democracia, sustentabilidade, etc.). Vemos, pelos relatos dos pescadores, que a política do MPA é voltada a interesses empresárias, os quais pouco tem a ver com a melhora das condições de vida dos pescadores e pescadoras artesanais, ou com a criação de condições que permitam a reprodução da pesca artesanal em bases justas em termos econômicos e sociais.

Ao contrário, na prática estas instituições colocam a pesca artesanal num lugar secundário, como se esta estivesse relegada ao fracasso, como se estivesse destinada a desaparecer. Parece que o único caminho que vislumbra as estreitas lentes do MPA é a transformação dos pescadores em aquicultores, de forma que se estes não formarem parte ou contribuírem de alguma forma na carreira aquícola, o que lhes restará é a desapareição.

Contudo, os pescadores (as) continuam saindo a pescar, e mesmo que já não possam utilizar mais as áreas ocupadas pelas fazendas de camarão, desenvolvem estratégias que lhes permitem reproduzir sua vida dentro do universo do possível. Assim, buscam outras áreas de pesca, em lugares que ainda lhes é permitido praticar sua arte, e encostar suas embarcações sem medo de ser ameaçados pela segurança privada das fazendas aquícola. Os pescadores (as) não são sujeitos frágeis, não são pessoas extremamente vulneráveis a situações de fortes mudanças desfavoráveis. Ao contrário disso, eles têm grande e histórica capacidade de adaptação, sendo mestres da arte de pescar e da arte da sobrevivência, pois, assim como acontece nas águas, sabem bem que não dá para pescar em dias de tormenta, de maré barrenta. Por isso, esperam ou agem com a calma e reinvenção, com base em suas experiências para decifrar o dia e a hora certa para sair para a maré e ter uma boa pescaria, que lhes permita tirar seu sustento, elevar o peixe na mesa dele e na dos outros.

4.2 – Os pescadores e a aquicultura no sertão do São Francisco, a comunidade de Caraíba Seca

Caraíba Seca, também conhecida como Ilha dos Pescadores, é uma pequena comunidade de pescadores localizada no município de Petrolândia, Sertão de Pernambuco. O presente município passou por profundas transformações, a partir da década de 1980 com a inundação da antiga cidade Petrolândia, para a construção da usina hidroelétrica de Itaparica. Isto obrigou a CHESF a realocar a

maior parte dos moradores da antiga Petrolândia, ao que hoje é a cidade Nova Petrolândia.



Imagem: 18. Sertão do São Francisco, Petrolândia – PE. Igreja da antiga Petrolândia. Fonte: Suana Medeiros Silva, 2014.

A fotografia mostra a parte superior da Igreja da antiga Petrolândia. Pode-se observar que, ao lado do que restou da Igreja há várias ramas. Segundo os pescadores entrevistados que eram moradores da antiga Petrolândia, essas ramas são de várias árvores de manga situadas ao redor da praça que contornava a Igreja. Alguns moradores da antiga Petrolândia foram relocados para áreas cedidas pela CHESF, criando-se alguns pequenos povoados a poucos quilômetros da cidade de Petrolândia. Um destes lugares é Caraíba Seca ou Ilha dos Pescadores, que se situa na mesma margem das águas do reservatório. Os pescadores (as) deste povoado estão associados à colônia dos pescadores José Alexandre Melo, Z – 23.



Imagem: 19. Sertão do São Francisco, Petrolândia – PE. Acesso à Ilha dos Pescadores. Fonte: José Ignácio Vega Fernandez.

De acordo com que se observa na foto acima, a estrada de chão é a principal via de acesso a Ilha dos Pescadores, que se encontra ao final da mesma. Também podemos ver as águas do reservatório e dois cercados (um que delimita uma parte utilizada para pasto, principalmente de bodes, e outro que delimita uma propriedade privada). Segundo os pescadores entrevistados com muita frequência, lugares que eram de acesso público e utilizados também para o pasto, estão sendo loteados, cercados e privatizados por moradores de outros lugares, que construíram residências que utilizam apenas durante as férias. Também existem empreendimentos agrícolas, que escolhem as áreas cercanas ao reservatório pela proximidade de ter água para o regadio.



Imagem: 20. Sertão do São Francisco, Ilha dos Pescadores, Petrolândia – PE. Margem do reservatório de Itaparica. José Ignácio Vega Fernandez

Os principais peixes capturados na região são o tucunaré, a pirambeba, a piranha, a pescada e a tilápia, e também o camarão. De acordo com os depoimentos dos pescadores antes da barragem da usina tinha muita mais variedade de pescados como o surubim, o dourado e o pirá, os quais atualmente “não têm mais”. O peixe que predomina, hoje, na região é a tilápia, isto se deve a aquicultura em tanque-rede promovida pelo MPA. Essa criação é voltada à produção deste peixe. Ao longo do trabalho de campo nesta região do Sertão do São Francisco, pudemos observar vários anúncios de venda em grande quantidade deste peixe. Na seguinte imagem podemos ver um destes anúncios de venda de Tilápia, tendo como mínimo para realizar a compra a quantidade de 500 Kg.



Imagem 21: Sertão do São Francisco – PE, Petrolândia. Anúncio situado na margem da estrada. Suana Medeiros Silva.

Não é de estranhar, que as quantidades de venda mínima que aparecem nestes anúncios sejam tão grandes, já que, como vimos nos tópicos 3.4 e 3.6, o município de Petrolândia é considerado o polo aquícola de Pernambuco, onde predomina a produção aquícola em Grande Escala. Em relação aos principais impactos da aquicultura nas comunidades pesqueiras, o relato do seguinte pescador resulta esclarecedor:

O que mais nos afeta são as cercas das águas, temos que refazer os acessos e as rotas de pesca todinhas por que não nos deixam nem encostar nem ficar perto das gaiolas. Tão com seguranças direto lá, nos cortaram as passagem todinha (PESCADORA MARÍA 35 ANOS, PETROLANDIA, 2014)
Também temos problemas com donos de terra que cercam todinho os acesso para nós pescar, colocam cerca nas áreas de pesca, e nem a Marinha, nem o IBAMA, nem o MPA protegem a gente nem protegem as áreas de pesca (PESCADOR SEVERINO 38 ANOS, PETROLANDIA, 2014)

Vemos que a privatização das águas para fins de aquicultura, advinda da implementação de parques e áreas aquícolas, se concretiza na comunidade, limitando os acessos ao reservatório e ocupando as áreas que eram efetivamente utilizadas pelos pescadores e pescadoras nas suas pescarias anteriormente enquanto um bem comum. Segundo o pescador Severino (2014) “As gaiolas tão no meio de lugares que a gente passava e pescava”. Os tanques-rede, dos empreendimentos de aquicultura, situam-se em áreas próximas às margens do reservatório vigiadas constantemente por segurança privada. Dessa forma, os pescadores se vêm obrigados a mudar suas rotas para passar longe das áreas controladas pelos empreendimentos, o que os leva a precisar de mais tempo e combustível para realizar suas pescarias.

Abaixo agrupamos imagens de uma das principais áreas aquícolas, onde é praticada a aquicultura de Tilápia em tanque-rede, mostrando os lugares onde estão colocados os tanques-rede, assim como as principais infraestruturas da empresa de aquicultura Netuno, que é uma gigante do setor aquícola e uma das principais controladas do mercado de pescados em Pernambuco. A empresa Netuno tem sido uma das principais beneficiárias de recursos públicos federais e uma das mais estratégicas parceiras do MPA em Pernambuco na difusão da aquícola, com atuação marcante no sertão enquanto sujeito hegemônico no cultivo da tilápia.



Imagem: 22 Aquicultura Sertão do São Francisco, Petrolândia – PE. Parte superior esquerda, tanque rede. Parte direita, Tanques escavados, Netuno S.A.. Fonte: Google Earth, 2014.



Imagem: 23. Aquicultura Sertão do São Francisco, Petrolândia – PE. Infraestrutura e tanques escavados da Netuno S/A, (área delimitada em vermelho). Google earth,2014



Imagem: 24. Aquicultura Sertão do São Francisco Petrolândia – PE. Tanques-rede da Netuno S/A. Google Earth, 2014.



Imagem: 25. Sertão do São Francisco, Petrolândia – PE. Uma das sedes da Netuno Fonte; José Ignácio Vega Fernandez, 2014.

Além dos evidentes impactos materiais da aquicultura sobre o meio físico, onde é praticada a pesca, existe, por outro lado, um processo de cooptação promovido pelo MPA e outras instituições com interesses na aquicultura, como a SPU, o Banco do Nordeste e instituições de fomento locais, que pretendem incentivar a transformação destes pescadores em aquicultores. Segundo a Pescadora Maria (2014, Petrolândia) “Fazem todo para nos convencer de passar à aquicultura, dizem que os projetos são melhores que para a pesca e que é mais fácil ter crédito”. Vemos que a ideologia aquícola, da qual falamos em um dos capítulos anteriores, é promovida efetivamente pelas instituições pesqueiras. Contudo, a efetividade desta ideologia entre os pescadores e pescadoras artesanais parece ter importantes limitações, seja pelas suas experiências de vida, seja pela capacidade destes para observar o meio no qual trabalham e, portanto, para observar os resultados dos numerosos tanques-rede que rodeiam o reservatório; ou seja, pela valorização e orgulho que estes têm sobre seu trabalho. Sobre isto é interessante o depoimento dos seguintes pescadores:

Tem pouco pescador que se passe para a aquicultura, a gente não gosta de criar peixe e ir botar ração, a gente gosta é de pescar, eu mesmo só conheço três pescadores que trabalham com aquicultura, mais ainda assim ainda pescam pescar é bom demais. E digo mais esses ai que criam tilápia nem come a tilápia, prefere todinho o peixe que se cria sozinho, o gosto é muito melhor, nem se compara. (PESCADOR SEVERINO 38 ANOS, PETROLANDIA, 2014)

Nós não queremos nem saber de aquicultura, isso ai é ruim demais, polui a água demais, é muita ração e muito remédio que eles botam pras doença que pega a Tilápia no tanque, tilápia fora do tanque não pega doença assim não. Teve

produtores de tilápia aqui, que tiravam as tilápia do tanque na hora da despesca e boxe, caia o coro direto, criam elas toda junta, um monte de tilápia junta, ai pega doença direto.

(PESCADOR ADEMIR, 52 ANOS, PETROLANDIA, 2014)

A aquicultura não é pra nós não, aquicultura só rende para quem tem dinheiro, rende para quem tem dinheiro pra paga pros outro criar o peixe dele, e depois eles nem comem porque essa Tilápia não presta, não tem o gosto do peixe nosso, tem gosto de ração, tem gosto de remédio.(PESCADORA MARÍA, 35 ANOS, PETROLANDIA, 2014)

Vemos que os principais motivos que fazem com que os pescadores rejeitem abertamente a aquicultura estão relacionados basicamente com a forma de produção que supõe a aquicultura de Tilápia em tanques-rede, para a qual é necessário um tempo e uma forma de trabalho completamente diferente ao da pesca artesanal. A aquicultura requer a compra de ração e outros insumos fitossanitários, o que significa um forte investimento, assim como uma grande dependência dos fornecedores de insumos, levando a um tipo de controle da produção desse pescado por parte da Netuno indiretamente, ou seja, a empresa não produz diretamente o pescado, mas subordina aqueles que o fazem dentro da dinâmica mais ampla de produção e comercialização, transformando o peixe tilápia em mera mercadoria. Tudo isso mostra, ao mesmo tempo, que há uma divisão do trabalho na própria aquicultura, isto é, no litoral, há as fazendas de camarão com suas grandes unidades produtivas, em maior medida, e, no sertão, os tanques-rede do peixe tilápia que são cultivados também por pequenos produtores subordinados à cadeia produtiva e/ou comercial comandada por uma única empresa.

Tal fato também se deu com a industrialização da pesca estimulada pela SUDEPE, durante a existência desse órgão, que, quando não estimulou a proletarização dos pescadores (para que eles fossem assalariados de barcos industriais), possibilitou, em muitas localidades, o controle da produção dos pescadores artesanais por parte das empresas de pescados (grandes indústrias de pesca empresarial e/ou grandes empreendimentos que se dedicavam exclusivamente ao comércio de pescados), fato destacado por estudiosos como Diegues (1983), Maldonado (1993) e Loureiro (1985).

Outros fatores, que parecem não convencer de forma alguma, são os relativos aos produtos do trabalho. Os pescadores comentam, em vários momentos, aspectos relacionados com o gosto do peixe, os problemas de doenças e outras questões que lhes fazem rejeitar a aquicultura, ao mesmo tempo em que valorizam e colocam como melhores os produtos do seu trabalho frente aos da aquicultura. Há pois vários desencontros entre os objetivos da política e os pescadores. Essa oposição e resistência dos pescadores artesanais à aquicultura tem a ver com elementos já mencionados anteriormente, que estes valorizam enormemente como é a liberdade do trabalho

pesqueiro e suas possibilidades para continuar na pesca. Segundo o Pescador Severino: “Na pesca a pessoa vai quando quer e retorna quando termina a pescaria, a gente consegue tirar o sustento, em dois ou três dias de uma boa pescaria a gente tira mil reais, o melhor é botar a rede e ver a rede cheia”. Os pescadores parecem ser otimistas com respeito a sua continuidade na pesca e a continuidade da pesca artesanal de forma geral. Segundo o Pescador Ademir, (Petrolândia, 2014) “A pesca nunca vai acabar, só pode ficar mais difícil”. Severino (Petrolândia, 2014) afirma: “a pesca pode até acabar, se a aquicultura crescer mais ainda e enche tudinho de gaiolas ai não vai dar pra nós pescar não”.

A partir destes depoimentos, podemos concluir que existem fortes impactos dos empreendimentos de aquicultura sobre os meios de produção da pesca artesanal, água e peixes. Também sobre os acessos às águas do reservatório, sobre os acessos as diferentes áreas de pesca e por tanto sobre as rotas utilizadas nas pescarias. Contudo, os efeitos da ideologia aquícola contida na proposta do MPA, parecem não causarem muito efeito sobre os pescadores e pescadoras artesanais, no sentido de convencê-los a passarem a produção aquícola. Segundo os pescadores (as) entrevistados a maioria das pessoas que passam a trabalhar na aquicultura são agricultores e não pescadores. Dessa forma, mais uma vez, os pescadores e pescadoras parecem ter claro que, enquanto tiver peixes e possibilidades materiais de pescar, continuarão exercendo a pesca com orgulho.

4.3 – As lutas dos movimentos sociais de pescadores e pescadoras Pernambucanos frente a expansão aquícola e o papel do CPP nessas lutas coletivas

Frente a ameaça que supõe a expansão da aquicultura às condições de reprodução social da pesca artesanal, as lutas pessoais e coletivas dos pescadores e pescadoras têm se convertido num empecilho a esse processo totalizador, que pretende privatizar as águas, o principal meio de produção da pesca.

Parece-nos que a principal luta e resistência, nada passiva, é o fato destes rejeitarem a aquicultura promovida veementemente pelo MPA, saindo para a maré e praticando no dia a dia a arte de pescar, apesar das dificuldades. Por outro lado, essas lutas, essas formas de resistência ativa, manifestam-se nos movimentos sociais de pescadores e pescadoras, os quais têm incorporado, nas suas pautas políticas, a defesa dos territórios pesqueiros em relação à expansão da aquicultura e outras formas de expansão capitalista, nos seus lugares de reprodução da vida.

Um exemplo da atividade e da capacidade organizativa desses movimentos se deu durante uma das conferências promovidas pela então SEAP – PR, ocorrida em setembro de 2009. Os

movimentos sociais ligadas à pesca artesanal organizaram uma conferência, a I Conferência Nacional da Pesca Artesanal, para manifestar seu descontentamento para com as conferências promovidas pela SEAP-PR, já que identificaram que estas eram principalmente voltadas a debates em torno dos interesses da pesca industrial e da aquicultura, e que não representavam um espaço democrático efetivo para a pesca artesanal.

O principal movimento social dos pescadores em Pernambuco é articulado pelo CPP. As ações deste conselho, formado majoritariamente por pescadores e pescadoras, estão voltadas a organização e formação política, assim como à defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca. O trabalho do CPP se iniciou em Pernambuco, concretamente em Olinda no ano de 1968, por Frei Alfredo Schnuettgen, tendo inicialmente como principal objetivo que as Colônias de Pescadores deixassem de ser extensões da Marinha Militar ou de outras instituições do governo nas comunidades pesqueiras. Estas se encontravam comandadas por representantes colocados, primeiro pela Marinha Militar e depois pela SUDEPE, que, em muitos casos, não eram pescadores. O trabalho da CPP junto com as comunidades de pescadores teve sua recompensa, conseguindo que, no final dos anos 1970 e início dos anos 80, várias colônias tivessem por primeira vez pescadora como dirigentes, de forma que, a partir do trabalho com lideranças comprometidas, se criou condições para continuar lutando contra as relações de poder impostas pelo Estado (RAMALHO, 2013, pág. 156).

As sementes plantadas pela CPP, durante décadas de lutas, têm dado e continuam dando frutos até hoje. Numerosos pescadores (as) têm tido a oportunidade de participar em processos coletivos de formação política. Tal trabalho de formação política que o CPP realiza junto com os pescadores, tem sido de grande ajuda na hora de conhecer, defender e demandar de forma coletiva os direitos da categoria, assim como de exigir dos seus representantes honestidade, dedicação e autonomia. Atualmente a luta contra a expansão aquícola tem sido incorporada como pauta política nas ações do CPP, articulando-se com outros movimentos, como o Movimento de Pescadores e Pescadoras do Brasil, a Rede Mangue Mar, a Articulação Nacional das Pescadoras, para defender os territórios pesqueiros. Uma das alternativas possíveis para a defesa destes territórios, identificada pelos movimentos, são as Reservas Extrativistas – Resex e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS, que, embora representem uma possibilidade de defesa e de afirmação das comunidades de pescadores artesanais, na prática se encontram expostas a força da expansão da aquicultura promovida pelo MPA, inclusive dentro das próprias Resex. Segundo Ramalho (2013, pág. 178):

Recentemente o MPA, através de sua coordenadoria geral de maricultura, junto com uma organização não governamental canadense chamada Word FisheriesTrust promoveram o I Seminário Internacional Biologia, Cultivo e Manejo de Moluscos de Areia, que ocorreu de 18 a 20 de março de 2009 no município de Paulista – PE, como parte das atividades do projeto Gente da Maré. Com esse evento, buscou-se iniciar a difusão da prática do cultivo de moluscos também em algumas UCs (a exemplo da RDS Ponta do Tubarão, RN, e a Resex Acaú-Goiana, PB e PE, que ainda não criaram seus planos de manejo), por meio de forte apoio técnico e financeiro, sem que as comunidades locais tivessem demandado essa atividade. Vale dizer que isso responde mais as metas de expansão estipuladas por sujeitos sociais externos às comunidades, do que aos desejos dos pescadores e das marisqueiras. Além disso, há outro agravante. A produção das sementes, dos viveres, para o cultivo dos moluscos será feita por uma empresa privada, a Larvi, fato que, se tivesse sido consolidado, produziria um forte grau de dependência da comunidade a tal empreendimento particular.

Contudo a luta pelos territórios pesqueiros, não se resume a luta pela implantação das Resex, sendo esta uma possibilidade a mais dentro das pautas políticas dos movimentos dos pescadores e pescadoras. Atualmente a pauta mais ampla do movimento se concretiza na Campanha Nacional pela Regularização do Território Pesqueiro, que visa reunir as assinaturas necessárias (quase 1,5 milhão), para realizar uma proposta ao Governo Federal de projeto de lei de iniciativa popular, que garanta o direito ao território das comunidades tradicionais pesqueiras. Esta garantia é a base mais firme sobre a qual se pode estruturar a defesa da pesca artesanal ante a expansão aquícola e outras formas diversas de expansão do capitalismo. Dessa forma e a partir da base, supõem-se a garantia dos territórios pesqueiros, se poderiam iniciar outras frentes de luta, de resistência e de justiça social nas comunidades pesqueiras com vistas à extensão dos seus direitos. Sem a garantia do território, a construção de qualquer alternativa ficaria enormemente mais limitada. A territorialidade da pesca artesanal caracteriza-se por pelo uso comum dos espaços onde se reproduz o modo de vida pesqueiro. Os movimentos sociais como o CPP e o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP, cientes da importância destes lugares sem os que a pesca não poderia existir, propõem a defesa dos territórios pesqueiros como garantia frente aos impactos advindos, das diferentes formas de expansão capitalista e em especial frente aos impactos advindos da aquicultura empresarial. A territorialidade pesqueira é sustentada no uso comum das águas e dos espaços onde a pesca é praticada. A territorialidade da aquicultura empresarial promovida pelo MPA, é a territorialidade do capital que coloca as águas como recursos à venda, suscetíveis de uso e apropriação privada, esta é a territorialidade das cercas nas águas, das grandes barragens e do Hidronegócio. Diante disso, o MPP junto com o CPP, promove atualmente a Campanha Nacional pela Regularização do Território Pesqueiro, que tem como objetivo final a aprovação de um projeto de lei que regulamente os territórios pesqueiros. Para isso, mantêm uma

agenda de formações políticas com as comunidades e lideranças pesqueiras, difusão da campanha e recolhimento de assinaturas. A campanha foi iniciada no ano de 2012, ao passo que segue fortalecida e fortalecendo os pescadores e pescadores na luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esta pesquisa com o intuito de compreender algumas questões que nos inquietaram ao conhecermos o universo da pesca artesanal. A partir dos questionamentos e inquietações iniciais, passamos a problematizar a relação da pesca artesanal com o Estado, já que isto nos pareceu relevante na hora de compreender a atual situação dos pescadores e pescadoras artesanais nesse contexto. Interessava-nos compreender como se tinha dado a relação entre os pescadores e as ações do Estado para com a pesca, a partir do que parecia ser uma política pública dirigida à pesca, ao menos no plano discursivo, que é a Política Nacional de Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura sancionada pela lei 11.959 de 29 de Junho de 2009.

No capítulo II, onde analisamos o processo de formação histórica dessa política, a principal conclusão que tiramos é o fato dessa relação Estado-pesca se mostrar vertical e autoritária desde o início da fundação das colônias no ano 1919, passando pelo período SUDEPE entre os anos 60 e 80, até a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca no 2003, transformada no atual MPA no ano de 2009. A verticalidade e o autoritarismo destas instituições nos parecem contradizer diametralmente qualquer aparente intencionalidade – manifestada ao menos no plano discursivo das leis – por parte destas instituições na hora contribuírem de alguma forma para com a produção de pescado de qualidade no Brasil e para seus principais representantes – os pescadores e pescadoras artesanais. Vimos que com a implementação das colônias, os pescadores e pescadoras artesanais foram subordinados a um processo de formação do Estado Nacional, que os considerava estes atrasados e incivilizados, e por tanto passíveis de serem disciplinados e adoutrinados, através dos corretivos-educativos que os militares do momento consideravam moral e socialmente dignos. As colônias foram criadas com fins assistencialistas e caritativos que pouco tinha a ver com algo parecido a uma entidade de representação sindical.

Durante o período compreendido entre os anos 70 e 80, período sob vigência da SUDEPE a verticalidade e autoritarismo veio da mão de um projeto nacional desenvolvimentista, que mantinha uma visão sobre os pescadores (as) similar à da marinha militar. Para os técnicos da SUDEPE os pescadores e pescadoras artesanais eram sujeitos primitivos e defasados, esta vez passíveis não somente ao doutrinamento dos bons costumes da república brasileira impostos pela Marinha, senão que também submetidos ao processo de expansão de uma pesca industrial super valorizada e fortemente subsidiada com dinheiro publico. Esta indústria pesqueira altamente dependente do dinheiro publico utilizou os pescadores e pescadoras como força de trabalho barata, e como fonte de conhecimento para melhorar os benefícios das suas pescarias. A maioria das empresas dessa

incipiente frota industrial faliu, não sem ter dizimado numerosas espécies, principalmente aquelas tinham alto valor comercial no mercado internacional do momento e que representavam altos benefícios em curto prazo. Os casos de corrupção acontecidos durante esse período terminaram com a extinção da SUDEPE.

A década dos anos 90, com o IBAMA a frente da política nacional pesqueira, o ambientalismo conservador vigente nesse período de apogeu neoliberal permitiu impunemente, que entrasse em cena a aquicultura empresarial. Teve numerosas licitações para empreendimentos de carcinicultura empresarial, que protagonizariam a devastação de milhares de hectares de mangue ao longo de todo o Nordeste, para a criação de camarão em cativeiro, destinado principalmente a exportação. Esta época abriu um precedente que permitiu o fortalecimento do setor aquícola empresarial, que protagonizaria as próximas décadas das políticas ditas para a pesca.

No ano de 2003 com a criação da SEAP se iniciou um processo político que aumentaria o poder desta instituição setorial dirigida exclusivamente à pesca e aquicultura, e que permitiria superar alguns entraves ambientais, que surgiram a partir das devastadoras consequências da aquicultura. Os setores empresariais aquícolas e pesqueiros que hegemonizaram o processo de formação desta secretaria deram continuidade a prática autoritária e vertical dos seus precedentes, desta vez com o objetivo de adoutrinar os pescadores, nas novas tendências produtivas que imprime a época da acumulação flexível capitalista. Isto maquiado por um discurso sobre a participação e sobre o desenvolvimento sustentável, que converte a aquicultura, até então causante de desastres ambientais e sociais, em um rumo a seguir para atingir um lugar competitivo no mercado internacional de pescados, isso sim de forma aparentemente sustentável.

A transformação desta secretaria em Ministério se daria no ano de 2009, consolidando-se e institucionalizando-se em forma de lei, o projeto aquícola iniciado pela Seap. A lei da pesca incluiria nas suas linhas a figura do aquícultor familiar, como um dos recursos para atingir um dos objetivos deste ministério, a conversão dos pescadores e pescadores artesanais a aquicultura. Esta conversão permitiria de novo a utilização destes, para alcançar os objetivos de aumento de produção de pescado a partir da expansão da aquicultura, colocados pelo setor empresarial que hegemoniza o ministério, e não pelos pescadores e pescadoras.

Em Pernambuco, vimos como o projeto aquícola promovido pelo MPA tem dado seus frutos, existindo até hoje empresas de pesca industrial e aquicultura com um forte poder sobre a cadeia produtiva da pesca, assim como numerosos empreendimentos de carcinicultura ao longo do litoral. Por outro lado a SFPA – PE, extensão do MPA no estado de Pernambuco, tem seguido como é

lógico as diretrizes do ministério. Evidenciando-se seu forte apoio a aquicultura, por um lado pelo apoio aos empreendimentos aquícolas no litoral, e pela falta de apoio as Resex demandadas pelos movimentos sociais de pescadores e pescadoras, e por outro pela promoção e forte apoio institucional a consolidação do denominado por eles mesmos “Polo Aquícola de Pernambuco”, situado no Sertão do São Francisco, onde se está concretizando um dos principais mecanismos do MPA, com a parceria de outras instituições principalmente SPU, para a expansão da aquicultura empresarial a partir da criação de Tilápia em tanque-rede.

Este apoio institucional ao setor aquícola tem favorecido um crescimento exponencial do mesmo assim como dos impactos que este gera sobre as comunidades pesqueiras. Os impactos da aquicultura intensiva vem manifestando-se desde os anos noventa, a partir da devastação dos manguezais, a perda de biodiversidade e a apropriação privada de espaços de uso comum. Alguns dos principais impactos destas grandes fazendas de carcinicultura foram evidenciados pelos entrevistados das comunidades de Baldo do Rio e Carne de Vaca, que sofrem seus efeitos desde há décadas. Por outro lado, os impactos das novas formas de aquicultura, e concretamente da aquicultura em tanque-rede, foram relatados pelos pescadores (as) de Caraíba Seca, no sertão de Pernambuco. A privatização das águas, e dos lugares de pesca, as cercas que impedem ou dificultam as rotas de pesca, a segurança privada que ameaça e maltrata a poluição advinda do uso intensivo de fitossanitários e perda da biodiversidade, tem sido elementos constantes nas falas dos pescadores (as) entrevistados.

Concluimos que as configurações da política em Pernambuco e seus impactos sobre as comunidades de pesca estudadas refletem em boa medida o plano estratégico do MPA, este significa em Pernambuco também a promoção de um modo produção empresarial que antagoniza com o modo de produção da pesca artesanal. Isto supõe a nível político-institucional uma aliança e um compromisso do MPA para com um setor da classe empresarial, que faz que as ações deste ministério se distanciem radicalmente de um projeto político democrático e popular. Sendo na prática um projeto de uma fração da classe empresarial, representada pelo setor aquícola.

A análise das políticas para pesca e aquicultura implementadas desde 2003 nos permitiu evidenciar os vínculos existentes entre as estratégias políticas adotadas e a estrutura de classes na qual se disputam modos de produção antagônicos. A partir destas evidências podemos questionar que o que se iniciou como uma mudança política fruto da mobilização popular, não tem contribuído para uma mudança estrutural no modo de produção e no modelo de desenvolvimento que suponha uma inflexão com os modelos desenvolvimentistas anteriores, senão que supõe uma continuidade

resinificada dos mesmos, com as pertinentes mudanças advindas do sistema de produção pós fordista.

Embora nesta pesquisa tenhamos nos centrado nos impactos sobre a pesca artesanal pernambucana da política nacional de desenvolvimento da pesca e da aquicultura advindos dos processos de expansão capitalista que esta política promove. Não podemos esquecer nem desconsiderar que esta política não se encontra isolada nem desconexa da totalidade social, e muito menos de outras políticas de desenvolvimento, e outros processos e formas de expansão capitalista que vem acontecendo intensamente nas últimas décadas em Pernambuco.

Consideramos que a prática da pesca artesanal neste estado não depende exclusivamente das políticas concretas para pesca e aquicultura, senão que depende do modelo de sociedade vigente, e do modelo de desenvolvimento que rege a mesma. Com isto queremos dizer que a subordinação da pesca artesanal é inerente a um modelo de sociedade capitalista que logicamente promove dinâmicas socioeconômicas que alimentem este modelo. Estas dinâmicas totalizadoras se manifestam, tanto, no caso concreto da expansão aquícola capitalista promovida pelas ações políticas do MPA, quanto em outras políticas e projetos de expansão capitalista que visam converter os espaços onde é praticada a pesca de forma comunitária em espaços privados, estratégicos para a acumulação capitalista.

Portanto para entender as configurações da política pesqueira em Pernambuco devemos considerar outras políticas e programas, responsáveis pelas enormes transformações que tem acontecido nos lugares que a pesca é praticada e que vem afetando diretamente aos seus principais meios de produção, águas e peixes. Estas transformações estão estreitamente ligadas às dinâmicas da expansão capitalista, intensificadas nos últimos anos em Pernambuco, principalmente através do *Programa de Aceleração do Crescimento PAC*. Este programa dentre outras ações financiou as obras de infraestrutura do porto de SUAPE, e a construção de polos industriais, atraindo empreendimentos de capitais transnacionais. Os movimentos do grande capital contribuem para incrementar e intensificar os processos de urbanização, a especulação fundiária e imobiliária, assim como a privatização dos espaços e dos bens comuns neste Estado.

Não podemos esquecer que a dinâmica capitalista que caracteriza a política pesqueira visa transformar os espaços de reprodução da vida dos pescadores e pescadoras artesanais em espaços para acumulação capitalista, colocando o imperativo do crescimento econômico como pensamento único e como elemento orientador dos rumos da sociedade. Este modelo onde prima à acumulação obtém o substrato social necessário para se impor como a partir da necessária colaboração de uma

classe dirigente, que por sua vez ontem substanciosos lucros.

No caso concreto do estado de Pernambuco, podemos ver um exemplo destas dinâmicas que se desenvolvem segundo o mesmo modelo, já que uma fração de classe do setor empresarial, com grande influência política sobre o governo do Estado tem conseguido paralisar, a implementação de Reservas Extrativistas, demandadas insistentemente pelos movimentos sociais dos pescadores e pescadoras. Resulta interessante ver estas interfaces entre o poder político e econômico, pelas quais determinados lugares não são passíveis de interferências que obstaculizem os interesses advindos de projetos empresariais promovidos pelo poder público. De forma que as RESEX por permitirem uma maior interferência dos pescadores nos processos de decisão que afetam a suas comunidades e a seus espaços de reprodução da vida, não recebem atenção por parte do governo do Estado. Essas demandas são consideradas como um empecilho aos rumos e aventuras das propostas das classes dirigentes.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Severino. **Mudanças em um grupo de jangadeiros de Pernambuco**. Recife, Imprensa Universitária, 1965.

AZEVEDO, Natália Tavares de. **Política nacional para o setor pesqueiro no Brasil (2003-2011)**. 2012. Curitiba: Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/handle/1884/29268>>. Acesso em janeiro, 2014.

AZEVEDO, Natalia Tavares; PIERRI, Naína. **A política pesqueira atual no Brasil: a escolha pelo crescimento produtivo em detrimento da pesca artesanal**. Disponível em: <<http://www.cppnac.org.br/wp-content/uploads/2013/08/A-pol%C3%ADtica-pesqueira-atual-no-Brasil.pdf>>. Acessado em 01/2014.

BERNARDES, S. **Pescadores da Ponta do Caju: aspectos da contribuição de portugueses e espanhóis para o desenvolvimento da pesca na Guanabara**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Geografia, 1958, n.02. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1958_v20_n2.pdf>. Acesso em junho, 2014.

_____. **A pesca no litoral do Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Geografia, 1950, n. 01. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1950_v12_n1.pdf. Acesso em junho, 2014.

BECK, A. **Lavradores e pescadores: um estudo sobre o trabalho familiar e trabalho acessório**. Santa Catarina: Trabalho apresentado ao Concurso de professor titular na área de Antropologia das Sociedades Rurais da UFSC, 1979.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Aquicultura-Cessão das águas da União**. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/index.php/aquiculturampa/aguas-da-uniao/parques-aquicolas/cessao-de-areas>>. Acesso em agosto 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei n 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, 29 de junho de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm>. Acesso em Janeiro 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas – DBFLO. Coordenação Geral de Autorização de Uso e Gestão da Fauna e Recursos Pesqueiros-CGFAP. **Estatística da Pesca 2007**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/estatistica/est_2007_boletim_07_brasil.pdf>. Acesso em outubro, 2014.

BRASIL. **Boletim Estatístico da Pesca e da Aquicultura 2011**. Ministério do Meio Ambiente.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas – DBFLO. Coordenação Geral de Autorização de Uso e Gestão da Fauna e Recursos Pesqueiros-CGFAP. Disponível em: http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes_e_Estatisticas/Boletim%20MPA%202011FINAL.pdf. Acesso em janeiro, 2015.

BRASIL. **Territórios da Cidadania, Mata Sul de Pernambuco.** Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/matassulpe/one-community?page_num=0>. Acesso em junho, 2014.

BRITO, L.A. **Pesca: tradição e dependência. Um estudo dos mecanismos de sobrevivência de uma atividade ‘tradicional’ na área urbano-industrial de Salvador.** 1975. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975.

BRITO, S. **Agricultores e Pescadores Portugueses na Cidade do Rio de Janeiro.** Lisboa: Estudos, Ensaios e Documentos, 1960.

BRITO, B. G. B. **História Trágico-Marítima I.** Publicações Europa-América, 1982.

CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. **Considerações sobre a dívida social na pesca artesanal brasileira.** I Conferencia da Pesca Artesanal no Brasil. Brasília 28-30, setembro 2009.

_____. **A voz do mar: construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela Missão do Cruzador “José Bonifácio” (1919-1924).** São Paulo: Tese de doutorado, USP. 1994.

_____. **Movimentos sociais dos pescadores em Pernambuco (1920-1983).** Dissertação de mestrado. RS: UFSM, 1986.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Jangadeiros.** Rio de Janeiro: SAI, 1957.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social.** Tese de Doutorado em Geografia: São Paulo, 2001.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. **Globalização e Processos Sociais na Fruticultura de Exportação do Vale Do São Francisco.** Globalização, trabalho, meio ambiente. Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. INPSO-FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais-Fundacao Joaquim Nabuco. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Brasil/dipes-fundaj/20121130125124/salete.pdf>>. Acesso em janeiro, 2015.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. (1997), **“Frutas para o mercado global”.** Estudos Avançados USP, número 29: pp. 79-93.

CIACCHI, Andrea. **Gioconda Mussolini: uma travessia bibliográfica.** Rev. Antropol. Vol.50

no.1 São Paulo Jan./June 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012007000100005>. Acesso em maio, 2014.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Estado, Políticas Públicas e o Reordenamento Social e Territorial do Trabalho**. In_ANDRADE, Elisário Souza.; SILVA, Francisca de Paula Santos da (Orgs). Estado e Políticas Públicas: a construção do consenso neoliberal. Salvador: EDUNEB, 2012.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Unesp; Brasília: Flacso, 2000.

DIAS NETO, José. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil**. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturas Renováveis. Produto Editora: 2004

DIEGUES. Antônio Carlos. **Formas de Organização da Produção Pesqueira no Brasil: alguns aspectos metodológicos**. Publicado originalmente em Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar, Ática 1983. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nuapaub.fflch.usp.br/files/color/prodpesqueria.pdf>>. Acesso em agosto, 2012.

DIEGUES. Antônio Carlos. **A Sócio- Antropologia das Comunidades de Pescadores Marítimos no Brasil**. Revista Etnográfica, Vol. III (2), 1999. (pp. 361-375).

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. S.P. Hucitec, 1996.

_____. **Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima**. S.P, Nupaub, 1995.

_____. **Populações Tradicionais em Unidades de Conservação: o Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo, NUPAUB-USP, 1993.

_____. **Ciências Sociais e o Mar no Brasil**. Coletânea do III Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil. São Paulo: NUPAUB-USP, 1989.

_____. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática. (Ensaio; 94), 1983.

_____. **A Pesca no Litoral Sul de São Paulo**. São Paulo - 1973. Dissertação (Mestrado), FFLCH/USP. NUPAUB/USP, 1995.

ESTEVA, Gustavo. **DESENVOLVIMENTO in SACHS, Wolfgang. Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FIRTH, Raymond. **Capital saving in peasant societies**. Aldine Publishing Co. Chicaco, 1964.

FERNANDES, L. J. ; SASSI, ROBERTO; LIMA, EDUARDO RODRIGUES VIANA DE. **Gestão costeira e desenvolvimento urbano do município de Lucena (PB-Brasil): Uma proposta de planejamento ambiental usando o Processo Analítico Hierárquico**. Revista da Gestão Costeira Integrada, 2011.

FRANÇA, A. **A Ilha de São Sebastião: estudo de geografia humana**. São Paulo: Boletim de

Geografia. USP, n.10, 1954.

FORMAN, S. **The Raft Fishermen: Tradition and Change in the Brazilian Peasant Economy.** Indiana University Press: EUA, 1970.

FURTADO, L. **Curralistas e Redeiros de Marudá: Pescadores do litoral do Pará.** Belém: Museu Emilio Goeldi, 1987.

DUARTE, Luiz. **As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da produção de pescado em Jurujuba.** Rio de Janeiro, Eduff, 1999.

HARDT, M. e NEGRI, A. **Empire,** Harvard University Press, Cambridge, Massachussets, 2000.

HARVEY, David. **A Produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **A transformação política econômica do capitalismo do final do século XX.** In _____. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 19. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2010.

IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

IVO, A. **Pesca, Tradição e Dependência: um Estudo dos Mecanismos de Sobrevivência de uma Atividade Tradicional na Área Urbano-Industrial de Salvador.** Bahia: Dissertação (Mestrado), UFBA, 1975.

KOTTAK, C. **An Assault on Paradise.** Michigan, Ann Arbor Univ. of Michigan Prees, 1983.

_____. **The Structure of Equality in Brazilian Fishing Community.** Columbia, Univ. Press, 1966.

LIMA, Lucas Gama. **Despindo o Estratagema das Políticas de Desenvolvimento Territorial no Alto Sertão Sergipano: O desmascaramento da territorialização do capital por meio da sociabilidade reificante.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.

LESSA, R. **Pescadores e cidadãos: o caso de Itaipu.** Belém: Anais do 1º Seminário sobre Pesca Artesanal, INPA, 1980.

LOUREIRO, V. **Os Parceiros do Mar: Natureza e Conflito Social na Pesca da Amazônia.** Belém: Museu Emilio Goeldi, 1985.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres e Mares: espaço e indivisão na pesca marítima.** São Paulo: Annablume, 2ª edição, 1994.

_____. **Pescadores do Mar.** São Paulo: Ática S.A, 1986.

_____. **Entre dois Meios.** Brasília. Tese (Doutoramento), UnB, 1991.

_____. **No Mar: Conhecimento e Tradição.** In: DIEGUES, A. C. & SALLES, R. II Encontro de

Ciências Sociais e O Mar. São Paulo: NUPAUBUSP.

MASCARO, Alysson. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARQUES, José Geraldo. **Pescando pescadores: etnoecologia abrangente no Baixo São Francisco Alagoano**. São Paulo: NUPAUB/ USP: 1995.

MARTINEZ-ALIER, J.M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valorção**. São Paulo: Contexto, 2007.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. Os camponeses e a política no Brasil. 2ª. edição. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARTINS, Mônica de Souza N. **Entre a cruz e o capital: as corporações de ofícios no Rio de Janeiro após a chegada da Família Real (1808-1824)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

MELLO, A. F. **A Pesca sob o Capital: a Tecnologia à Serviço da Dominação**. Belém: UFPA, 1985.

MENDONÇA, Sandro Augusto Teixeira de; VALENCIO, Norma Felicidade. **O papel da modernidade no rompimento da tradição: As políticas da SEAP como dissolução do modo de vida da pesca artesanal**. B. Inst. Pesca, São Paulo, 34(1): 107 - 116, 2008. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpcesca/34_1_107-116.pdf>. Acesso em junho, 2014.

MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas**, Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo, Boitempo, 2002.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

MOURÃO, F. **Pescadores do Litoral Sul do Estado de São Paulo**. São Paulo: Tese (Doutoramento), FFLCH-USP, 1971.

MUSSOLINI, G. **O Cerco da Tainha na Ilha de São Sebastião**. Revista de Sociologia, 1945.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PANDOLFI, Maria Lia Correa de Araújo. **Na margem do lago: um estudo sobre o sindicalismo rural**. Recife: (s.n), 1986.

PENNER, M. A. **Dialética da Atividade Pesqueira no Nordeste Amazônico**. Belém: Mestrado (Dissertação), UFBA, 1984.

PEREIRA, Joao Marcio Mendes. **Desenvolvimento como segurança, assalto à pobreza e início do ajustamento estrutural: os anos MacNamara – 1968 – 1981.** In _____ O Banco Mundial como ator político, intelectual, e financeiro – 1994 – 2008. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PIERSON, D. & TEIXEIRA, C. **Survey de Icapara.** Sociologia, n.9, 1947.

QUINAMO, Tarcísio dos Santos Quinamo. **Pesca Artesanal e meio ambiente em áreas de manguezais no complexo estuarino-costeiro de Itamaracá, Pernambuco: o caso de Itapissuma.** Dissertação mestrado- PRODEMA, UFPB, 2006.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Pescadores artesanais e o poder público: um estudo sobre a Colônia de Pesca de Itapissuma, PE.** Monografia em Ciências Sociais (ênfase em sociologia rural). Recife: UFRPE, 1999.

_____. **“AH, ESSE POVO DO MAR” Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana.** Dissertação mestrado em Sociologia, UFPE. Recife: Setembro, 2002.

_____. **Estética marítima pesqueira: perfeição, resistência e humanização do mar.** Campinas: Ambiente & Sociedade. v.XIII, n.1, p.95-110, já./jun. 2010.

_____. **Pescadores, Estado e Desenvolvimento Nacional: Da Reserva Naval à Aquícola.** 2012. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/viewFile/1740/1156>>. Acesso em julho, 2014.

_____. **Trabalho Classe e Ideologia: o caso da aquicultura no Estado de Pernambuco Brasil.** Encontro Latinoamericano de Sociologia. Acta científica. Chile, 2013. Disponível em: <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT18/GT18_Wellington_Ramalho.pdf>. Acesso em outubro, 2014.

SILVA, Luiz Geraldo. **Pescadores, Militares e Burgueses: Legislação Pesqueira e Cultura Marítima do Brasil (1840-1930).** Mestrado em História UFPE-CFCH. Recife 1991.

SILVA, J.S; CARVALHO, F.E.A. **Diagnóstico e perspectivas de capacitação e profissionalização de pescadores da pesca artesanal da zona da mata de Pernambuco.** PRORENDA RURAL – PE: Recife, 1996.

SILVA, Suana Medeiros. **Pesca artesanal: a historia, a cultura e os (des) caminhos em Lucena/PB.** Dissertação de mestrado Universidade Federal da Paraíba, 2012.

TIMM, J. U. C. S. **Sudepe: 12 anos de frustrações no desenvolvimento da pesca.** Dissertação (Curso de Mestrado em Administração Pública, trabalho acadêmico apresentado no Seminário sobre Organização das Entidades de Administração Indireta) - Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública, 1975.

TIMM, José Ubirajara. **O artesanato pesqueiro: suas origens, adversidades e perspectivas. O**

enfoque nacional e os aspectos da problemática catarinense. Revista de Administração, 1978. Disponível em: <file:///C:/Users/MALDINI/Downloads/Timm_1978_O-artesanato-pesqueiro--suas-o_15533.pdf>. Acesso em setembro, 2013.

VASCONCELLOS, M.; DIEGUES, A.; SALES, R. **Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira.** In COSTA, A. (Org.). Nas redes da pesca artesanal. 1. ed., v.1, Brasília: IBAMA; PNUD, 2007, p.15-84.

WOOD, Ellen. **Estado democracia e globalização.** In BORON, A.A, AMADEO, J. GONZALEZ, S. A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. São Paulo: Expressão popular, 2006.